

07/2006

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
INFORME DE AVALIAÇÃO FINAL**

PROJETO BRA/00/009

**PROJETO PARA A CONSERVAÇÃO E MANEJO DOS
ECOSSISTEMAS BRASILEIROS**

PROECOS

**Instituto Brasileiro de Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Diretoria de Ecossistemas
DIREC/IBAMA
Julho 2006**

INDICE DO INFORME DE AVALIAÇÃO FINAL

Mapa com a localização do Projeto.

Fotos.

Resumo Executivo.

Capítulo 1 - Marco de Referência do Estudo de Avaliação

- 1.1- Objetivos do Estudo de Avaliação
- 1.2- Membros da Equipe do Estudo de Avaliação
- 1.3- Período do Estudo de Avaliação
- 1.4- Metodologia do Estudo de Avaliação

Capítulo 2 – Descrição do Projeto Avaliado

- 2.1 - Antecedentes do Projeto
- 2.2 – Resumo do Plano Inicial do Projeto
- 2.3 – Revisão do Plano Inicial do Projeto

Capítulo 3 – Resultados alcançados do Projeto

- 3.1 – Estrutura de implantação do Projeto.
- 3.2 - Resultados em termos de Produtos e Atividades.
- 3.3 – Quadro Resumo de Produtos alcançados

Capítulo 4 – Resultados da Avaliação

- 4.1 – Análise e Avaliação pelos 5 Critérios:
 - 4.1.1 - Relevância.
 - 4.1.2 – Efetividade.
 - 4.1.3 – Eficiência.
 - 4.1.4 - Impacto
 - 4.1.5 – Sustentabilidade

4.2 – Conclusões

4.2.1 – Fatores positivos aos efeitos do projeto.

4.2.1.1 – Fatores relacionados ao Planejamento

4.2.1.2 – Fatores relacionados ao Processo de Execução.

4.2.2 - Fatores restritivos aos efeitos do projeto.

4.2.2.1 – Fatores relacionados ao Planejamento

4.2.2.2 – Fatores relacionados ao Processo de Execução.

4.2.3 - Conclusões.

Capítulo 5 – Lições aprendidas e Recomendações.

5.1 - Lições aprendidas.

5.1.1 – Lições aprendidas relacionadas às situações no País

5.1.2 - Lições aprendidas relacionadas à Gestão do Projeto.

5.2 - Recomendações.

5.2.1 – Recomendações para a Contraparte brasileira.

5.2.2 – Recomendações para o PNUD

Anexos

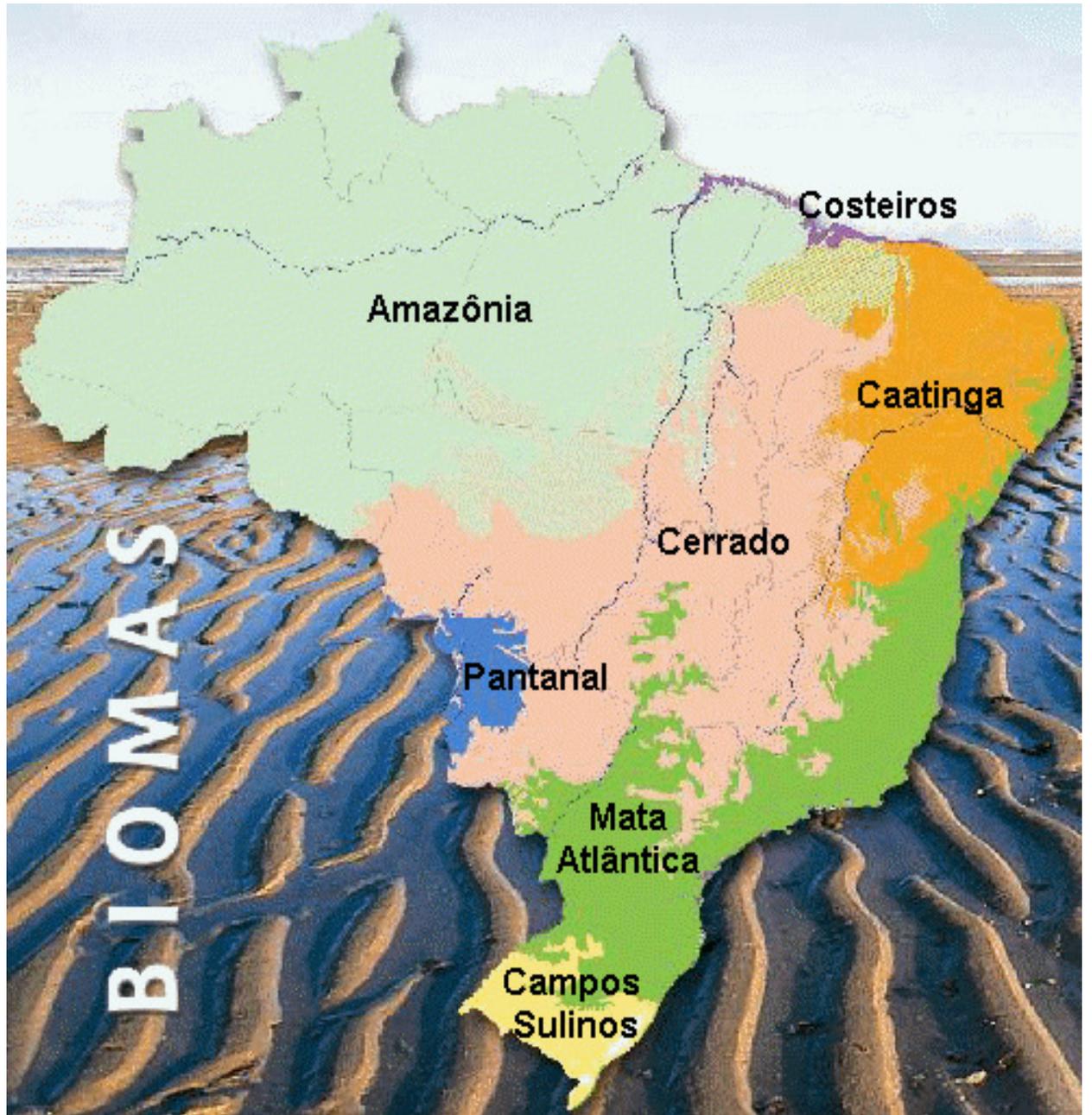
Matriz de Lógica do Projeto (MLP)

Matriz para a Avaliação do Desenvolvimento do Projeto

Matriz dos resultados obtidos (Produtos e atividades)

Outros materiais consultados.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO PROJETO





Abreviações

MMA - Ministério do Meio Ambiente.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis.

DIREC – Diretoria de Ecossistemas do IBAMA

CGECO – Coordenação Geral de Ecossistemas da DIREC

MRE – Ministério de Relações Exteriores.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

CTRM – Coordenadoria de Cooperação Técnica Recebida Multilateral.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

AEN – Agencia Executora Nacional

CP – Coordenação do Projeto

MLP – Matriz Lógica do Projeto.

MDP a – Matriz de Avaliação de Desenvolvimento do Projeto

PROECOS – Projeto de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SIUC – Sistema de Informações de Unidades de Conservação

UC - Unidade de Conservação.

APP – Área de Proteção Permanente.

APA - Área de Proteção Ambiental.

PARNA – Parque Nacional

CRS – Centro de Sensoriamento Remoto do IBAMA

SIG – Sistema de Informações Geográficas.

GEREX-Gerência Executiva do IBAMA.

CECAV – Centro de Estudos de Cavernas do IBAMA.

UNB – Universidade de Brasília.

ONGS – Organizações Não Governamentais.

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais no Brasil.

GEF – Fundo Global de Meio Ambiente (the Green Environment Fund).

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente / MMA.

PNMA – Programa Nacional de Meio Ambiente

KfW – Banco de Reconstrução da Alemanha.

Capítulo 1 - Marco de Referência do Estudo de Avaliação.

1.1– Objetivos do Estudo de Avaliação

O objetivo deste estudo é a avaliação final dos resultados alcançados com a finalização do “Projeto BRA/00/009 – Projeto para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros”, iniciado em 02 de maio de 2001 e com finalização da primeira fase inicialmente prevista para 31 de outubro de 2005, tendo o IBAMA como agência executora nacional. A execução do Projeto foi prorrogada até 29 de dezembro 2006 por meio da última revisão substantiva “M”, realizada em 09 de janeiro de 2006.

A avaliação final deverá considerar a relevância, eficácia, efetividade, impacto e sustentabilidade do Projeto por meio dos resultados obtidos ao longo dos 5 anos do seu desenvolvimento.

1.2 – Membros da Equipe do Estudo de Avaliação

A avaliação foi realizada conjuntamente pelo IBAMA, PNUD e ABC.

Equipe IBAMA:

Senhor Valmir Ortega - Diretor Nacional do Projeto e Diretor de Ecossistemas do IBAMA

Senhor Marco Antonio de A. Capparelli – Assessor para Assuntos Internacionais do IBAMA

Senhor Marcelo Françaço – Coordenador Nacional do Projeto

Senhor José Batista Pessoa-Coordenador Técnico do Projeto

Senhora Clarice Zilberman Knijnik - Consultora independente

Equipe ABC:

Senhor Marcio Lopes Correa – Coordenador da CTRM

Senhor Carolina Antony Gomes de Matos da Fonseca – Sub Gerente de Projetos da CTRM

Equipe PNUD:

Senhor Aldicir Scariot – Oficial de Programa de Meio Ambiente

Senhor Carlos Castro – Oficial de Programa Substituto

Senhora Claudia Sayuri Miyaki – Assistente de Programa

Senhor Jorge Leandro dos Santos de Oliveira – Assistente de Programa Substituto

1.3 – Período do Estudo de Avaliação

O Estudo de Avaliação foi realizado no período de 03 de abril a 17 de julho de 2006.

1.4 – Metodologia para o Estudo de Avaliação.

O Estudo de Avaliação Final foi baseado nos seguintes procedimentos metodológicos:

1 – Verificação e análise comparativa entre a situação atual de execução do Projeto e dos Planos Operacionais de Execução com os respectivos indicadores de sucesso da MLP de 2001 e a MLP de 2004 (revisão substantiva E);

2 – Consulta: (i) aos interlocutores brasileiros (ii) aos informes de monitoramento da execução do Projeto; e (iii) confirmação dos indicadores de sucesso na avaliação final dos Resultados, Propósito e Objetivo de Desenvolvimento;

3 - Proposição dos instrumentos orientadores para o Estudo de Avaliação: (i) Matriz de Avaliação com os 5 critérios; (ii) Quadro de Avaliação de Resultados do Projeto baseado na Matriz de Avaliação do Desenvolvimento do Projeto e (iii) Planos Operacionais para 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, acordados pelo IBAMA/PNUD/ABC.

4 – Validação dos instrumentos de avaliação de referência com o IBAMA, PNUD e ABC.

5 – Coleta, análise e interpretação de informações para a obtenção de respostas às principais questões da Matriz de Avaliação resultando na elaboração de resumo narrativo dos resultados alcançados pelo Projeto;

6 - Apresentação ao IBAMA, PNUD e ABC para comentários à versão preliminar do Informe de Avaliação Final do Projeto.

7 - Aprovação da versão final do Informe de Avaliação do Projeto e elaboração de Ajuda Memória da reunião.

Esta avaliação foi baseada principalmente em: (i) entrevistas com pessoas chaves para a implantação do projeto no IBAMA (sede) e Coordenação do Projeto; (ii) consulta a documentos técnicos, relatórios e informes existentes; e (iii) visitas, reuniões e entrevistas com consultores e funcionários relacionados com os resultados do Projeto.

Capítulo 2 – Descrição do Projeto

2.1 – Antecedentes do Projeto.

2.1.1 – Assistência Preparatória do Projeto (2000)

O Projeto para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros – I Fase- vem sendo executado pela Diretoria de Ecossistemas (antiga Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre) DIREC do IBAMA. Este Projeto está sendo realizado em parceria com do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação.

No período de 02 de fevereiro de 2000 a 05 de abril de 2001, foi realizada a Assistência Técnica Preparatória para a elaboração do referido Projeto, com o apoio do PNUD e complementação das atividades do PNMA-II. Durante a Assistência foram definidos os objetivos, efeitos e resultados a alcançar com a implantação do referido Projeto.

O Projeto foi proposto com o objetivo de gerar benefícios diretos e imediatos à conservação da biodiversidade, e, também, para as populações locais que vivem no interior (unidades de uso direto) ou na área de influência das Unidades de Conservação.

Destinava-se também à ampliação da representatividade das áreas protegidas federais nas diversas regiões brasileiras, por meio de melhoria significativa nos processos de gestão estratégica para a conservação e proteção da biodiversidade nos ecossistemas brasileiros.

Na fase de Assistência Preparatória foi obtida a elaboração do documento do “Projeto Para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros” a ser executado pela Diretoria de Ecossistemas do IBAMA.

Os resultados esperados do Projeto seriam obtidos mediante o desenvolvimento de atividades técnicas para o fortalecimento institucional da DIREC e de suas Unidades de Conservação (SNUC).

O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto objetivava alcançar melhorias na proteção e conservação da biodiversidade por meio de iniciativas de gestão estratégica nas unidades de proteção integral ou naquelas de uso sustentável.

Algumas ações do Projeto foram orientadas à identificação de áreas para melhorar a representatividade das Unidades de Conservação por meio da criação de novas unidades, especialmente, nas regiões que estão sendo objeto de fortes pressões antrópicas. Outras ações foram dirigidas à elaboração de instrumentos para apoiar o aperfeiçoamento da gestão estratégica de Unidades de Conservação e sua aplicação.

Este Projeto da área ambiental destinava-se a produzir benefícios diretos à gestão participativa nos ecossistemas brasileiros, por meio do aperfeiçoamento dos processos de gestão das Unidades de Conservação, com a atuação conjunta de parceiros como as entidades públicas, organizações não governamentais e representantes da sociedade civil organizada.

2.1.2 – Contexto da Cooperação Técnica com o PNUD.

2.1.2.1 – O SNUC e sua regulamentação. (2000/2002)

No final dos anos 90, foram realizados estudos pelos órgãos públicos e ONGS para a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e sua respectiva regulamentação. Em 18 de julho de 2000, foi aprovada a Lei 9985 que institui o referido Sistema, tendo incorporado na sua elaboração a evolução do conhecimento nacional e internacional sobre a conservação da natureza.

De acordo com o especialista Moacir Arruda, parte da base conceitual do SNUC esteve em consonância com as experiências internacionais. Entretanto, para algumas conceituações foram adotadas terminologias adaptadas à realidade brasileira. É, por exemplo, o caso da adoção no SNUC da nomenclatura peculiar de “Unidade de Conservação” diferentemente do conceito globalizado de “Área Protegida”, consagrado pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN).

O SNUC estabeleceu em sua legislação os objetivos e diretrizes dos quais se destacam, por exemplo: (a) conservação da natureza; (b) promoção do uso sustentado dos recursos naturais e (c) colaboração para a distribuição equitativa das riquezas advindas da biodiversidade. O referido Sistema também abrange diferentes escalas de conservação.

A regulamentação do SNUC foi estabelecida pelo Decreto 4.340 de agosto de 2002, que estabeleceu as condições, entre outros temas, para a criação de Unidades de Conservação; Planos de Manejo, Mosaicos e Reservas da Biosfera.

Na última década, o MMA e o IBAMA foram obtendo maior experiência na elaboração de estudos em escala ecossistêmica tais como: definição de ecorregiões; representatividade ecológica; gestão integrada de ecossistemas; gestão biorregional; corredores ecológicos e zoneamento ambiental. Estes estudos, casos piloto e práticas vivenciadas revelaram-se excelentes insumos para o planejamento e implementação de projetos de conservação de biodiversidade em ecossistemas nacionais.

Com a institucionalização do SNUC e sua respectiva regulamentação, constatava-se que, devido à dimensão continental e a diversidade biológica brasileira, o IBAMA deveria ter as suas ações intensificadas para: o desenvolvimento de novos projetos; a implementação de projetos já elaborados; a capacitação de profissionais; a multiplicação de experiências em gestão integrada para ecossistemas e melhoramentos na gestão técnica, administrativa e financeira das Unidades de Conservação nacionais.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC está desenhado de modo a ordenar as áreas protegidas em duas categorias de manejo dos recursos naturais: de proteção integral e de uso sustentável dos recursos.

Estas Unidades foram estabelecidas nos níveis federal, estadual e municipal. Assim, os objetivos de manejo das diversas categorias de Unidades de Conservação são diferenciados, embora contribuindo, todos, para que os objetivos de conservação e manejo dos ecossistemas sejam alcançados.

Em anexo encontra-se a descrição e base legal para a definição das tipologias de Unidades de Conservação; de Planos de Manejo e as atribuições da DIREC em relação ao tema.

2.1.2.2 – Projeto de Cooperação Técnica (2001 a 2005)

Em 02 de maio de 2001, em Brasília, foi assinado entre o IBAMA, ABC e PNUD o Acordo de Cooperação Técnica destinado à execução do “Projeto de Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros”, com duração prevista de 02 de maio de 2002 até 31 de outubro de 2005. Esta cooperação técnica, considerada de longo prazo, foi gerenciada por meio da constituição de uma Unidade Coordenadora do Projeto, na DIREC.

Contou com uma equipe básica inicial, de longo prazo, e com o apoio de consultores por produto, de curto prazo, para a obtenção dos resultados, objetivos imediatos e do objetivo de desenvolvimento do Projeto.

A nova cooperação técnica começou com a constituição da Unidade de Coordenação do Projeto; contratação da Equipe Base do Projeto e de Consultores por Produto.

Em 2003, coincidindo com o período de mudanças iniciais de altas autoridades no IBAMA e na DIREC, decorrentes das eleições presidências realizadas no final de 2002, o Projeto passa por mudanças na sua Direção Nacional e Coordenação do Projeto.

Neste contexto, foi considerada necessária à realização de pequenos ajustes ao Projeto para atender as prioridades da nova administração do IBAMA e da transferência para a DIFAP da competência da DIREC sobre conservação da fauna e vida silvestre.

Entretanto, a necessidade de introduzir estas modificações ao Projeto apesar de ter sido acordada, em 2003, poucas modificações foram realizadas até janeiro de 2006.

Foram mantidas de acordo com sua proposta original: matriz lógica do projeto, plano detalhado de atividades da cooperação; produtos e indicadores; meios de verificação de alcance de resultados.

Devido à legislação aprovada sobre a administração pública, em 2003, foram ainda introduzidas alterações na composição da equipe técnica básica; consultores por produto e retainers na DIREC/IBAMA.

Caberia destacar que esta iniciativa de Cooperações Técnicas foi acordada e executada, por um ano e seis meses, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A execução de três anos e seis meses da atual cooperação corresponde ao período da gestão do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006).

2.2 – Resumo do Plano Inicial da Cooperação.

Período 2000-2001 (Assistência Preparatória).

A Assistência Técnica para a proposição do Projeto foi elaborada, no período de 2000 a 2001, tendo a Senhora Fani Mamede como Coordenadora Nacional e o Senhor Luiz Marcio Haddad Pereira dos Santos como Diretor Nacional do Projeto, visto ser o Diretor de Ecossistemas.

A implementação da fase de Assistência Preparatória foi estimada em R\$1.417.062,40, sendo R\$ 1.191.960,00 provenientes de recursos da KfW- Banco de Reconstrução da Alemanha previamente alocados ao PNMA I para o fortalecimento do componente da Unidades de Conservação.

Nesta fase além da Proposta de Projeto também foram alcançados Resultados iniciais, que possibilitaram avançar a execução do Projeto propriamente dito. Na AP foram alcançados os seguintes três Resultados:

Resultado 1: Projeto de Cooperação Técnica do PNUD para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros e Gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação, elaborado e aprovado. (R\$ 177.424,00).

Resultado 2: Procedimentos; instrumentos; organização e uso de dados para o gerenciamento e monitoramento das Unidades de Conservação, elaborados. (R\$ 376.292,80). - PNMA

Resultado 3: Planos e Projetos que orientem as ações de implementação e operação das Unidades de Conservação Federais, elaborados. (R\$ 863.345,60). - PNMA

A realização das atividades que conduziram à obtenção destes 3 resultados contou com a colaboração de 80 consultores por meio de: 3 contratos de retainers; 76 contratos por Produto e 1 contrato para Equipe Base. Nos informes de progresso da AP se encontra a listagem das atividades realizadas durante a Assistência Preparatória e resultados de indicadores de avaliação alcançados.

A Cooperação Técnica teve sua implantação iniciada em maio de 2001, utilizando como referencia a Matriz de Lógica de Projeto contemplando 07 Produtos (Resultados); 2 Propósitos do Projeto (Objetivos Imediatos) e o Objetivo de Desenvolvimento a alcançar.

Para a elaboração do PRODOC foram considerados sequencialmente os Resultados e Objetivos Imediatos aos previamente implementados na Assistência Preparatória. Portanto, apesar da fase de Cooperação contemplar somente 2 Objetivos Imediatos, estes foram considerados como 4 e 5, em lugar de constituírem os de números 1 e 2.

A Matriz Lógica acordada para o PRODOC será considerada na apresentação do Plano Inicial, que é indicado a seguir:

Plano Inicial (MLP)

Objetivo de Desenvolvimento:

OD - Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros promovidos por meio do aperfeiçoamento da gestão das Unidades de Conservação e do fortalecimento institucional da DIREC/IBAMA.

Objetivos Imediatos:

OI 4 - Gestão estratégica dos ecossistemas brasileiros, implementada e/ou aperfeiçoada por meio de atividades promovidas para as Unidades de Conservação.

OI 5 - Procedimentos e normas para a conservação e gestão integrada dos ecossistemas brasileiros elaboradas, implementadas e disseminadas.

Resultados:

Resultado 4.1: Instrumentos de gestão, elaborados e implementados.

Resultado 4.2: Mecanismos de proteção e manejo da flora e fauna brasileira, implantados e monitorados.

Resultado 4.3: Estudos e projetos vinculados à gestão integrada dos ecossistemas brasileiros, elaborados e implantados.

Resultado 5.1: Normas e procedimentos para a realização de ações pelo IBAMA e/ou em parceria, visando à preservação e conservação dos ecossistemas, elaborados e implementados.

Resultado 5.2: Sistema de controle, tratamento, arquivamento e disponibilização de documentos e informações técnico-científicas, elaborado e implantado.

Resultado 5.3: Conhecimento e informação disseminados

Resultado 5.4: Unidade de Gerenciamento do Projeto, operacionalizada.

O Plano Inicial da Cooperação visava alcançar o Propósito do Projeto com a estratégia de implantação dos seguintes componentes:

- 1- Fortalecimento Institucional da DIREC/IBAMA no tratamento das questões relacionadas aos aspectos conceituais, planejamento participativo e gestão integrada dos ecossistemas brasileiros, aplicado às Unidades de Conservação;
- 2- Fortalecimento Técnico da DIREC/IBAMA na obtenção de metodologia, normas; instrumentos e procedimentos para o planejamento, monitoramento e implantação da gestão integrada dos ecossistemas brasileiros, aplicados às Unidades de Conservação;
- 3- Fortalecimento Institucional do IBAMA e outros parceiros governamentais ou não governamentais voltado à implantação de atividades de disseminação de informações e sensibilização ambiental para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros, promovendo melhorias nas condições brasileiras para a proteção e/ou o uso sustentável nas Unidades de Conservação.

O apoio do PNUD para a obtenção do Propósito e Resultados indicados na Matriz de Desenvolvimento do Projeto foi realizado por meio de colaboração técnica dos seus Oficiais de Programa para o monitoramento e avaliação permanente da execução do Projeto, bem como no apoio administrativo para a aquisição de bens e contratação de profissionais brasileiros.

2.3 – Revisão do Plano Inicial do Projeto por mudanças na DIREC/IBAMA.

Caberia destacar que, a MLP originalmente acordada em maio de 2001 e apresentada no Anexo, foram sofrendo modificações na execução das atividades do Projeto, devido ao fato da Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP) ter sido criada no âmbito do IBAMA, em 2002. Esta nova Diretoria passou a ter como

competência a gestão dos recursos de fauna e recursos dos ecossistemas brasileiros, que previamente se encontravam sob a competência da DIREC.

Entretanto, foram efetivadas as adequações somente nas Atividades necessárias à execução do Projeto, de modo ao Projeto dar continuidade ao apoio financeiro à nova Diretoria, na realização de atividades e resultados relacionados ao tema. Os Resultados e Objetivos permaneceram os mesmos do PRODOC.

Caberia destacar que o Projeto manteve, com reduzidos atrasos de execução, o Plano de Trabalho originalmente acordado, mesmo com a ocorrência de determinados eventos no período de sua implementação, indicados a seguir:

- (i) mudanças significativas nas autoridades de alta e media gerência na administração do IBAMA e nas prioridades do Instituto, em 2003;
- (ii) dificuldades em assegurar a continuidade de fluxo da contraparte financeira necessária do IBAMA para a realização das atividades do Projeto para 2003 e 2004;
- (iii) períodos longos de greves no IBAMA, produzindo paralisação das atividades de cooperação; e
- (iv) o desenho original de CT apresentava alguns resultados muito ambiciosos a alcançar até o término da cooperação, ficando relativamente concentrados na execução de estudos e projetos, cujas implantações tem sido parcialmente realizadas nas Unidades de Conservação.

Foram realizadas três reuniões tripartites de seguimento e avaliação do Projeto, integradas por representantes da ABC, PNUD e IBAMA, nos períodos: 2002, 2003 e 2005.

Nestas ocasiões foram avaliados os resultados alcançados em: 2000 a 2001, 2002, 2003 e 2004; os respectivos Planos Operativos anuais; e formuladas as seguintes recomendações nas referidas reuniões tripartites:

Período: Maio de 2000 a dezembro de 2001:

- (i) os temas relacionados à pesca e fauna serão tratados em maior profundidade em projetos específicos;
- (ii) com a formalização dos dois novos projetos, o PROECOS deverá ser revisto para as adequações necessárias;
- (iii) com a supressão de determinados componentes, o plano de trabalho do PROECOS deverá ser revisado;

(iv) a execução do projeto tem enfrentado problemas operacionais em relação aos procedimentos de licitações. Deverá ser contratado consultor com muita experiência na área.

Embora existindo estas recomendações, o Plano de Trabalho somente foi modificado informalmente, em 2003, e oficialmente, em janeiro de 2006, por meio da Revisão Substantiva “L”.

A DIFAP foi criada em 2002, porém o Projeto, em certa medida, continuou apoiando financeiramente a execução das atividades pré-acordadas para a conservação e manejo da fauna e vida silvestre.

Os procedimentos de Licitações foram melhorados com a contratação de Consultor para apoiar este tema e manter estreito vínculo com a equipe PNUD/UAP e ABC.

Período maio de 2000 a dezembro 2002:

- (i) prevista a realização de avaliação de meio termo no segundo semestre de 2003;
- (ii) realização de revisão substantiva para o segundo semestre de 2003;
- (iii) melhorias qualitativas a serem introduzidas no Banco de Dados sobre a UC;
- (iv) (a) elaboração de programa de voluntariado e de captação de recursos em prol das UCS;
- (iv) (b) estudo sobre a importância das UCS na conservação e proteção da biodiversidade brasileira (mapeamento e levantamento das pesquisas realizadas);
- (v) revisão das atividades voltadas à fauna executadas pelo PROECOS com o início de novo Projeto PNUD com o IBAMA de apoio a Fauna e Pesca;
- (vi) melhorias a introduzir no processo de difusão dos resultados técnicos obtidos pelos produtos gerados pelo Projeto;
- (vii) avaliação intermediária deverá contemplar a indicação dos resultados e impactos obtidos pelo Projeto em relação à política nacional de conservação da biodiversidade brasileira.

Deste modo, respondendo às recomendações das referidas reuniões tripartites, o Projeto realizou importantes esforços nos seguintes temas:

- (i) não foi realizada a avaliação de meio termo do projeto de comum acordo entre as partes;
- (ii) a revisão substantiva prevista para o segundo semestre de 2003 somente foi formalizada em janeiro de 2006 (revisão “L”)

(iii) foram introduzidas algumas melhorias qualitativas no banco de dados das UCS, porém este novo sistema modular apresenta dificuldades de operacionalização pelo IBAMA e Unidades Descentralizadas.

(iv) (a) o programa de voluntariado junto as UCS foi gradualmente implementado desde 2003, tendo sido objeto de Instrução Normativa nº 66/2005, de maio de 2005, que criou e regulamentou o programa Agente Ambiental Voluntário; a captação de recursos para as UCS vem sendo realizada diretamente pela DIREC/Sede por meio de compensações ambientais e novos programas com recursos internacionais;

(iv) (b) foi realizado estudo sobre a importância das UCS com seus respectivos mapeamentos em escalas de 1: 1 milhão;

(v) realizada a partir de 2003 certa redução de recursos do Projeto alocados para Fauna e Recursos Pesqueiros.

(vi) foram realizados progressos limitados na difusão dos conhecimentos e produtos gerados pelo Projeto. Entretanto, este processo necessita ainda ser sistematizado pela DIREC para a disseminação externa destas informações junto aos demais parceiros governamentais; não governamentais e unidades descentralizadas do IBAMA.

(vii) não foi realizada a avaliação de meio termo do Projeto, porém a DIREC tem monitorado e acompanhado os impactos e resultados do Projeto para a política nacional de conservação da biodiversidade brasileira.

A revisão do Plano Inicial da Cooperação foi realizada ao longo dos 5 anos de execução do Projeto por meio das revisões substantivas “C”; “D”, “M” e “L”. Foi mantido o Objetivo de Desenvolvimento; Propósitos e Resultados/Produtos. O conjunto de Atividades foi objeto de modificações que não alteraram significativamente o alcance do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto.

Capítulo 3 – Resultados alcançados pelo Projeto.

3.1 – Estrutura, Organização e Dinâmica de Execução do Projeto.

No âmbito do IBAMA, o Projeto foi executado pela Diretoria de Ecossistemas-DIREC e mais diretamente por sua Unidade de Gestão de Projeto. A Supervisão técnica do Projeto foi exercida por cada uma das Coordenadorias Técnicas da DIREC, com especial participação da Coordenadoria de Ecossistemas – CGECO e de Unidades de Conservação - CGUC. Também foi indicado o Diretor Nacional do Projeto e Coordenador Nacional de Projeto.

A Coordenação Nacional do Projeto contou com o apoio de Consultores por Produto de longo prazo que constituíram a Equipe Base para a execução das Atividades do Projeto. Os Consultores por Produto de curto prazo também se vinculavam diretamente as Coordenadorias Técnicas.

A Diretoria de Ecossistemas - DIREC, de acordo com o Decreto 4.548 de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a estrutura regimental do IBAMA, tem como missões: coordenar, supervisionar, regulamentar e orientar a execução das ações referentes à proposição de criação e gestão das Unidades de Conservação Federais; a proteção e manejo de ecossistemas; e o controle do uso do patrimônio espeleológico.

De acordo com o Art. 6º, o SNUC é gerido pelos seguintes órgãos, com as respectivas atribuições: I - Órgão Consultivo e Deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA; com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema; II - Órgão Central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema; e III - Órgãos Executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os órgãos estaduais, e municipais com a função de implantar o SNUC.

Desta forma, grande parte das ações executivas e atividades operacionais em âmbito federal previstas na Lei do SNUC são executadas pelo IBAMA e seus setores operacionais, dentre os quais está a DIREC.

Associado à estrutura da DIREC também se encontra o Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas - CECAV. Este Centro é um dos 20 centros

especializados do IBAMA, que são encarregados de execução de ações, programas e projetos específicos da Instituição.

Em termos organizacionais, a DIREC contava com três grandes setores encarregados da: **(i)** criação e regularização fundiária; **(ii)** planejamento e gestão das unidades de conservação; e **(iii)** manejo regional de ecossistemas.

O setor de criação de UCS e regularização fundiária têm como missões: planejar, estudar, analisar e propor a criação de Unidades de Conservação federais, além de promover a regularização fundiária daquelas unidades que devem ser desapropriadas.

O setor de planejamento e gestão encarrega-se da: elaboração e atualização dos planos de manejo; planejamento orçamentário das UCS; estabelecimento de normas e procedimentos para o uso público das unidades (incluindo a parte de pesquisa, uso de imagens, licenciamento de atividades, terceirização, estabelecimento de Conselhos, trabalhos de voluntários); organização e disponibilização de informações sobre as unidades; proteção e controle de atividades potencialmente causadoras de impactos; e obras e manutenção de infra-estrutura das unidades.

Por fim, a unidade de manejo regional de ecossistemas é responsável pelo desenvolvimento de ações complementares ao processo de consolidação das UCS gerenciadas pela DIREC.

Antecipando um dos resultados do PROECOS, a atual estrutura operacional da DIREC é constituída por Coordenadorias de gestão por BIOMA, o que permite a integração multi-setorial de profissionais para atuarem sob a ótica desta unidade de gestão ecossistêmica/biorregional.

Apesar de ser responsabilidade do IBAMA, a gestão de todas as Unidades de Conservação em nível Federal, de diferentes categorias, sua operacionalização se realiza por meio de distintas estruturas administrativas no Instituto.

Assim, as Florestas Nacionais são administradas pela Diretoria de Florestas; as Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável são administradas pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais - CNPT e todas as nove demais categorias são administradas em conjunto pela DIREC e pelas Gerências Executivas.

De acordo com a estrutura operacional do IBAMA, cada Estado possui uma Gerência Executiva, que é a instância local do Instituto. As UCS localizadas em cada Estado estão vinculadas administrativamente à Gerência Executiva e tecnicamente à DIREC.

A principal fonte de recursos orçamentários para o planejamento, implantação e gestão das Unidades de Conservação Federais é o programa Parques do Brasil (PPA), um dos inúmeros segmentos do Programa Avança Brasil.

Neste contexto, a DIREC é a principal unidade executora dos recursos federais previstos para as Unidades de Conservação. Entretanto, existem outras fontes complementares de recursos financeiros como: a arrecadação realizada pelos Parques Nacionais (ingressos e terceirização de serviços), a compensação ambiental (importante mecanismo previsto na Lei do SNUC) e os projetos especiais (doações e projetos orientados para o desenvolvimento de ações específicas).

Atualmente a DIREC administra 107 Unidades de Conservação de Proteção Integral, que somam aproximadamente 23,7 milhões de hectares e 46 Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Além disto, esta Diretoria já reconheceu 392 Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN. Considerando os 8,3 milhões de hectares representados pelas Unidades de Uso Sustentável, a DIREC administrava em 2001, cerca de 24 milhões de hectares, passando em 2003 a 32 milhões de hectares.

A implementação do Programa Plano Nacional de Meio Ambiente (PNMA), durante suas Fases I e II, de 1990/1993 e 1994/ 2000, com financiamento do Banco Mundial e do Banco Alemão de Reconstrução foi importante para o fortalecimento inicial das UCS.

Este apoio foi realizado por meio da implementação do Componente Unidade de Conservação do referido Programa. Ao mesmo tempo, este desempenhou importante papel por meio de seu Componente Proteção de Ecossistemas, na realização de trabalhos para a proteção da diversidade biológica brasileira.

No âmbito deste Programa, o Componente de Unidades de Conservação foi implementado pelo antigo Departamento de Unidades de Conservação (DEUC) na DIREC, sendo estruturada uma unidade de coordenação para a execução deste Componente na referida Diretoria.

Os recursos remanescentes deste Programa foram utilizados para compor a fase preparatória de atual Cooperação Técnica, tendo permitido a conclusão de ações previamente aprovadas no âmbito do PNMA-Fase II.

Para a implantação do Projeto PROECOS, desde a fase de Assistência Preparatória, foi constituída uma estrutura de coordenação administrativa, financeira e

gerencial. Esta iniciativa foi amplamente apoiada pela experiência da DIREC na execução de CT com o PNUD.

A instância de Coordenação Nacional do Projeto (CNP) tinha competências de: planejamento, monitoramento, avaliação e gerenciamento do projeto. Em princípio, a CNP para estas finalidades contava com os subsídios técnicos das Coordenadorias da DIREC, que atuavam diretamente com as Unidades de Conservação e com as Gerências Regionais do IBAMA (GEREX).

A proposta original de estrutura e funcionamento da Unidade de Gerenciamento do Projeto contava com 3 Gerências:

(i) Planejamento: RH: 1 Gerente, 29 técnicos e 3 apoios administrativos; Temas: instrumentos de gestão: criação de UCS, gestão integrada de ecossistemas, e capacitação técnica; 3 Unidades Operacionais.

(ii) Gestão: RH: 1 Gerente, 27 técnicos e 1 apoio administrativo; Temas: gestão das UCS, sistema informatizado, arquivo técnico, manejo de flora e fauna; e normalização; 2 Unidades Operacionais.

(iii) Administrativa e Financeira: RH: 1 Gerente, 5 técnicos e 2 apoios administrativos; Temas: execução dos procedimentos administrativos e financeiros da Cooperação Técnica.

No desenho original do Projeto, em especial, no tocante à Coordenação, foram promovidas condições para que o Projeto atuasse com maior flexibilidade e adequação às necessidades decorrentes da sua execução gradual, atendendo às modificações institucionais no IBAMA e na DIREC.

Os Planos de Atividades anuais e os relatórios de execução do Projeto foram apresentados, aprovados e monitorados em Reuniões tripartites.

Para a implementação do Projeto, a Coordenação Nacional realizava reuniões com as Coordenadorias da DIREC sempre que era necessário à gestão executiva do Projeto, reunindo-se da mesma forma com o PNUD.

Ao mesmo tempo, na fase de Assistência Preparatória, foi estabelecido um planejamento estratégico para a execução do Projeto contando com ações de curto, médio e longo prazo.

Para esta finalidade, a DIREC realizou, com o apoio do Projeto, um seminário nacional com a participação de representantes de suas diferentes instâncias de gestão e operacionalização com vistas à identificação das ações prioritárias à execução.

Como resultado, uma matriz foi estabelecida contendo a pontuação de prioridades atribuídas aos novos e aos projetos em andamento, que avaliava a probabilidade de serem alcançados os seus resultados a curto, médio e longo prazo.

Foram realizadas diversas reuniões que contaram com a participação dos Chefes das Unidades de Conservação Federais, Coordenadores dos Centros Especializados de Pesquisas, Responsáveis Estaduais pelas Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN e Áreas de Proteção Ambiental – APA e Representações do IBAMA nos Estados.

Em relação ao primeiro eixo de atuação, foi constituído um primeiro componente do Projeto, que visava priorizar as ações a serem executadas para atender as necessidades operacionais da DIREC/IBAMA, junto às Unidades de Conservação Federais e Centros Especializados de Pesquisas. Estas ações visavam apoiar a implementação das atividades voltadas à manutenção e conservação dos ecossistemas brasileiros e ao manejo da flora e fauna silvestres.

Semelhante procedimento foi adotado para a constituição do segundo componente do Projeto voltado ao fortalecimento técnico e institucional das Unidades de Conservação.

A estratégia de desenvolvimento do Projeto, portanto, baseou-se na atuação em dois eixos básicos: **(i)** atuar diretamente no fortalecimento técnico da DIREC e **(ii)** atuar diretamente no fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação. Em Anexo está indicada a estrutura operacional usada para a execução do Projeto.

As Unidades de Conservação existentes, com seus Conselhos ou estruturas preliminares de participação das comunidades locais, foram também utilizadas como pontos focais para a implantação de atividades do Projeto.

Esta dinâmica permitiu dar maior efetividade na articulação com outras instituições públicas, privadas, organizações não governamentais, associações comunitárias e representações de setores produtivos nas instâncias locais para a gestão integrada dos Ecossistemas.

Na prática, constatou-se que ocorreram freqüentes mudanças nos interlocutores chaves do lado da DIREC tanto na Direção e Coordenação Nacional do Projeto, na Equipe Base Técnica-Operacional; nas Gerencias Executivas e nas Chefias de determinadas Unidades de Conservação. Estes câmbios freqüentes representaram alguns desafios para o planejamento e continuidade da execução das atividades do Projeto.

Como consequência, a implantação do Projeto enfrentou certo grau de dificuldade inicial para a homogeneização de conhecimento da CT pelos novos funcionários e, conseqüentemente, conheceu atrasos na execução do Projeto, em especial, no primeiro e terceiro ano.

O Coordenador do Projeto e o Diretor Nacional foram substituídos respectivamente em 06 e 4 ocasiões. Processo semelhante foi verificado junto aos cargos de Chefias de Gerencias Regionais e das Unidades de Conservação.

Constatou-se que a DIREC contava com reduzido o número de técnicos (**60**) nas suas Coordenadorias para o desenvolvimento do Projeto, tanto na sede como nas Gerencias Executivas e nas Unidades de Conservação. Atualmente, a DIREC conta com 83 funcionários, dos quais 56 são analistas ambientais, 7 analistas administrativos e 20 técnicos administrativos e auxiliares administrativos. Considerando os Temporários e Consultores este número alcança o total de 125, sendo cerca de 15% temporários e 10% consultores.

A Coordenadoria de Ecossistemas CGECO conta na sede com 19 servidores públicos em áreas de: planejamento, pesquisa, criação e coordenação e 3 administrativos, para gerenciar os Ecossistemas Brasileiros.

Esta carência de quadros técnicos na instituição para a operacionalização do Projeto foi solucionada parcialmente com a participação de Consultores externos, com significativa experiência e conhecimento de Ecossistemas e Unidades de Conservação para a realização de: estudos, projetos, seminários, workshops, cursos de capacitação; e organização e disseminação de informações.

Ao mesmo tempo, o IBAMA realizou 2 concursos públicos, entre 2002 e 2004, para suprir as necessidades de quadros técnicos, tanto na Sede como em suas estruturas operacionais descentralizadas nos Estados e UC.

Entre 2003 e 2005, por meio dos concursos, o IBAMA contratou cerca de 1.550 analistas. No final de 2005, dos 6.353 funcionários do Instituto, 2.433 eram analistas ambientais. A DIREC conta com 56 analistas ambientais.

Esta iniciativa foi acompanhada de redução significativa de utilização de Consultores externos para a realização de atividades do Projeto, assim como de sua Equipe Básica. Esta redução de Consultores também visava atender à legislação federal relativa aos Contratos de curto e longo prazo, que atuavam em projetos de cooperação técnica internacional.

A carência de quadros com formação para administração e gerenciamento de projetos constituiu ainda uma das dificuldades enfrentadas pelo IBAMA, em suas diferentes Diretorias, inclusive na DIREC. Atualmente, a Diretoria conta com o reduzido contingente de 7 Analistas Administrativos.

Portanto, a ação conjunta destas duas situações tanto de redução de Consultores como de carência de quadros para administração e gerenciamento de Projetos produziu dificuldades iniciais para à implantação do PROECOS.

Caberia ressaltar o Projeto enfrentou fortes desafios para a obtenção de resultados e impactos na Política de Conservação da Biodiversidade brasileira, visto que estes não dependiam somente das Unidades de Conservação Federais.

Os resultados dependiam de ações integradas de 424 unidades descentralizadas do IBAMA: 108 UCS de Proteção Integral; 140 UCS de Uso sustentável; 37 Gerências Executivas; 20 Centros Especializados e 139 Escritórios Regionais.

Como um exemplo desta dificuldade, poderia ser indicado o processo de execução do Projeto de Comunicação-Interface entre os diversos segmentos do IBAMA e os Chefes de Unidades de Conservação do SNUC para a proteção das Áreas Protegidas. Este projeto foi obrigado a concentrar-se no atendimento prioritário de somente 1/6 da demanda total de comunicação integrada entre as diferentes Unidades descentralizadas.

Portanto, o Projeto concentrou-se no atendimento das 37 Gerências Regionais; e somente 38 Unidades de Conservação (19 Parques Nacionais; 4 Reservas Biológicas; 2 Estações Ecológicas; 5 Áreas de Proteção Ambiental; 2 Reservas Extrativistas e 1 Floresta Nacional). Como consequência desta situação, o atendimento do sistema de comunicação integrada (entre diferentes unidades operacionais da Sede e das Unidades descentralizadas) permanece em um nível muito aquém do necessário para a gestão estratégica do IBAMA e, em especial, da DIREC.

3.2 – Identificação de Resultados alcançados.

Como previamente indicado, o cronograma tentativo original de execução do Projeto foi sendo atualizado anualmente pelos Planos Operacionais de Ação executados pela Coordenação do Projeto, de acordo com a capacidade de execução e de gerenciamento; da disponibilidade de recursos humanos e financeiros da DIREC/IBAMA, para a supervisão dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelos Consultores, no âmbito do Projeto.

Tabela em anexo apresenta de forma sintética as metas alcançadas para cada um dos Produtos, de acordo com o planejado e o executado pelo Projeto, ao longo dos 5 anos de execução.

Os recursos alocados para a obtenção dos Resultados 4.1; 4.2 e 4.3 foram de R\$ 13,230 milhões (70% do Projeto) e para os Resultados 5.1; 5.2; 5.3 e 5.4 foram de R\$ 5,640 milhões (30% do Projeto).

Os recursos alocados por Objetivos Imediatos 4 e 5 permitem avaliar preliminarmente o grau de prioridade e de profundidade dado aos temas na elaboração do PRODOC. A mesma análise é realizada com o grau de participação dos recursos alocados em cada grupo de Resultados esperados por Objetivo Imediato.

Resultado 4.1: *Instrumentos de gestão, elaborados e implementados.*

R\$ 9,880 milhões – 52% dos recursos do Projeto e 75% dos recursos do OI 4.

Indicadores da MLP:

- *Roteiro Metodológico para elaboração de Planos de Manejo*
- *30 Planos de Manejo elaborados e implantados*
- *10 Zonas de Amortecimento estabelecidas.*
- *10 estudos de caracterização e diagnóstico ambiental da Unidade de Conservação e/ou Avaliação Ecológicas Rápidos, realizados.*
- *20 projetos elaborados visando minimizar impactos ambientais nas Unidades de Conservação Federais.*
- *20 Planos de Uso Público, elaborados e implantados*
- *40 projetos de uso público, elaborados.*

- 15 projetos de prevenção e combate a incêndios, elaborados.
- 15 projetos de monitoramento ambiental, implantados.
- 05 estudos para a classificação dos recursos hídricos, elaborados.
- 05 Conselhos Consultivos nas Unidades de Conservação, implementados.
- 10 projetos de fortalecimento e criação de Unidades de Conservação Federais
- 20 projetos para a demarcação de terras em áreas nas Unidades de Conservação..
- 10 projetos voltados ao eco turismo em Unidades de Conservação Federais.
- 10 projetos de segurança, elaborados.
- 20 programas de compensação ambiental, elaborados e implementados.

Comentários:

A DIREC visando o fortalecimento da gestão estratégica dos ecossistemas brasileiros obteve ao longo da execução do Projeto a elaboração e implementação de diferentes instrumentos, de modo a poder atuar de modo mais efetivo e eficaz para a conservação e manejo dos ecossistemas nacionais, de acordo com as diretrizes constantes do SNUC e sua regulamentação. Este resultado contava com 16 tipos de atividades geradoras de Produtos.

Foram produzidos e publicados 2 roteiros metodológicos para elaboração de Planos de Manejo de UCS, contemplando as seguintes tipologias de UCS:

Roteiro 1: Parques Nacionais; Reservas Biológicas; Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental (2002); e

Roteiro 2: Reserva Particular do Patrimônio Natural Conservação (2004).

Foram também produzidas 2 propostas: 1- Roteiro Metodológico para elaboração de Plano de Manejo de Uso Múltiplo de Reserva Extrativista de Recursos Pesqueiros e 2 - Roteiro Metodológico para elaboração de Planos de Manejo para Cavernas (com finalização prevista para 2006).

A disponibilização dos novos Roteiros aprimorados, após quatro anos da promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, e os dois da sua regulamentação (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002), representou um avanço metodológico importante ao IBAMA e à sociedade civil brasileira.

Embora o IBAMA tivesse o mandato legal de elaborar e disponibilizar roteiros metodológicos para a elaboração de planos de manejo para as diferentes categorias federais de UCS, os roteiros existentes necessitavam uma formulação com maior

densidade técnica e metodológica, contemplando as principais orientações e uniformização das questões, que regem o manejo e a gestão das Unidades.

Portanto, os Roteiros atenderam ao mesmo tempo, com qualidade técnica e processo participativo de diferentes atores da sociedade, a uma demanda interna ao IBAMA e do público externo que, há muito tempo, aguardava por sua definição, com adequação à realidade política, econômica, social e institucional do País.

Em continuidade à elaboração e publicação do roteiro metodológico do tipo 1, em 2002, foi iniciado significativo esforço para a elaboração dos Planos de Manejo específicos para UCS prioritárias, que se localizavam em áreas sob fortes pressões econômicas e sociais, produtoras de degradações, tanto da manutenção quanto da conservação da biodiversidade em importantes ecossistemas brasileiros.

Caberia destacar que 10 planos de manejo foram realizados com recursos originários da aplicação da legislação referente à compensação ambiental.

Como resultados destes esforços foram alcançados os seguintes instrumentos de política pública e de gestão ambiental:

Publicados: 21 Planos de Manejo;

Concluídos sem publicação: 05 Planos de Manejo;

Em elaboração pela DIREC: 14 Planos de Manejo;

Em elaboração por Consultores: 12 Planos de Manejo; e

Em elaboração por Consultores com recursos de Compensação Ambiental: 10 Planos de Manejo.

Totalizando 59 Planos de Manejo, dos quais 29 foram concluídos, dos quais somente 21 publicados. Encontram-se ainda em elaboração 33 Planos de Manejo, no âmbito da DIREC.

O Projeto apoiou também as atividades e reuniões necessárias, junto as UCS e respectivas comunidades, para a elaboração, discussão, apresentação e aprovação destes Planos.

De acordo com as informações do IBAMA entre 1937 e 2004 foram criadas 236 UCS no âmbito federal, 53 parques nacionais, 26 reservas biológicas, 29 estações ecológicas, 66 florestas nacionais, 29 áreas de proteção ambiental e 33 reservas extrativistas, para citar apenas algumas delas. Não foram consideradas as 403 RPPN federais.

Estes dados permitem constatar os avanços realizados pelo IBAMA na conservação dos ecossistemas brasileiros, com o apoio do Projeto, tendo como

referencia que os Planos de Manejo constituem efetivos instrumentos para a gestão das UCS.

O Decreto 4.340 de 2002, que regulamentou o Artigo 27º da Lei do SNUC, determinava que cada órgão gestor elaborasse um roteiro metodológico para orientar a elaboração dos Planos de Manejo.

Nesse roteiro devem constar as diretrizes para o diagnóstico da Unidade, zoneamento, programas de manejo, prazos de avaliação, de revisão e fases de implementação. A DIREC publicou em 2002 o “Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica.”.

Em 2000, cerca de 30% das UCS apresentava seus planos de Manejo, representando a existência de cerca de 40 Planos de Manejo para 133 UCS. Porém, em 2004, estas UCS já atingiam o número de 236, significando um aumento de 90% no número de UCS. Com isto, passaram a ser geradas novas demandas por elaboração e aprovação de Planos de Manejo.

Foram elaborados ou estão em elaboração 29 novos Planos de Manejo pelo Projeto, que em adição aos 30 existentes e revisados, e 10 existentes, representariam um atendimento de 69 Planos das 133 UCS existentes em 2000 (54% de atendimento com o Projeto).

Portanto, percebe-se que existe ainda um déficit significativo de 137 novos Planos de Manejo das UCS (sem contar as RPPNS, cujos instrumentos são específicos) a serem executados pela Instituição, em atendimento as suas competências e normas consolidadas na legislação do SNUC.

O estabelecimento de 10 zonas de amortecimento nos Planos de Manejo, previamente existentes a 2002, constituiu outro elemento importante a ser obtido com o Projeto. Foi elaborado um estudo preliminar para o projeto metodológico contendo as orientações e procedimentos para o estabelecimento destas referidas zonas.

Em 2004, 22 zonas de amortecimento de UCS estavam em fase de estabelecimento, contribuindo significativamente para a conservação e uso sustentável de recursos naturais pelas populações adjacentes as UCS. Entretanto, até o momento não foram aprovadas pelo IBAMA, não podendo ainda ser utilizadas para a gestão preventiva ou corretiva nas UCS.

Caberia ressaltar que, com a regulamentação do SNUC, a partir 2002, as zonas de amortecimento passaram a integrar os quesitos para a aprovação dos novos Planos de

Manejo. Este tema permanece pendente na Agenda de instrumentos jurídicos e legais para a gestão estratégica das UCS, ainda que façam parte dos planos de Manejo.

Para apoiar operacionalmente as Unidades de Conservação, com estudos de caracterização e diagnósticos ambientais para uso imediato, foram elaboradas metodologias de avaliação ecológicas rápidas, com a sua aplicação em 10 estudos sobre os impactos decorrentes de implantação de infra-estruturas ou atividades não previstas para execução em zonas adjacentes ou em Parques Nacionais.

Estas atividades geraram maior experiência e agilidade da DIREC em atender consultas preliminares sobre a implantação de projetos especiais que poderiam vir a degradar as condições da biodiversidade e ecossistemas brasileiros.

Lamentavelmente, estes estudos e pareceres não têm sido compartilhados com as diferentes Unidades Técnicas e operacionais da DIREC, GEREX e UCS, restringindo-se o seu uso pelos profissionais diretamente responsáveis pelos temas analisados.

Por meio da “revisão D”, cerca de “20 projetos a serem implantados em zonas de amortecimento das UCS” foram substituídos por “20 estudos ou projetos de diferentes naturezas”, para apoio técnico à DIREC para emissão de pareceres e análises, como por exemplo: “Análise do grau de impacto ambiental do Terminal Fluvial Porto do Rio Iguaçu”; “Compensação ambiental do empreendimento da Linha de Transmissão Araxá 2” ou ainda “Análise da Interferência em UCS do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”.

Estes estudos e projetos possibilitaram a DIREC participar mais ativamente na gestão das políticas públicas de meio ambiente, ampliando sua capacidade de resposta técnica sobre consultas derivadas de propostas de projetos de desenvolvimento econômico e social, com forte presença do tema ambiental.

O tratamento da questão dos Planos de Uso Público nas Unidades de Conservação que foi identificado como uma das prioridades de Projeto, ainda em sua fase de Assistência Preparatória. Entretanto, deverá constituir um dos pontos que mereceria ser trabalhado, num futuro próximo, pela equipe técnica da DIREC juntamente com as GEREX e Chefias das UCS, bem como com as comunidades relacionadas ao tema.

Apesar de terem sido elaborados 10 Planos de Usos Públicos para 10 Parques Nacionais, estes não foram implantados em sua maioria. Estes detalhamentos técnicos e operacionais de usos públicos nas UCS foram considerados, após 2003, como elementos

integrantes dos Planos de Manejo das UCS, sem alcançar o detalhamento operacional necessário.

Entretanto, foram elaborados projetos finais para execução de trilhas, projetos de reforma de instalações e prédios existentes, assim como novas edificações para determinados Parques Nacionais e Reservas Biológicas. Estes projetos não foram em sua maioria, até o momento, fisicamente iniciados ou implementados.

Em sua maioria, caso fossem edificados a curto prazo, estes projetos aportariam:

- (i) melhores condições à consecução dos objetivos das UCS, em relação à ampliação da capacidade instalada tanto para receber mais profissionais como para a recepção de voluntários da comunidade;
- (ii) a realização de atividades de educação e sensibilização ambiental; e
- (iii) suporte as capacidades de gestão, supervisão e fiscalização da biodiversidade nas respectivas Unidades.

A cooperação técnica também procurava a integração destes projetos com aqueles destinados à execução de exposições interpretativas para algumas UCS.

Relacionado aos temas de desenvolvimento sustentável e uso público, o Projeto propunha um maior aprofundamento técnico do desenvolvimento de estratégias e proposições operacionais para do turismo sustentável para UCS. Este tema não apresentou avanços significativos, apesar de contar o MMA com proposta de política para este tema em relação às UCS.

No tocante aos 15 projetos de Prevenção e Combate a Incêndios em UCS foram elaborados Planos de Prevenção e Combate a Incêndios para 06 Parques; 2 Estações Ecológicas e 5 Reservas Biológicas. Entretanto, sua implementação está em fase preliminar.

Caberia ressaltar que foi elaborado projeto para apoiar as ações das brigadas de incêndio nas UCS por meio de suporte técnico e material. As articulações e contribuições deste Projeto com o PREVFOGO foram acompanhadas pelo Projeto naquelas UCS para as quais foram produzidos os Planos. Este tema continua sendo uma das áreas a serem reforçadas no sistema de Proteção das UCS, considerando à distância física da maioria das UCS, em relação às Unidades instaladas e equipadas do PREVFOGO.

Entretanto, caberia destacar que em relação à prevenção e ao combate a incêndios florestais, entre 2003 e 2005, por meio de outros Programas, o IBAMA colocou em funcionamento ao redor de 201 brigadas contra incêndio para as quais

foram contratados 3.200 brigadistas. Foram realizados 216 cursos de treinamento, adquiridas 140 motobombas e foi apoiada a criação de 18 Comitês Estaduais para atuar neste tema.

Um dos produtos originalmente proposto foi o de apoiar a elaboração e implantação de 15 projetos de monitoramento ambiental, o que poderia ter gerado a elaboração de manuais orientadores de monitoramento por tipologia de UCS. Por meio da revisão substantiva D, este resultado foi substituído pela elaboração de 10 projetos/estudos destinados ao apoio técnico da DIREC, permitindo a emissão de pareceres sobre RPPNS e impactos ambientais de novos projetos.

Em princípio, os atuais instrumentos de monitoramento ambiental de uso na DIREC necessitariam apresentar um maior grau de formalização, capacitação e divulgação por meio de procedimentos e manuais formais de uso comum pelas diferentes tipologias de UCS. Este processo de monitoramento, caso contasse com manuais orientadores possibilitaria a melhor padronização de coleta de informações pelas áreas operacionais e, conseqüentemente, geraria melhores análises comparativas; avaliações e divulgação de indicadores selecionados para o referido monitoramento ambiental pelo IBAMA.

Levando em consideração que foram introduzidos novos Programas e a regulação no setor de recursos hídricos, foi substituído o resultado esperado relacionado ao respectivo enquadramento destes recursos, por ações voltadas ao apoio do CECAV.

Foram realizados pelo menos 10 projetos ou estudos voltados ao CECAV, que permitiram ao Centro contar com estudos técnicos de relevância para a conservação e manutenção dos recursos espeleológicos nacionais sob a gestão do referido Centro e do IBAMA.

Considerando que a atuação dos Conselhos Consultivos consolidou-se como estratégia de gestão, após 2000, pela otimização da participação da sociedade na administração das Unidades de Conservação, o Projeto apoiou o estabelecimento das premissas, atribuições e procedimentos do IBAMA para a criação dos referidos Conselhos.

De forma a potencializar o aproveitamento do pessoal das Unidades de Conservação, no ano de 2001, foram realizados treinamentos para capacitação de 30 técnicos, visando à formação de Conselhos. Essa estratégia permitiu a disseminação dos objetivos e mecanismos de atuação dos Conselhos, aportando contribuições à elaboração das diretrizes para a criação e implantação destes.

Portanto, de 2001 a 2003, foram criados 30 Conselhos, sendo 12 estabelecidos no ano de 2001 e os demais até 2003. Neste período, o primeiro Conselho implementado foi o da Estação Ecológica de Carijós. A DIREC implementou Conselhos Consultivos em 15 Parques Nacionais, 8 em Áreas de Proteção Ambiental, 4 em Reservas Biológicas e 3 em Estações Ecológicas.

A participação das comunidades na gestão das UCS constituiu um dos elementos contributivos importantes na consolidação da gestão participativa da conservação e manutenção dos recursos ambientais nas UCS. A DIREC realizou importantes avanços para o diagnóstico e implementação de formas de gestão para estabelecimento de Conselhos em suas UCS.

Seria recomendável a elaboração de documento básico, a ser compartilhado com as demais Gerências e UCS, que contenha a descrição das estratégias, pontos positivos e dificuldades enfrentadas no processo de implantação destas experiências bem sucedidas de gestão participativa das UCS.

A elaboração e implantação de 10 Projetos para o fortalecimento e/ou criação de Unidades de Conservação é considerado como de alta importância para o alcance deste Produto.

Por meio do Projeto foram realizados estudos, pareceres técnicos e jurídicos e elaboradas minutas de decretos para a instituição de novas UCS, ampliando as ações preventivas e corretivas de conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros.

Indicada como uma das áreas críticas a ser tratada pelo Projeto, a demarcação de terras em áreas nas Unidades de Conservação (juntamente com as respectivas regularizações fundiárias e aprovações dos Planos de Manejo) faz parte do grupo de instrumentos básicos para a gestão das referidas Unidades nacionais.

Esta iniciativa vem contribuindo para a sustentabilidade dos ecossistemas brasileiros; para o aproveitamento sustentável dos seus recursos naturais e para a participação das comunidades e demais atores na gestão compartilhada das UCS.

Este instrumento trata de temas relacionados à propriedade, ao uso e ao valor da terra, os quais atuam como fatores determinantes e condicionantes para a aplicabilidade das políticas públicas de meio ambiente e de desenvolvimento da sociedade.

No âmbito do Projeto, foram apoiadas ações destinadas a obter documentos cartoriais e cadeias dominiais sucessórias de pelo menos 5 Parques Nacionais; de imóveis inseridos nas UCS dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia; treinamento da Gerência de Minas Gerais sobre registros públicos e demais

instrumentos legais inerentes ao estabelecimento de cadeia dominial; bem como ações de regularização fundiária com Gerentes da Bahia, Piauí, Tocantins e Maranhão. Também foram geradas bases cartográficas para 06 UCS.

Constata-se que as ações realizadas foram muito reduzidas em relação às demandas existentes neste tema; assim como, por meio de entrevistas, foi constatado que, em geral, as UCS não dispõem destas informações nas suas instalações para consulta imediata ou orientação das comunidades e proprietários de terra. Estes estudos se encontram na Sede, não tendo sido realizadas cópias digitais para compartilhamento com as Gerencias e UCS.

O Projeto contou com atividades de educação e sensibilização ambiental por meio da elaboração e implantação de exposições interpretativas itinerantes para usuários e visitantes, em pelo menos 6 Parques Nacionais, como por exemplo: Itatiaia, Serra dos Órgãos e Aparados da Serra. Estas iniciativas deveriam ser intensificadas em maior número de Parques e outras UCS, nas diferentes regiões do Brasil.

Outra área de contribuição para a melhoria da gestão das UCS é a elaboração de Planos de Proteção e Segurança, que visavam reduzir as áreas de risco de invasões e de ocorrência de acidentes com turistas.

As atividades de Segurança foram ampliadas com a incorporação também de estudos para a minimização de conflitos existentes e para a implantação de gestão participativa nas referidas UCS. Foram elaborados Planos de Proteção para 4 Parques Nacionais.

Portanto, foram reduzidas as ações estudadas, propostas e implementadas para a solução de conflitos ou gestão participativa em áreas protegidas (UCS) com superposição ou interposição com terras indígenas. Este tema deverá receber um aprofundamento técnico e institucional por meio da aprovação, em abril 2006, do Plano Nacional Estratégico das Áreas Protegidas, sob a coordenação do MMA.

O Projeto apoiou a elaboração de estudos e instrumentos de viabilização da aplicação do Artigo 36 da Lei 9985 referente à compensação ambiental decorrente de licenciamentos de empreendimentos a ser emitido pelo IBAMA ou previamente licenciados nas diferentes regiões brasileiras.

Estas atividades contribuíram significativamente para a posterior normalização e aplicabilidade pelo IBAMA da legislação referente ao licenciamento e dos recursos originários de compensação ambiental. Fato importante é a vinculação da utilização

destes recursos diretamente às Unidades de Conservação, onde os empreendimentos serão realizados.

As 562 atividades realizadas, agrupadas em 16 tipos de Atividades, contribuíram para a obtenção do Resultado 4.1 do Projeto: Instrumentos de Gestão, elaborados e implementados.

A execução destes estudos e/ou projetos constituiu importante avanço para o fortalecimento técnico e institucional da DIREC, das Gerencias Regionais e das UCS na aplicação de políticas públicas para a conservação e uso sustentável dos ecossistemas brasileiros.

Estes estudos e projetos vieram adicionar aos resultados alcançados com o PNMA I e II, melhores condições de operacionalização técnica e gerencial da legislação relacionada ao SNUC e sua regulamentação, permitindo:

- (i) elaboração de instrumentos e implantação de processos na gestão das Unidades de Conservação Federais;
- (ii) produção de conhecimentos técnicos por meio de análises de casos específicos; e
- (iii) formação de banco de experiências bem sucedidas em diferentes segmentos da gestão de UCS com rápida aplicação em outras situações e implantação de processos de participação das comunidades na gestão das UCS.

Indicamos a seguir um resumo das atividades realizadas:

- 02 Roteiros Metodológicos elaborados e 02 Propostas de Roteiros em elaboração e discussão;
- 64 instrumentos de gestão elaborados, implantados e monitorados;
- 21 Planos de Manejo de Unidades de Conservação, elaborados e publicados;
- 33 Planos de Manejo de Unidades de Conservação acompanhados;
- 03 Planos de Manejo de Cavernas elaborados;
- 03 encartes de Planos de Manejo elaborados;
- 22 Zonas de Amortecimento em fase de estabelecimento e 01 projeto apontando a metodologia de estabelecimento de Zonas de Amortecimento;
- 18 estudos de caracterização e diagnóstico ambiental de Unidades de Conservação ou avaliação ecológica rápida;

- 29 estudos ou projetos elaborados e implementados nas Zonas de Amortecimento;
- 10 Planos de Uso Público elaborados; observação: os Planos de Uso Público passaram a ser tratados, concomitantemente, na elaboração dos Planos de Manejo;
- 120 projetos de Uso Público, revisados ou elaborados;
- 17 programas ou projetos de Prevenção e Combate a Incêndios elaborados;
- 14 projetos ou estudos técnicos voltados ao monitoramento elaborados
- 30 projetos ou estudos técnicos específicos voltados ao Centro Especializado de Cavernas;
- 07 Planos de Ação visando à implantação de Conselhos Consultivos / Deliberativos criados;
- 37 projetos ou estudos técnicos específicos de fortalecimento e criação de Unidades de Conservação, elaborados (proposta de procedimentos para criação de novas unidades de conservação elaborada, consultas públicas realizadas e processos de criação analisados / estudos técnicos específicos realizados visando à criação de novas unidades de conservação elaborados);
- 37 projetos ou estudos técnicos voltados à regularização de terras da União, ao controle e acompanhamento fundiário e patrimonial, elaborados;
- 08 projetos ou estudos técnicos voltados ao Ecoturismo, elaborados;
- 11 projetos ou estudos técnicos visando minimizar conflitos existentes em Unidades de Conservação elaborados, inclusive áreas com conflitos indígenas;
- 21 programas ou propostas de compensação ambiental elaborados;
- 39 termos de referência para contratação de Consultorias, elaborados;
- 156 documentos técnicos visando responder a consultas das Unidades de Conservação, elaborados;
- 39 pareceres técnicos sobre licenças de Pesquisas e Procedimentos Operativos em Unidades de Conservação, emitidos.
- 1 proposta preliminar para o programa de capacitação do IBAMA, elaborada;

A avaliação da execução destas atividades e a obtenção dos seus indicadores possibilitaram a verificação de que determinados instrumentos normativos, com aplicabilidade geral às UCS, nem sempre contaram com sua fase de implantação, em grande número de UCS.

Mesmo considerando as modificações introduzidas nas atividades 4.1.5 (zonas de amortecimento); 4.1.10 (recursos hídricos); 4.1.12 (criação de UCS); 4.1.13 (demarcação de terras); 4.1.14 (eco turismo); 4.1.15 (segurança); 4.1.16 (compensação ambiental) pode-se afirmar que foram alcançados os indicadores de avaliação da Matriz Lógica do Projeto.

Resultado 4.2: Mecanismos de Proteção e Manejo da Flora e Fauna Brasileira, implantados e monitorados.

.RS\$ 1,600 milhão – 8,6% dos recursos do Projeto e 12,5% do OI 4.

Indicadores da MLP:

- 30 vistorias em aeroportos, criadouros, zoológicos e orquidários.
- Revisão da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção
- 05 projetos relacionados à recuperação de espécies ameaçadas de extinção.
- 15 projetos para promover a conservação de espécies de plantas ornamentais.
- 10 projetos de uso e conservação de espécies de plantas medicinais.
- 05 projetos de manejo de xaxim.
- 10 planos de manejo de espécies da fauna e da flora brasileira

Comentários:

Este resultado destinava-se a apoiar, por meio da realização de 10 tipos de atividades (estudos e projetos), às unidades técnicas da antiga DIREC. Estas Atividades se destinavam:

- (i) a produção de conhecimentos técnicos para a proteção e manejo da flora e fauna brasileiras;
- (ii) a implantação de mecanismos e instrumentos para esta finalidade; e
- (iii) ao monitoramento e avaliação sistemática para a conservação e manutenção da biodiversidade dos ecossistemas brasileiros.

Percebe-se que este Resultado 4.2 está diretamente relacionado com o Resultado 5.1 (Normas e Procedimentos para a Preservação e Conservação dos Ecossistemas Brasileiros). Entretanto, com vistas à operacionalização da implementação do PROECOS, estes 2 Resultados foram formulados separadamente, porém os Produtos foram obtidos pela integração de ações obtidas em cada um deles.

As atividades realizadas no âmbito do Projeto originaram-se da avaliação dos diferentes graus de necessidade do IBAMA de ação imediata, de médio e longo prazo para a proteção e manejo da flora e fauna brasileira.

A DIREC contou, para o exercício de suas funções, com o apoio de consultores e de profissionais especializados em flora, fauna e pesca. Estes Consultores atuaram junto com os funcionários para o desenvolvimento das seguintes atividades pelo PROECOS:

- (i) a elaboração de documentos técnicos e normativos;
- (ii) inventários de espécies ameaçadas de extinção;
- (iii) vistorias e licenciamentos para importação e exportação de animais silvestres e material genético;
- (iv) estudos e pesquisas para recuperação de espécies ameaçadas de extinção;
- (v) propostas e planos de manejo para proteção de espécies da fauna e dos recursos pesqueiros; e
- (vi) monitoramento e avaliação dos mecanismos para a proteção da fauna e recursos pesqueiros nacionais.

Atividades foram desenvolvidas para apoiar a realização de projetos e estudos específicos para o desenvolvimento dos Centros Especializados do IBAMA ou necessários a outros parceiros relevantes no tratamento das questões de fauna e recursos pesqueiros.

Estes estudos, diagnósticos e planos foram gradualmente incorporados ao patrimônio técnico e institucional da DIREC, por meio de sua utilização pelos seus técnicos; assim como, foram disponibilizadas informações aos centros universitários, órgãos públicos, ongs e comunidades atuantes na proteção dos ecossistemas e corredores ecológicos brasileiros.

Vários destes estudos serviram para: (i) a criação de comissões técnicas; (ii) captação de recursos para novos projetos ou fortalecimento de centros especializados; (iii) subsidiaram a proposição e elaboração de legislação e normas específicas para a proteção da fauna, flora e recursos pesqueiros; (v) capacitação e sensibilização

ambiental das comunidades e da sociedade em geral; (vi) a realização de inventário e documentação das espécies em extinção e (vii) usos sustentáveis alternativos destes recursos pelas comunidades adjacentes ou ribeirinhas.

Considerando a importância deste tema e as limitações do Projeto PROECOS em atender às demandas crescentes da fauna e pesca na DIREC, surgiu à necessidade da criação de nova diretoria no IBAMA e da elaboração de novo Projeto de Cooperação Técnica para apoiar o fortalecimento destas Atividades.

Neste sentido, o IBAMA desenvolveu negociações com o PNUD e ABC, para a aprovação de novo Projeto de Cooperação, reforçando a DIFAP – Diretoria de Fauna e Pesca na estrutura organizacional do IBAMA, pela modificação do Decreto 3179/99, em 2002.

Por meio do PROECOS foi dada continuidade para o funcionamento da DIFAP, até que esta Diretoria contasse com o próprio Projeto de Cooperação Técnica aprovado pelo PNUD e ABC.

Portanto, pode-se afirmar que as atividades técnicas executadas pelo PROECOS permitiram a consolidação de iniciativas e estudos, tendo ao mesmo tempo propiciado maior visibilidade nacional a esta nova Diretoria do IBAMA.

No âmbito deste Produto/Resultado foram realizadas as seguintes atividades:

- 75 vistorias realizadas e 219 processos/projetos em aeroportos, criadouros, zoológicos analisados;
- 341 licenças para controle de exportação e importação de animais silvestres; bem como de material genético, analisadas e emitidas;
- 02 listagens elaboradas decorrentes de inventários detalhados (1 Revisão da lista oficial de espécies ameaçadas de extinção e 01 lista de répteis elaboradas); ainda não publicadas.
- 40 estudos ou projetos relativos à recuperação de espécies ameaçadas de extinção, fauna e recursos pesqueiros elaborados; (não foram implantados).
- 22 estudos ou projetos referentes à conservação da fauna e ao uso e conservação dos recursos pesqueiros apoiados ou elaborados;
- 15 Planos de Manejo de espécies da fauna e dos recursos pesqueiros elaborados (02 diagnósticos e 08 propostas de planos ou projeto);

- 21 análises e diagnósticos sobre a fauna e recursos pesqueiros (08 avaliações, 01 consolidação de informações, 05 diagnósticos e 08 relatórios técnicos);
- 24 estudos ou projetos voltados aos centros especializados (02 diagnósticos, 05 planos de ação, 04 propostas e 13 relatórios técnicos).

Os produtos alcançados com a execução destas atividades constituíram importantes subsídios à implementação da política de proteção e de manejo da flora; da fauna e recursos pesqueiros no âmbito da DIREC.

Este Resultado contribuiu para a elaboração de instrumentos de gestão que necessitam ainda ser implementados em diversos ecossistemas brasileiros. Os estudos e projetos constituíram a primeira etapa deste processo de proteção e manejo dos recursos da biodiversidade nacional.

Excelente contribuição para a proteção da fauna brasileira foi realizada por meio da revisão e elaboração da lista oficial de espécies brasileira ameaçadas de extinção, listando 633 espécies, das quais 395 são de fauna.

A lista nacional também traz dados sobre 238 espécies de peixes e invertebrados aquáticos, as quais se encontram em perigo. Ademais, este inventário contém informações sobre espécies sobre pescadas ou ameaçadas de sobre exploração devido ao excesso de captura comercial dos recursos pesqueiros.

Até dezembro de 2005, a referida listagem permanecia em análise pelo Ministério do Meio Ambiente, sem ter adquirido a aplicabilidade da legislação normativa a ser utilizada para diversas atividades produtivas, que podem ameaçar a continuidade das espécies em extinção brasileiras.

Encontra-se em processo de conclusão, pelo MMA, o documento “Plantas para o Futuro”, que identifica as Espécies de Flora Brasileira com Valor Econômico Atual e Potencial. Este documento contou com a contribuição de resultados obtidos pelo PROECOS e demais projetos desenvolvidos pelo Ministério e IBAMA, relacionados à proteção e conservação da biodiversidade.

O Projeto também apoiou os primeiros trabalhos de constituição de Comitês de Especialistas constituídos por pesquisadores, ongs, universidade, representantes das administrações federais e estaduais. Estas primeiras experiências bem sucedidas, no caso do mico-leão-dourado e de ararinha-azul, serviram para a sua multiplicação e aprimoramento do processo de constituição destes comitês.

Os Comitês apresentam, como um dos seus objetivos, a elaboração e acompanhamento da implementação de planos de longo prazo e respectivas ações, para reverter o processo de ameaça de extinção das espécies “criticamente em perigo” ou “em perigo”. Atualmente, já se encontram em funcionamento 22 Comitês.

O Projeto apoiou o desenvolvimento de diversos diagnósticos, projeto e iniciativas dos Centros do IBAMA, que possibilitaram o fortalecimento técnico e institucional da gestão dos seguintes centros: Centro Especializado de Mamíferos Aquáticos (CMA); Centro Especializado em Tartarugas Marinha (TAMAR); Centro Especializado em Répteis e Anfíbios (RAN); Centro Especializado em Predadores Naturais (CENAPE); Centro Especializado em Aves Silvestres (CEMAVE) e o Centro Especializado em Primatas Brasileiros (CPB).

Destacam-se diversas iniciativas em execução pelo Ministério do Meio Ambiente destinam-se à proteção da flora e fauna, dentre as quais o diagnóstico das espécies invasoras e o mapeamento das espécies silvestres, variedades crioulas das principais espécies de plantas cultivadas no País.

Na área da gestão da biodiversidade aquática, o IBAMA vem contribuindo para a formulação de princípios e elaboração de normas de uso dos recursos pesqueiros, por meio de estudos realizados previamente com apoio do PROECOS e, atualmente, do projeto PNUD/DIRAF.

Diversas atividades não alcançaram os seus indicadores de avaliação devido ao fato de que passaram a ser apoiadas pelo novo projeto de cooperação da DIRAF.

Portanto, pode-se considerar que este Resultado contribuiu para o fortalecimento da capacidade de gestão da DIFAP para a proteção e manejo dos recursos da fauna e recursos pesqueiros. Estas contribuições permitiram:

- (i) a formulação de subsídios à política e a emissão de normas para a proteção e manejo de flora, fauna e recursos pesqueiros;
- (ii) a atualização de inventários das espécies em extinção;
- (iii) a constituição de comitês e processos de participação de diferentes atores na proposição e seguimento de planos de manejo, planos de proteção de espécies ameaçadas de extinção; e
- (iv) capacitação e sensibilização ambiental de profissionais e comunidades nos temas de flora, fauna e recursos pesqueiros.

Todavia, elevado número de estudos, diagnósticos e propostas de planos deveriam ter sido mais bem disseminados e postos à disposição para consultas pela sociedade, profissionais, ongs e demais instituições públicas atuantes no setor.

Os referidos documentos e informações poderiam também ser sistematicamente compartilhados com os Chefes de Unidades de Conservação, possibilitando disporem destes produtos para consulta e difusão junto aos usuários, profissionais e representantes das comunidades locais e adjacentes às UCS.

Outro ponto a destacar é a não realização de atividades de integração deste Produto 4.2 com o Produto 4.1, visto que ambas trabalham com temas de proteção e conservação da biodiversidade.

Também se verifica que quase não se apresenta a integração de conhecimentos e informações do Produto 4.2 com as propostas de Planos de Usos Públicos em diversos Parques Nacionais, em especial, em relação às atividades potencialmente promotoras de Eco-Turismo e educação ambiental, nas UCS.

Estes pontos destacados previamente constituiriam elementos significativos para a implantação de programa de ação a curto prazo, voltado ao estabelecimento de melhor integração técnica e operacional interna entre as atuais Diretorias do IBAMA – DIREC e DIRAF e outras que desempenham papel relevante na conservação da biodiversidade nacional.

Resultado 4.3: *Estudos e Projetos vinculados à gestão integrada dos ecossistemas brasileiros, elaborados e implantados.*

.R\$ 1,650 milhão – 8,6% dos recursos do Projeto e 12,5% do OI 4.

Indicadores da MLP:

- 15 projetos para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.
- 07 estudos de representatividade ecológica na escala de biomas.
- 20 estudos e publicações na escala corredores ecológicos.
- 10 estudos e projetos de planejamento e gestão biorregional.
- 10 estudos e projetos de planejamento e gestão em escala ecorregional.
- 20 estudos e projetos de economia ambiental.

Comentários:

A execução das atividades para a obtenção deste Resultado representava um forte desafio para a DIREC, considerando as suas significativas contribuições para o alcance do Propósito do Projeto: Gestão Estratégica dos Ecossistemas Brasileiros.

Entretanto, as atividades desenvolvidas foram limitadas à produção de estudos preliminares para a definição de limites de 3 Corredores Ecológicos, com as respectivas elaborações de mapas e realização de reuniões e seminários para desenvolvimento de conceitos sobre corredores ecológicos.

Caberia uma análise mais detalhada dos motivos que reduziram drasticamente a obtenção deste resultado, no âmbito do PROECOS. Para tanto, serão apresentadas algumas questões técnicas relacionadas ao tema; assim como, a evolução recente da aplicabilidade do planejamento e gestão de ecossistemas, na esfera federal.

No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Programas e Projetos vêm sendo desenvolvidos destinados à conservação e manejo da biodiversidade brasileira, tendo como base a implementação de ações macro sistêmicas. Para isto foram sendo incorporadas abordagens de análise, planejamento e gestão de biomas e ecossistemas.

O Ministério por meio de seus Programas, que contam com recursos internacionais, vem realizando significativos avanços na adoção das iniciativas de conservação em diferentes escalas de manejo, como por exemplo, o PPG-7 e o PROBIO.

Estas expansões das escalas geográficas de programas de conservação tiveram como objetivo o de incorporar ao tratamento e a gestão dos ecossistemas, também, as atividades produtivas, as comunidades e as instituições que atuam dentro e fora das áreas protegidas.

No âmbito do IBAMA, a DIREC, enquanto responsável pela gestão da biodiversidade, apresenta dentre suas competências: a promoção da gestão integrada dos ecossistemas e a promoção e execução de estudos de representatividade e de prioridades para a conservação de ecossistemas.

Nos últimos 10 anos, a DIREC vem trabalhando com Projetos-Piloto de Gestão Integrada de Ecossistemas, utilizando o planejamento biorregional, com a aplicação dos princípios adotados pelo Governo brasileiro na Convenção da Biodiversidade. Estas experiências foram em grande parte apoiadas pelo Programa PNMA.

Poderiam ser destacados os projetos: Planejamento Biorregional do Ecomuseu do Cerrado; Gestão Biorregional do Maciço de Baturité (CE); Projeto de Conservação e

Uso Sustentável do Bioma do Cerrado; e Conservação da Bacia do Alto Paraguai (Projeto Pantanal/PNMA).

Considerando o estágio de fragmentação dos Ecossistemas, os estudos de conservação ambiental passaram também a tratar dos Corredores Ecológicos como instrumentos, tanto para a conservação como para a restauração destes ecossistemas fragmentados, introduzindo para tal alguns conceitos como o de conectividade e sua operacionalização.

Neste contexto, o IBAMA vem trabalhando com o conceito de Corredores Ecológicos, enquanto unidades de planejamento em escala ecossistêmica e promovendo a aplicação de metodologia biorregional para estas unidades.

Este enfoque, sob a ótica conceitual e operacional, visa à conservação da biodiversidade, a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão participativa nestas unidades de planejamento, também gerando maiores oportunidades de desenvolvimento econômico e social para estas comunidades e para serviços ambientais..

Caberia destacar que o tratamento do tema de Gestão Integrada de Ecossistemas no IBAMA contou com expressiva contribuição dos Programas do Banco Mundial, Cooperação Inglesa; do GEF e da Cooperação Japonesa.

Em 2002, foi acordada uma cooperação técnica entre a JICA e o IBAMA, que implementou até 2005, o processo de Gestão Integrada no Corredor Ecológico Paraña-Pirineus, pertencente ao Ecossistema do Cerrado.

Esta experiência de implementação integral do processo de Gestão Integrada pode ser caracterizada como “inovadora” nas práticas da DIREC. Ao mesmo tempo, o corpo técnico da CGECO/DIREC teve a oportunidade de capacitar-se na implementação de processo completo para a Gestão Integrada de Corredores Ecológicos, permitindo a sua multiplicação em outros Corredores brasileiros.

No PROECOS foram desenvolvidos estudos e realizados seminários destinados a estabelecer uma rede permanente de comunicação e participação dos diferentes atores envolvidos nas ações de execução e gestão do Projeto.

Neste contexto mais amplo, pode-se afirmar que, apesar de não terem sido realizados pelo PROECOS os 20 Projetos para a gestão integrada, foram obtidos importantes avanços, na DIREC, com a implementação do Projeto de Gestão Integrada de Ecossistemas, financiado pela JICA.

No âmbito do IBAMA, como prováveis motivos para a baixa implementação deste tema poderiam ser indicados:

- (i) mudanças na legislação ambiental com a aprovação do SNUC (2000) e sua regulamentação (2002) com definição operacional e conceitual restritiva de Corredor Ecológico;
- (ii) freqüentes mudanças nas autoridades do IBAMA, DIREC e CGECO, gerando necessidade de homogeneização de base conceitual e operacional para o tratamento da questão de unidades de planejamento e de gestão de ecossistemas e biomas, e de corredores ecológicos;
- (iii) carência institucional de profissionais na Sede e nas UCS, em número suficiente para a implementação de todas as fases requeridas pelo processo; bem como, com experiência de implementação em nível local e regional da gestão integrada de corredores ecológicos e de ecossistemas.

Os recursos alocados para a realização dos estudos básicos e projetos de gestão integrada no âmbito do PROECOS foram utilizados para o desenvolvimento de outras iniciativas relacionadas ao Resultado 4.1.

Neste contexto, este resultado deveria constituir importante tema para futuras ações de fortalecimento técnico e institucional na DIREC e no IBAMA.

Resultado 5.1 - Normas e Procedimentos para a realização de ações pelo IBAMA e/ou em parceria, visando à preservação e conservação dos ecossistemas brasileiros, elaborados e implementados.

.R\$ 840 mil – 4,3% dos recursos do Projeto e 14,5% do OI 5.

Indicadores da MLP:

- Criação dos Centros Especializados vinculados a DIREC, com recomendações para situações futuras.
- Avaliação de projetos executados por terceiros e apoiados pelo IBAMA.
- Estabelecimento de normas e procedimentos para a realização de pesquisas científicas – coleta de flora e fauna.
- Estabelecimento e implementação de procedimentos administrativos relativos à realização e emissão de licenças e coleta de fauna e flora.
- Disciplinamento do acesso dos recursos genéticos.
- Estabelecimento de procedimento interno a ser aplicado na DIREC/IBAMA

Comentários:

Como previamente indicado, o Resultado 5.1 apresenta estreita vinculação com o resultado 4.2, e ao mesmo tempo apóia em certo grau a consecução das metas relacionadas á elaboração de Planos de Manejo para as UCS (Resultado 4.1).

Este Resultado destinava-se a realização de atividades para:

- (i) criação de Centros Especializados;
- (ii) apoiar e normatizar o funcionamento dos Grupos de Trabalho e Comitês para conservação de espécies;
- (iii) avaliar e normalizar projetos de conservação de espécies realizados por terceiros ou apoiados pelo IBAMA;
- (iv) análises de processos de licenciamento ambiental;
- (v) elaboração de diretrizes e ações de acesso aos recursos genéticos; e o estabelecimento de normas e procedimentos para pesquisas científicas.

Deste conjunto de atividades programadas a serem implementadas no âmbito do PROECOS seria importante destacar que:

- (i) aquelas relacionadas ao acesso de recursos genéticos (5.1.6) foram realizadas integralmente pelo Projeto PROBIO (MMA);
- (ii) as ações previstas para a normalização e atualização do sistema informatizado de dados e informações técnico-científicas (5.1.7) não foram executadas pelo Projeto;
- (iii) as ações previstas de procedimentos internos à DIREC para avaliação de projetos executados pelo IBAMA ou em parceria (5.1.8) foram executadas por meio da atividade 5.1.3.

As ações e atividades realizadas para o alcance deste Resultado são indicadas a seguir, de modo a permitir posterior análise e conclusões sobre o alcance e natureza destas iniciativas:

- (i) foram apoiadas as criações de 3 Centros Especializados junto ao IBAMA e 4 Grupos de Trabalho para tratamento de temas muito específicos como o do Mutum do Nordeste e dos Albatrozes.
- (ii) foram realizados diagnósticos de 5 Centros Especializados; de 3 Comitês de Recuperação e Manejo; e da atuação brasileira em 7 Acordos Bilaterais e Convenções sobre a Biodiversidade;
- (iii) foram emitidas 143 licenças e respectivos pareceres técnicos para realização de pesquisas científicas em Unidades de Conservação;

- (iv) foram avaliados e emitidos pareceres sobre 705 documentos técnicos em temas de monitoramento e controle de recursos de fauna; 81 autorizações, 1001 pareceres técnico, 12 planos e projetos e 3 relatórios técnicos;
- (v) foram analisados 5 Planos de Uso Público em UCS;
- (vi) foram realizados 47 pareceres técnicos relativos à visitação e acompanhamento de Planos de Manejo em UCS;
- (vii) foram elaboradas propostas de 79 normas, políticas e procedimentos elaborados, porém ainda não foram produzidos dados, informatizados e disseminados sobre publicação ou oficialização destes instrumentos; e
- (viii) foram propostos procedimentos para licenciamento ambiental e realizadas a análise de 11 empreendimentos ambientais em diferentes regiões brasileiras.

A análise das ações realizadas no âmbito do PROECOS para a obtenção deste Resultado permite delinear as seguintes conclusões:

- (i) devido à carência de quadros técnicos da DIREC para análise e avaliação da qualidade de estudos, projetos e propostas técnicas, o Projeto apoiou a execução de ações rotineiras da Diretoria e suas Coordenadorias;
- (ii) as numerosas demandas para normalização e estabelecimento de procedimentos foram apoiadas pelo Projeto em termos de elaboração de propostas de portarias, instruções normativas e procedimentos administrativos e técnicos, auxiliando ao pleno funcionamento da Diretoria e UCS. Entretanto, existiria ainda a necessidade de publicação, edição e disseminação destes documentos para usuários, tanto internos como externos ao IBAMA; assim como, o monitoramento para a verificação da oficialização dos referidos instrumentos jurídico-administrativos neste tema;
- (iii) diversas ações apresentaram características de atendimento pontual de demandas técnicas. Os determinados produtos não foram ainda utilizados para a produção de conhecimentos com aplicabilidade geral ou ainda para a publicação e disseminação destas experiências. Estas poderiam ser compartilhadas com as diferentes unidades operacionais da DIREC. Caso fossem compartilhadas poderiam apoiar à capacitação dos técnicos na SEDE e nas UCS. Estes pareceres ou análises mereceriam ainda ser

integrados ao sistema de informações técnicas e científicas da DIREC, para consultas técnicas.

(iv) diante da representatividade da biodiversidade brasileira, além de preservar as espécies nas Unidades de Conservação, programas de pesquisa foram intensificados, aumentando o conhecimento dos recursos naturais e subsidiando o aprimoramento das políticas de desenvolvimento sustentável da biodiversidade brasileira. O PROECOS apoiou à DIREC no cumprimento de suas competências nesta matéria: coordenar as atividades de pesquisa e monitoramento nas Unidades de Conservação; estabelecer critérios para a atuação dos pesquisadores nas Unidades de Conservação; não tendo ainda disponibilizado, por meio de rede informatizada, os resultados das pesquisas a interessados internos e externos.

Portanto, as ações realizadas foram importantes para a constituição pela DIREC de propostas de normas e procedimentos orientadores voltados à preservação e conservação dos Ecossistemas.

Estas iniciativas necessitarão um trabalho de sistematização, de oficialização; de disseminação e de monitoramento pela Diretoria e UCS, com vistas à avaliação dos efeitos e impactos, bem como de sua adequação, na fase de aplicação destas normas e procedimentos propostos.

Resultado 5.2: Sistema de Controle, Tratamento, Arquivamento e Disponibilização de Documentos e Informações Técnico-Científicas, elaborado e implantado.

.RS\$ 1,200 milhão – 6,7% dos recursos do Projeto e 22,5% do OI 5.

Indicadores da MLP:

- *Atualização, controle, tratamento, arquivamento e manutenção de dados técnico-científicos da DIREC/IBAMA.*
- *Sistema informatizado integrado visando o controle e a disponibilização de informações técnico-científicas, voltadas às Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável, vinculadas à DIREC/IBAMA, e à Proteção e Manejo da Vida Silvestre e dos Ecossistemas brasileiros.*

Comentários:

Foi identificada a necessidade de sistematizar o fluxo e registro de informações para permitir melhor disponibilização de documentos e informações técnico-científicas para as unidades da DIREC (incluindo-se neste caso, também as Unidades de Conservação e Gerências Executivas). Em entrevistas realizadas, diversos interlocutores confirmaram ser este tópico, um dos pontos de maior fragilidade para a democratização das informações e compartilhamento das responsabilidades técnicas e administrativas no âmbito do IBAMA; bem como, em geral, confirmado pelas análises de especialistas realizadas na administração pública brasileira.

A informação, tanto quanto os recursos humanos, financeiros e materiais constituem elementos importantes para a consecução da missão institucional das Organizações. Portanto, deve ser gerenciada de forma eficaz e eficiente.

As organizações exercem determinadas funções diretas ou indiretamente relacionadas às suas missões. A capacidade de gestão dos recursos informacionais e dos acervos documentais nas organizações está diretamente relacionada com a maximização de utilização e conhecimento destes recursos pela instituição e pelos demais atores sociais.

A gestão da informação foi objeto de ação direta do Programa PNMA, especialmente, junto as UCS, tendo resultado na obtenção de pequenos avanços, de acordo com o informe de avaliação final deste Programa, datado em 2001:

“Os registros e arquivamento seguem de forma ainda muito arcaica”..

35% das UCS contam somente com algumas áreas informatizadas (administração; pesquisa; visitação; patrimônio; dados de flora, fauna, meteorológicos e mapeamento); 18% das UCS mantêm parte das informações manualmente e parte informatizada; e as restantes são mantidas em pastas ou arquivos nas suas UCS ou na GEREX (NUC).

Em 2001, pelo PROECOS, foi contratada uma consultoria para diagnosticar a situação de controle, tratamento e arquivamento dos documentos e informações exclusivamente na DIREC. Este estudo procurava obter os elementos necessários à elaboração de projeto contemplando soluções para as situações-problema.

A situação encontrada indicava entre outros problemas: que não estava assegurado o acesso rápido e eficiente de localização às informações produzidas ou apoiadas pela DIREC; não existia um programa de gestão de documentos no IBAMA e na DIREC; inexistência de ferramentas de controle e recuperação das informações arquivísticas auxiliada por computadores (software de gestão eletrônica de documentos

– GED); e sistema de classificação elaborado empiricamente, produzindo fragmentação das informações e conhecimentos.

Na oportunidade foi avaliado que estavam disponíveis na DIREC cerca de 480.000 documentos e 2400 mapas. Sendo a DEUC responsável por 64% deste volume informacional, 4% na Diretoria e o restante no DVS.

Este trabalho apresentou soluções e rotinas para a gestão de documentação e de informação, dentre as quais se encontrava a alternativa de possibilidade de reformatação de documentos (digitalização ou microfilmagem). Ademais, as soluções e procedimentos apresentados visavam tornar os arquivos eficientes instrumentos de apoio para a tomada de decisões em diferentes instâncias e de insumos ao desenvolvimento das atividades técnicas e administrativas.

Portanto o proposto GED considerava as seguintes principais áreas de classificação:

- (i) atividades meio-administração geral; gestão de recursos materiais; gestão de recursos financeiros; gestão de recursos informáticos; gestão de recursos humanos;
- (ii) atividades-fim: Unidades de Conservação; criação, gerenciamento, manejo, relação com comunidades e entorno; uso público; fauna; flora; ecossistemas e outros sub temas a serem introduzidos de acordo com a evolução das missões, estrutura e funcionamento da DIREC/IBAMA.

Durante a execução do PROECOS (2001/2004) foram introduzidas pequenas melhorias no sistema de arquivamento dos documentos e informações da DIREC, bem como em procedimentos de tramitação de processos e dados.

O Manual de Procedimentos do Programa de Gestão Documental da DIREC somente foi publicado em abril de 2005; ao mesmo tempo, os servidores da DIREC elaboraram o Programa de Gestão Documental para as UCS (fevereiro 2005) e foi realizado o treinamento de servidores da DIREC (maio de 2005). Também foi realizado novo Diagnóstico da situação atual do acervo documental não textual da DIREC, em maio de 2005.

No primeiro semestre de 2005, foi iniciado o processo de digitalização de documentos como forma de preservação e conservação de informação, bem como de acesso mais rápido e eficiente, potencializando sua utilização por demais interessados na matéria.

Permanecem alguns problemas de localização e acesso a documentos, estudos, pesquisas científicas produzidas no âmbito da DIREC e das Unidades de Conservação.

Atualmente, grande porcentagem dos estudos e projetos desenvolvidos pelo PROECOS, não estão disponibilizados em forma eletrônica para consulta no site do IBAMA. Para efetivar uma consulta, por exemplo, sobre um Plano de Manejo deve ser solicitada formalmente por meio de comunicação à Biblioteca do IBAMA, por meio da internet do CNIA – Centro Nacional de Informação, Tecnologias Ambientais e Editoração do IBAMA.

Este Centro faz parte da rede do SINIMA, do Ministério do Meio Ambiente, que iniciou a implementação do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA como uma Plataforma de Integração das informações ambientais no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

Este processo está sendo possível em função da integração e interoperabilidade entre os diversos sistemas e bancos de dados existentes no âmbito do SISNAMA. Sua implementação técnica é toda feita através de programas não proprietários (software livre).

Ademais, com o apoio do PNMA, em 1994, o SIGUC - Sistema Informatizado de Gerenciamento de Unidades de Conservação, com ambiente MS-DOS, foi implementado. Em 1995, este Sistema passa pela primeira revisão devido à necessidade de sua migração para novo ambiente ORACLE. Lamentavelmente esta transformação não foi realizada e continuou a ser utilizando o sistema menos adequado.

A partir de 1995 o sistema passa a ser identificado como SIUC, tendo apresentado muitas deficiências em sua operacionalização até 2000.

No âmbito do Projeto PROECOS, foi realizado estudo e proposta para assegurar a migração do SIUC do ambiente existente para a plataforma ORACLE.

A nova proposta de migração passaria a atender às Unidades de Conservação (5 módulos) também incorporando 4 novas aplicações de atendimento ao IBAMA.

Para a realização desta migração e ampliação dos seus aplicativos, a proposta passa a contemplar um alto grau de complexidade (por exemplo, dados administrativos e cartográficos), bem como um extenso trabalho de nova digitação e conferência dos dados migrados pelos usuários, de todas as informações da antiga plataforma para a nova.

Os Consultores trabalharam de acordo com as orientações e supervisão da Coordenadoria de Informática do IBAMA. Foram propostos 2 conjuntos de módulos: Cooperativo (Integração; Treinamento; Patrimônio; Parceria) e UC (Unidade de

Conservação; Plano de Manejo; Pesquisa; Situação Fundiária; Município), que mantinham estreitas relações para seus adequados funcionamentos.

Nos últimos 5 anos, este redesenvolvimento do SIUC tem sido implementado, porém vem apresentando inúmeras dificuldades operacionais e de utilização pelos usuários internos da DIREC, UCS e IBAMA. Em 2006, foi contratada Consultoria que deverá apresentar um avanço significativo para a operacionalização deste Sistema.

A operacionalidade adequada deste sistema permitirá a incorporação e disponibilização para consulta das informações e estudos técnico-científicos realizados pelos os servidores e gestores do IBAMA, que atuam na Conservação de Ecossistemas.

Em 2004, as dificuldades ainda existentes de comunicação, compartilhamento e disseminação de informações entre a Sede e as Unidades Descentralizadas (integradas também pelas Unidades de Conservação), exigiram que fosse elaborada uma proposta para apoiar a comunicação entre as diferentes Unidades descentralizadas.

Em 2004, das 432 unidades descentralizadas do IBAMA, somente 120 (das quais 15 são UCS) e o IBAMA sede contavam com acesso a Internet. Este fato traz conseqüências tais como: dificuldade das demais UCS e descentralizadas de manterem contato com a sede (somente por telefone e fax) e trocarem informações técnicas.

O Projeto propunha a implantação dos seguintes serviços ou atividades: vídeo conferência; acesso dedicado a Internet e Intranet do IBAMA; ampliação ou atualização dos equipamentos de informatização; bem como a ampliação com padronização de equipamentos de comunicação (GPS, rádios receptores, incêndios) voltados à proteção das Unidades de Conservação.

Estas atividades foram agrupadas em: (i) Projeto Básico de Sistema Informatizado para atendimento de 38 Unidades de Conservação sob forte pressão de visitação pública; caça e pesca predatória ou localização em zonas transfronteiriças; (ii) Projeto Básico do Sistema de Comunicação visando a Proteção e Fiscalização da Biodiversidade Brasileira apoiando a implantação dos planos de proteção nas UCS (à exceção do Amapá). Esta iniciativa continua sendo aprimorada para fins de implantação.

A situação atual das UCS, em termos de comunicação e acesso a informação, apresenta pequenos incrementos de qualidade e adequação de equipamentos desde as fortes inversões do PNMA. Determinadas regiões como a da Amazônia e da Mata Atlântica vem contando com recursos do PPG-7 para gradualmente atingir maior grau de atendimento nas Áreas Protegidas dos Corredores trabalhados pelo Programa.

Indicamos a seguir os produtos alcançados com a realização das atividades deste Resultado:

- 17 bancos de dados atualizados, tais como: arquivos digitais referentes à Amazônia Legal Brasileira; dados alfa-numérico reestruturado para incorporação de novos módulos à proposta de reestruturação do banco de dados; dados de espécies ameaçadas de extinção; dados das RPPN; dados sobre criadouros comerciais de quelônios e dados sobre coleções científicas de anfíbios.
- 04 bases cartográficas executadas com a aquisição de imagens: de algumas UCS; para elaboração de Planos de Manejo; gerenciamento do Banco de Imagens do IBAMA; e para organização de dados geográficos da DIREC utilizando-se a estrutura “GEODATABASE”.
- 02 Manuais de Procedimentos do Programa de Gestão Documental da DIREC e 02 Treinamentos de Servidores.

Por meio do previamente analisado neste tópico, pode-se considerar que este Resultado foi realizado de modo a atender as demandas emergenciais de fortalecimento técnico e de gestão da DIREC, devendo ainda ser aprofundadas a sistematização e os procedimentos para controle, arquivamento e manutenção das informações e documentos técnicos científicos na Diretoria, nas UCS e nas GEREX.

Alguns dos produtos alcançados constituíram suporte para o tratamento de dados e informações de base permanente para a gestão da DIREC e IBAMA. Importantes para a continuidade desta iniciativa serão os recursos a serem alocados para a sistematização, atualização e manutenção destes sistemas de gestão da informação e banco de dados.

Resultado 5.3: *Conhecimento e Informação, disseminados.*

.RS\$ 3,400 milhões – 19% dos recursos do Projeto e 63% do OI 5.

Indicadores da MLP:

- *05 workshops – capacitação técnica especializada e disseminação de conhecimentos técnicos voltados à conservação e manutenção dos ecossistemas brasileiros, realizados.*
- *30 eventos voltados à disseminação de conhecimentos e informações técnico-científicas.*
- *20 cursos de capacitação técnica especializada, executados.*
- *Convênios/parcerias com estabelecimentos nacionais e estrangeiros de ensino superior visando promover a formação e/ou especialização de profissionais, para atendimento das necessidades técnicas operacionais da DIREC/IBAMA.*

- *10 seminários técnicos especializados visando divulgar as ações realizadas voltadas à conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros, realizados.*
- *10 programas de divulgação de atividades técnicas científicas realizadas pela DIREC/IBAMA.*
- *20 projetos específicos voltados aos centros especializados de flora e fauna e ecossistemas, realizados.*
- *Consolidação de documentos técnicos da Diretoria de Unidades de Conservação e Vida Silvestre – DIREC/IBAMA, executada.*

Comentários:

Este Produto visava: **(i)** o apoio às capacitações das equipes técnicas da DIREC e das UCS; **(ii)** difusão de conhecimentos junto aos demais atores públicos e não governamentais na área de conservação de ecossistemas; **(iii)** apoiar novas parcerias com instituições universitárias para desenvolvimento de pesquisas e estudos; **(iv)** desenvolver suporte técnico e institucional da participação brasileira em Comissões e eventos internacionais; assim como **(v)** apoiar a consolidação de estudos, projetos e pesquisas técnicas no âmbito da DIREC.

O PROECOS apoiou a realização de significativos eventos para a melhor integração técnica, operacional e administrativa da DIREC com as Unidades de Conservação como, por exemplo: Encontro Nacional dos Chefes de UCS; capacitação de técnicos responsáveis pelas RPPN; reunião de Procuradores do IBAMA e UCS; reuniões regionais dos Chefes das UCS; e Congresso Brasileiro de UCS.

Na área de capacitação foram realizados cursos e seminários para: novos analistas ambientais; novos Chefes de Unidades de Conservação; roteiros metodológicos; manejo de impactos sociais e ambientais; planejamento e manejo de UCS; avaliações ecológicas rápidas e atividades específicas para determinadas UCS de apoio para a implementação dos instrumentos de gestão de UCS.

Foram realizados 2 Convênios com instituições nacionais para a formação de profissionais da DIREC. Este tema mereceria um maior aprofundamento e monitoramento pela DIREC, considerando as dificuldades existentes no Departamento de RH do IBAMA para apoiar tanto a realização de diagnóstico como a proposição de Programas de Capacitação e Formação dos Servidores da Instituição. Ademais, foi apoiada a elaboração por Consultor de diagnóstico de necessidade de capacitações do IBAMA.

A disseminação de ações realizadas pela DIREC para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros foi substituída, em revisão substantiva do Projeto, por “participação em 100 reuniões técnicas”.

Esta modificação foi justificada pelas dificuldades enfrentadas pela Instituição em ter agilidade e recursos orçamentários para o apoio de deslocamentos dos seus profissionais: em reuniões técnicas com instituições em diferentes Estados e UCS (oficinas, seminários workshops); em reuniões para apoiar a elaboração de planos de manejo e demais instrumentos de gestão junto as UCS; e em reuniões de Comissões e Grupos de Trabalho.

Em relação à atividade de elaboração de 10 Programas de divulgação de atividades técnico-científicas realizadas pelo IBAMA, foram implementadas atividades de divulgação, porém não constituíram programas sistematizados, monitorados e avaliados pela DIREC. Esperar-se-ia que os referidos Programas poderiam ser continuados e incorporados ao funcionamento da Diretoria. Estas iniciativas caracterizaram-se ainda como pontuais, não tendo contribuído para a institucionalização destes Programas, no âmbito da DIREC.

A Atividade destinada à consolidação de documentos técnicos da DIREC apoiou a realização de ações de planejamentos de atividades anuais da Diretoria: plano de monitoramento e pesquisa; proposta de capacitação de novos analistas e especialistas ambientais; e relatórios técnicos de iniciativas e produtos do setor de manejo desenvolvidos.

Dentre as atividades realizadas deste Produto, destacam-se:

- 2.000 exemplares do livreto Regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação distribuídos aos chefes das UCS e comunidade técnico-científica editorados
- 5.000 exemplares do Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo editorados e distribuídos.
- 57.000 panfletos para divulgação do Projeto “Conduta Consciente em Ambientes de Arrecifes” – Parque Nacional Marinho de Abrolhos impressos.
- Realização de 101 os eventos (seminários workshops, reuniões e capacitações) promovidos pela DIREC.

- Realização de atividades de planejamento da DIREC para apoiar as ações nacionais e internacionais de conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros.
- Apoio às articulações com representantes das comunidades, da sociedade civil e centros de pesquisas apoiando a disseminação de conhecimentos e iniciativas para a conservação dos ecossistemas brasileiros;
- Viabilização dos processos de consulta, participação e gestão conjunta dos demais atores públicos e não governamentais para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais dos ecossistemas.

Caberia ressaltar que este Produto teve papel significativo para a concretização dos demais Produtos alcançados pelo PROECOS, permitindo a maior presença e participação de servidores da DIREC nas diversas atividades previamente analisadas.

Neste contexto, pode-se avaliar que este Produto contribuiu para o alcance dos 2 Propósitos do Projeto, ainda que merecessem ser trabalhados, em uma próxima oportunidade, as atividades voltadas à disseminação de conhecimentos como um processo permanente a ser instituído no âmbito da DIREC.

Resultado 5.4: *Unidade de Gerenciamento de Projeto, operacionalizada.*

. R\$ 200 mil

Indicadores da MLP:

- *Grau de implementação do Documento de Projeto: 100,0% implantado*

Comentários:

Previamente foi analisada a constituição e funcionamento da UGP, que atuou de maneira muito positiva e eficiente nas ações de apoio à implementação do PROECOS. Entretanto, destacar-se-ia que o elevado percentual de implementação alcançado pelo Projeto deve-se principalmente ao alto grau de compromisso institucional, político e gerencial assumido pelas autoridades e altos funcionários da DIREC e do IBAMA.

Esta Unidade foi implementada durante a etapa de Assistência Preparatória, tendo sido mantida operacional ao longo da execução do Projeto. As ações realizadas foram destinadas a apoiar técnica, administrativamente e gerencialmente à consecução das **67 Atividades relacionadas aos 07 Produtos, que possibilitaram o alcance dos 2 Propósitos do Projeto e o seu Objetivo de Desenvolvimento.**

Este suporte foi dado com: preparação de termos de referência; processo de seleção e contratação de serviços de consultoria e de bens; acompanhamento físico-financeiro do desenvolvimento dos processos de aquisições de bens e serviços; planejamento, monitoramento e avaliação das Atividades do Projeto e gerenciamento de ações de integração do PROECOS com as diferentes Unidades Operacionais do IBAMA em todas as etapas de planejamento, execução e avaliação das iniciativas da Cooperação Técnica.

A UGP apresentou um elevado grau de mudanças nas funções de Coordenador Geral e Coordenador Técnico desde a etapa de Assistência Preparatória. Este fato contribuiu para que se produzisse uma relativa diminuição na memória institucional da implementação do Projeto, ainda que contasse com os documentos e informes de progresso do PROECOS.

Este Produto foi satisfatoriamente alcançado tendo contribuído para que os demais Produtos do Projeto pudessem ser realizados, por meio da implementação das Atividades e seus respectivos Insumos.

Recomendar-se-ia, devido à natureza da UGP, que sua constituição pudesse integrar o conjunto de ações a serem alcançadas pela Agência Executora previamente à aprovação da Cooperação Técnica.

3.3 – Quadro Resumo de Resultados alcançados:

3.3 – Quadro Resumo de Resultados alcançados

Das análises realizadas previamente pode-se afirmar que as 67 Atividades apoiaram o alcance dos 7 Produtos ao longo da execução do Projeto, de acordo com os Informes de Progresso de Execução do Projeto elaborados para o período de 2001 a 2005. A aquisição de 246 itens de material e equipamento permanente possibilitou o desenvolvimento de atividades e alcance de resultados do PROECOS.

Lamentavelmente, os referidos informes foram sendo realizados de modo cumulativo, dificultando a identificação por ano da realização de Atividades. Porém, por meio dos períodos dos contratos realizados para Consultorias e aquisições realizadas, bem como da apresentação de relatórios finais de Consultorias, foi suplantada esta dificuldade inicial. Adicionalmente a estas informações foram analisados os fluxos de desembolsos efetivados, por componente do Projeto, permitindo avaliar como satisfatório o cumprimento do Cronograma de Execução para o período de 5 anos.

Durante os 2 primeiros anos, o Projeto concentrou-se na contratação dos profissionais para desenvolvimento de instrumentos de gestão e para a elaboração de normas e procedimentos para a melhoria da conservação e manejo de ecossistemas brasileiros. Neste período inicial, foram obtidas as informações básicas e os procedimentos de participação dos diferentes atores para a proposição de iniciativas, as quais permitiriam a obtenção dos indicadores de cada Produto.

A realização das atividades planejadas para cada Produto pode ser avaliada como muito satisfatória, mesmo considerando as modificações efetuadas para algumas Atividades, com a criação da DIFAP.

As atividades de disseminação e informação dos resultados alcançados pelo Projeto poderiam ter sido mais bem desenvolvidas pela DIREC e pelo Projeto, tanto em nível interno como externo ao IBAMA; bem como, as iniciativas sistematizadas de capacitação de curto e médio prazo.

Outros temas mereceriam também serem objeto de estudos e decisões por parte do IBAMA, tais como: definição de zonas de amortecimento; sistema de informações e comunicação das UCS; e corredores ecológicos/gestão biorregional.

Destacam-se as iniciativas que produziram efetivos instrumentos de gestão de longo prazo como: os roteiros metodológicos; processos de consulta e participação da sociedade e demais organizações atuantes no tema de conservação e manejo dos ecossistemas; compensação ambiental; constituição de novos Conselhos Consultivos de determinadas UCS; constituição de site para divulgação de informações sobre a DIREC, complementando o site do MMA.

Em anexo é apresentada a Tabela de Alcance dos Produtos obtidos em comparação ao inicialmente planejado pelo Projeto, por meio da Matriz Lógica do Projeto.

Caberia destacar que a Equipe que desenhou o Projeto não propôs indicadores quantitativos anuais de verificação de alcance de Resultados. Esta tarefa foi deixada a Equipe de Execução do Projeto para acordar as metas a serem alcançadas anualmente com a DIREC, em função dos recursos disponíveis, das demais iniciativas de outros Programas e do avanço na implementação das atividades.

Na seqüência deste Informe, o Projeto será avaliado em relação aos 5 Critérios permitindo também verificar a obtenção dos Objetivos Imediatos (ou Propósito) e do Objetivo Geral (ou de Desenvolvimento) do Projeto, para os quais os Produtos (outputs) alcançados constituíram importantes inputs às suas respectivas consecuições.

Capítulo 4 – Resultados da Avaliação

4.1 – Avaliação pelos 5 critérios

Para a obtenção da avaliação dos resultados (produtos, efeitos e impactos) alcançados pelo Projeto, foi utilizada uma Matriz de Avaliação do Projeto sintético, contendo 5 Critérios de acordo com a metodologia adotada para esta avaliação: relevância; efetividade; eficácia, impacto e sustentabilidade.

4.1.1 - Relevância:

O Projeto foi desenhado e executado adequadamente, atendendo às necessidades de fortalecimento técnico e institucional para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros da DIREC e do IBAMA.

Previamente, por meio da execução do Projeto PNMA e da fase de Assistência Preparatória do PROECOS, foram diagnosticadas as necessidades de apoio do Projeto às ações voltadas a melhoria da eficácia das ações desenvolvidas pela DIREC na implementação da política de gestão ambiental para a promoção da conservação ecossistêmica.

Para a efetivação desta gestão ambiental foram identificados determinados eixos estratégicos como prioritários no Documento de Projeto:

- (i) legitimidade do papel institucional;
- (ii) auto-sustentação financeira de gestão dos recursos e serviços ambientais;
- (iii) manutenção do SNUC;
- (iv) desconcentração das ações para melhor eficácia de implementação de projetos;
- (v) articulação/integração com demais atores de processos de desenvolvimento regional;
- (vi) participação da sociedade, órgãos governamentais e ongs em desenvolvimento de projetos; e
- (vii) parcerias para desenvolvimento e sustentabilidade de iniciativas ambientais.

O processo de consulta aos principais interlocutores no IBAMA e MMA, no período de 1999 a 2001, confirmou a adequação e pertinência da estratégia de desenvolver as atividades voltadas ao fortalecimento da DIREC e das Unidades de Conservação Federais, e conseqüentemente do SNUC.

Ao mesmo tempo, um grande esforço foi feito por meio da realização de seminários para identificar mais detalhadamente as necessidades dos beneficiários diretos e indiretos do Projeto.

Durante a elaboração da proposta deste Projeto, por meio de freqüentes reuniões, foi sendo realizado um processo de adequação das necessidades dos beneficiários e da seleção daquelas estratégias de implementação mais adequadas a: a escala do Projeto, ao tempo de execução da Cooperação Técnica (inicialmente 5 anos) e aos resultados esperados de sua implantação.

A maioria dos entrevistados confirmou a relevância e a adequação do Projeto às necessidades dos beneficiários, durante o processo de avaliação de 2006.

Ao mesmo tempo, o Projeto também atuou juntamente com outras iniciativas desenvolvidas pelo IBAMA, MMA e outros parceiros, destinadas ao fortalecimento das capacidades institucionais da DIREC (principal foco de ações de fortalecimento institucional do Projeto) e das Unidades de Conservação.

Em entrevistas realizadas com autoridades e técnicos da DIREC e do IBAMA foi destacada a relevância deste Projeto para os avanços da Instituição no tratamento das questões conceituais, metodológicas e operacionais relacionadas aos processos de gestão de ecossistemas das UCS.

O Projeto continua em linha com a política brasileira para a Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros, que pode ser confirmada tanto pelas estratégias e projetos do Ministério do Meio Ambiente (PPG7, GEF, Agenda 21, Fundo Nacional de Meio Ambiente) quanto às do IBAMA.

Em âmbito da Política Nacional, o Plano Plurianual do Governo Brasileiro (PPA) aprovado pelo Congresso Nacional, para o período 2004-2007 (assim como o PPA anterior 2000-2003), contempla ações a serem empreendidas para a conservação dos ecossistemas e uso sustentável de recursos da biodiversidade brasileira por meio do Programa Parques do Brasil.

A implementação desta política ambiental encontra grande apoio no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, na Estratégia Nacional de Biodiversidade, nos Programas Nacionais de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e da Comissão Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Caberia lembrar da importância estratégica do tema da gestão dos ecossistemas brasileiros por meio da aprovação do DECRETO Nº 4.339, de 22 de agosto de 2002,

que institui os princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Em decorrência, o antigo PRONABIO (1994) passa a constituir a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) no âmbito do MMA; da qual o IBAMA passa a integrar com representante, a partir de 2004.

Significativas contribuições para a formulação da Estratégia Nacional da Biodiversidade e para a PNB foram realizadas pelo Projeto básico PROBIO I - “Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade”.

Este Projeto atualmente está elaborando uma proposta de Plano de Ação para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PNB). Estas ações poderiam ser implementadas utilizando-se recursos provenientes do novo “Projeto Nacional de Priorização e Transversalização da Biodiversidade e Consolidação Institucional – PROBIO II”, orçado em US\$ 124 milhões, para o período de 2006 a 2011.

Com vistas à elaboração do referido PA, a equipe do “Projeto Estratégia Nacional” elaborou um diagnóstico das iniciativas em execução por diferentes atores que atuam para a implementação da PNB.

Atualmente, encontram-se identificadas 646 iniciativas empreendidas em diferentes escalas geográficas e por diferentes atores públicos, não governamentais e privados, dentre as quais são encontradas ações desenvolvidas pela DIREC, Centros e IBAMA, contando algumas, com recursos do PROECOS.

Neste contexto, o PROECOS apresenta alto grau de relevância para a consecução da Política Nacional de Meio Ambiente, para a política de conservação e uso sustentável da biodiversidade e para a gestão de ecossistemas brasileiros.

O Projeto também está em linha com a política de cooperação na área de meio ambiente do PNUD e do Sistema das Nações Unidas. A conservação do meio-ambiente e o desenvolvimento sustentável ocupam posição importante entre as prioridades da estratégia de cooperação dos organismos multilaterais e bilaterais com o Brasil. Esta prioridade é confirmada pelos documentos de Estratégias; Programa para o País e Programa destes organismos internacionais.

Caberia destacar a recente realização em Curitiba da 8ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizado entre os dias 27 e 29 de março de 2006, quando foram tratados diferentes temas da Biodiversidade.

O setor ambiental é parte das prioridades do Programa de Cooperação Técnica da Agência Brasileira de Cooperação e dos compromissos internacionais que o Governo assumiu com representação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil

Este setor continua sendo prioritário nas Agendas de Cooperação multilateral e bilateral, por meio de doações e de financiamentos com organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e o GEF.

Apesar da importância da gestão estratégica dos Ecossistemas, no âmbito do IBAMA e do MMA, os recursos orçamentários e técnicos alocados para a Diretoria de Ecossistemas pelo Instituto nos anos 2003, 2004 e 2005 representaram em média 3% anuais do orçamento total da Instituição.

Devido às características de transversalidade e relevância da Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros, constatou-se através de entrevistas que outras fontes de cooperação nacional ou internacional têm apoiado atividades, maximizando as ações empreendidas por esta Cooperação.

Poderíamos citar como exemplo, o recente inventário em construção pelo MMA onde constam listadas pelo menos cerca de 650 iniciativas na área da biodiversidade. Atualmente, podem ser identificadas pelo menos 20 Cooperações Técnicas apoiadas pelo PNUD/BR, que atuam nas áreas de fortalecimento técnico e institucional para o setor.

A Cooperação com o PNUD na área ambiental tem muita aceitação técnica pelo IBAMA e demais interlocutores no setor, como constatado pelo número de Cooperações executadas ou em execução, bem como, pelos informes de avaliação destas iniciativas.

Caberia ressaltar que o contexto técnico e institucional da Gestão dos Ecossistemas brasileiros conheceu uma significativa evolução e desenvolvimento desde a elaboração de proposta de Assistência Preparatória em 1998/1999.

A criação do SNUC e sua regulamentação entre 2000/2002; a criação de Comitês e Grupos de Trabalho; a maior participação da sociedade civil nos processos e uso sustentável dos recursos ambientais produziu mudanças conceituais e de procedimentos para a gestão da biodiversidade brasileira.

Neste contexto, o PROECOS foi proposto como instrumento oportuno de fortalecimento do IBAMA, por meio da DIREC, para poder cumprir com novas demandas técnicas, econômicas, sociais, legais e institucionais para a gestão do SNUC.

A relevância deste Projeto é ainda maior na medida em que se avalia o mesmo cenário enfrentado pela DIREC nos últimos 5 anos, sem a existência do PROECOS e tendo que atuar e dar respostas de políticas de meio ambiente à sociedade, com agilidade e eficácia.

Diversos estudos e avaliações institucionais realizados indicaram as dificuldades operacionais enfrentadas pela administração pública decorrentes de culturas administrativas e burocráticas de gestão pública, sem estarem direcionadas ao atendimento da sociedade/cidadão.

Portanto, os importantes avanços e resultados alcançados pela DIREC, com o apoio do Projeto, produziram benefícios de curto, médio e longo prazo para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros, como por exemplo: roteiros metodológicos, gestão participativa; planos de manejo para as UCS, sistematização de informações e estudos; capacitação de profissionais e recursos decorrentes da compensação ambiental.

Muito importantes foram as atividades realizadas, para a introdução de melhorias na gestão integrada de ecossistemas através de novas práticas relacionadas à gestão como, por exemplo: Criação e Reuniões dos Conselhos Consultivos; Participação em Grupos de Trabalho e Comitês; Seminários Regionais, Nacionais e Internacionais; e Planejamento Participativo com funcionários, comunidades e representantes de organizações relevantes para o SNUC e experiências que poderão ser multiplicadas em outras UCS.

A relevância também é ampliada na medida em que se analisa que esta Cooperação gerou conhecimento, metodologia e processos para as UCS com alto grau de multiplicação para as demais UC sejam estaduais ou municipais; consolidou a ampliação de uma rede de comunicação com atores públicos e privados que atuam na conservação e manejo de ecossistemas; estabeleceu novas parcerias para projetos e apoiou mecanismos de sustentabilidade financeira setorial por meio das iniciativas de compensação ambiental.

Os Propósitos do Projeto são consistentes com o seu Objetivo de Desenvolvimento tendo sido adequadamente propostos no desenho do Projeto. Esta adequação permitiu a Equipe de Execução do Projeto ter clareza quanto às ações a realizar para serem obtidos.

Portanto, pode-se avaliar que o Projeto foi muito relevante para o fortalecimento técnico e institucional da DIREC e do IBAMA para o tratamento das questões

relacionadas à gestão estratégica dos ecossistemas brasileiros e à normalização e disseminação de informações, por meio de novas práticas experienciadas pela Instituição com esta Cooperação Técnica.

4.1.2 - Efetividade.

Objetivos Imediatos do Projeto (Propósito):

Prévio à análise e avaliação da efetividade na obtenção dos 2 Propósitos do Projeto, torna-se conveniente e oportuno realizar uma avaliação da adequação e pertinência dos indicadores selecionados para servirem como elementos chaves de sucesso dos Objetivos.

A análise de resultados esperados do Projeto permitiu identificar que os instrumentos de gestão estratégica incluíram também um conjunto bastante diversificado de processos, articulações e iniciativas com diversos atores para o fortalecimento técnico e institucional da DIREC, com vistas à conservação e manejo de ecossistemas brasileiros.

Ao mesmo tempo, a normatização e disseminação de informações para a conservação e manejo dos ecossistemas foram implementadas por meio de diversos eixos de atuação, permitindo a execução de atividades que geraram resultados mais amplos do que a obtenção de indicador: difusão de informações por meio da home page do IBAMA.

Portanto, para fins desta avaliação, novos indicadores qualitativos e quantitativos serão utilizados para complementar os indicadores acordados no PRODOC (Matriz Lógica) permitindo a avaliação dos avanços e efeitos obtidos pelo Projeto.

Outro ponto importante a ressaltar é a participação de diferentes esferas de Governo e atores para a gestão dos ecossistemas nacionais, pela inclusão de responsabilidades compartilhadas em diferentes escalas geográficas e de gestão político-administrativas.

Neste sentido, a obtenção de determinados efeitos e impactos do Projeto para serem alcançados dependeria também de fatores externos ao controle direto do Projeto.

Para tanto, a proposta de Projeto deveria ter proposto “Supostos importantes” para a implementação e obtenção de resultados do PROECOS.

Para fins desta avaliação, estes supostos serão indicados na medida em que determinados efeitos, impactos e resultados que deveriam ser obtidos, não alcançaram toda a sua potencialidade, devido a fatores externos e não controlados pelo Projeto, como por exemplo: (falta de) decisão política das autoridades para a implantação de determinadas ações; (modificação) manutenção da política setorial; e (carência) existência de quadros técnicos.

Objetivo Imediato 4: *Gestão Estratégica dos Ecossistemas Brasileiros, por meio de instrumentos, estudos e projetos de gestão integrada, aperfeiçoada ou implementada.*

. R\$ 13,230 milhões (70% dos recursos do Projeto).

Indicadores da MLP:

-70% das UCS atendidas com Planos de Manejo elaborados (67 Planos de Manejo);

-100% das ações executadas de forma eficiente e efetiva (120 espécies manejadas);

- 5% dos ecossistemas brasileiros protegidos (47 milhões de hectares).

Por meio da avaliação dos Resultados 4.1, 4.2 e 4.3 obtidos, constata-se que a DIREC e as Unidades de Conservação passaram a contar com melhores instrumentos de gestão das UCS, contribuindo para a conservação dos Ecossistemas brasileiros, por meio da:

(i) elaboração de Roteiros Metodológicos para apoiar a gestão das UCS por meio de 2 manuais aprovados e 2 propostas em estudo. Estes instrumentos geraram significativos efeitos imediatos e de longo prazo na Instituição, que passou a contar com melhores instrumentos efetivos na conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros. Ao mesmo tempo, permitiu a consolidação de processos de elaboração, negociação e aprovação dos Planos de Manejo para as UCS (também RPPN), possibilitando maior transparência e participação dos diferentes atores.

(ii) elaboração de Planos de Manejo para apoiar a gestão das UCS por meio de estudos, propostas, documentos orientadores aprovados e em uso pelas Chefias das Unidades. Os efeitos institucionais e técnicos alcançados poderiam ser identificados em: maior reconhecimento da instituição pela sociedade organizada e demais atores públicos

que atuam na área; ampliação de redes de comunicação e participação das comunidades na implementação de iniciativas; efetivos instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade e melhorias no tratamento da questão de uso público e serviços ambientais; e de atividades de desenvolvimento sustentável das comunidades adjacentes e no entorno das UCS. Estes instrumentos contam com ações e indicadores importantes para programas de investimentos e custeio nas UCS.

(iii) **constituição de memória técnica e capacitação institucional em instrumentos de gestão** como: gestão integrada de corredores ecológicos; análises de impacto ambiental de novos empreendimentos de diferentes naturezas; metodologias de avaliação ecológicas rápidas; proposta de projeto metodológico contendo as orientações e procedimentos para o estabelecimento de zonas de amortecimento; e planos e projetos de uso público incorporados aos Planos de Manejo.

Este conjunto de instrumentos e processos gerou efeitos de curto e médio prazo em termos de melhorias na capacidade de resposta e produção de conhecimentos para a DIREC, técnicos do setor e para os empreendedores do setor público e privado.

(iv) **constituição de instâncias diferenciadas de participação dos atores relevantes para a maior representatividade e sustentabilidade das iniciativas necessárias à gestão das UCS** como: Conselhos Consultivos; rede permanente de consulta e de disseminação de informações ambientais; parcerias com centros de pesquisa e universidades; organização de brigadas de incêndio e voluntariado; e capacitação das comunidades e visitantes em temas de educação ambiental e/ou desenvolvimento sustentável.

Estes instrumentos de participação e colaboração da sociedade e organizações constituem elementos de facilitação e dinamização no processo de gestão das UCS, integrando outras iniciativas de desenvolvimento sustentável para a conservação.

(v) **elaboração de estudos, pesquisas e projetos** necessários à conservação e manejo dos ecossistemas: diagnósticos; inventários de espécies em extinção; mapas e imagens de satélite; e monitoramento de recursos de fauna, flora e pesqueiros sob pressão. Estes instrumentos promovem a proteção da flora e fauna brasileira, assim como, apóiam a gestão das UCS.

(vi) **renovação de capacidades técnicas, de liderança e de colaboração setorial, intra-setorial e intersetorial** em temas de conservação e gestão ecossistêmica, biorregional e em UCS por meio de: reuniões técnicas, grupos de trabalho, comitês nacionais e internacionais, seminários; experiências bem sucedidas; especialistas e

analistas ambientais em funções estratégicas; grupo de consultores e colaboradores com expertise; capacitação de técnicos e estabelecimento de convênios e cooperações técnicas.

Os resultados da avaliação do grau de obtenção dos 3 indicadores de sucesso acordados no PRODOC, são indicados a seguir:

(1)70% das UCS atendidas por Planos de Manejo (67 Planos): alcançado 50%.

Em 2000, cerca de 30% das UCS apresentava seus planos de Manejo, representando a existência de cerca de 40 Planos de Manejo para 133 UCS. Entre 2001 e 2005, foram elaborados 29 Planos de Manejo.

A revisão de Planos de Manejo foi apoiada pelo Projeto, visto que os 40 já existentes em 1999 necessitariam complementar as fases II ou III (de acordo com a antiga metodologia) ou então necessitavam ser revisados, em princípio, a cada 5 anos.

Portanto, a indicação na Matriz Lógica de que 40 Planos estavam elaborados, teve que ser revisada para fins de avaliação. Destes 40 planos, pelo menos 30 foram atualizados ou finalizados (etapas II e III) pelo Projeto.

Neste contexto, poderia ser avaliado que em relação aos novos Planos de Manejo para UCS, o Projeto somente ampliou este instrumento em 22% para as UCS.

Em relação aos 40 Planos existentes, 30 destes para que continuassem a ser utilizados necessitavam atualização ou finalização. Portanto, o Projeto atuou para que 30 Planos constituíssem efetivos instrumentos de gestão para as UCS.

Considerando estas duas situações existentes, pode-se afirmar que existia somente 10 Planos existentes e válidos, representando cerca de 10% das UCS atendidas por Planos de Manejo, em 2000/2001.

O indicador de sucesso da MLP considerava que a ampliação de UCS atendidas por novos Planos de Manejo deveria aumentar em pelo menos 123% seu atendimento. Tomando como referência a correção de dados da situação inicial do Projeto, pode-se afirmar que em relação aos 10 Planos existentes das 133 UCS, foram adicionados 29 novos, representando um aumento de quase 200% de novos Planos de Manejo.

Portanto, foram elaborados 29 novos Planos e colocados em condições para suas utilizações como instrumentos de gestão cerca de 30 Planos, que adicionados aos 10 existentes e válidos, perfazem o total de 69 planos em relação aos 133 existentes. Isto significa que cerca de 50% das UCS continuaram no período de 2000 a 2005, sem contar com os referidos instrumentos.

Porém, em 2004, estas UCS já atingiam o número de 236, significando um aumento de 90% no número de UCS. Passaram a ser geradas novas demandas por elaboração e aprovação de Planos de Manejo. Como consequência, atualmente persiste um déficit significativo de 167 novos Planos de Manejo das UCS (sem contar as RPPNS, cujos instrumentos são específicos) a serem executados pela Instituição, em atendimento às suas competências e normas consolidadas na legislação do SNUC.

(2) 100% das ações de proteção de flora e fauna executadas de forma eficiente e efetiva (120 espécies manejadas): alcançado com 122 espécies manejadas.

Foram manejadas as seguintes espécies:

- 11 espécies silvestres para controle e caça
- 48 espécies silvestres para uso;
- 18 espécies exóticas para proteção;
- 10 espécies exóticas e domésticas para controle e uso;
- 35 espécies silvestres para proteção.

Considerando que previamente ao Projeto existiam 60 espécies manejadas, representando 50%, foram adicionadas 122 novas espécies manejadas. Portanto, este indicador foi superior aos 100%, que seria alcançado com o manejo de somente 60 espécies.

Entretanto, existem dados de monitoramento para a avaliação da eficiência e efetividade sobre o processo de manejo destas espécies nas UCS e outras escalas de gestão dos ecossistemas, a disposição da DIFAP.

(3) 5% dos ecossistemas protegidos (47,4 milhões de hectares): alcançado 4%

Em 1999, tinham sido criadas ou ampliadas áreas das UCS que representavam um total de 23,7 milhões de hectares. De 2000 a 2005 foram criadas ou ampliadas Unidades de Conservação que totalizam uma área de 14,1 milhões de hectares de Áreas Protegidas.

Até dezembro de 2005, o Projeto ampliou em 1,5% o total de Áreas Protegidas por meio da criação ou ampliação de UCS, perfazendo 4% dos ecossistemas brasileiros protegidos.

Portanto necessitariam ser criadas e ampliadas as áreas das UCS no equivalente a 10 milhões de hectares, no ano de 2006, visto que o Projeto teve o seu prazo de execução ampliado em 12 meses.

Estes resultados e efeitos atuaram de modo conjunto, gerando sinergias para a ampliação dos benefícios obtidos pela DIREC e UCS com a implementação deste Projeto.

Foi constatado que a obtenção dos Insumos, a execução das Atividades e o alcance dos Produtos contribuíram para que este Objetivo Imediato 1 fosse alcançado com média efetividade para o fortalecimento institucional e técnico da DIREC e das Unidades de Conservação.

Nos próximos anos, elevado grau de iniciativa, mais pro - atividade da Instituição e alocação crescente de recursos humanos e financeiros deveria permitir a obtenção de maiores avanços da DIREC, GEREX e das UCS na gestão estratégica dos ecossistemas.

Objetivo Imediato 5: Normatização, modernização e disseminação de informações para a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros, implementada e executada.

. R\$ 5,640 milhões – 30% dos recursos do Projeto.

Indicador da MLP:

- 60% das informações sobre o meio ambiente disponibilizadas, com 3000 visitantes e pelo menos 20 Planos de Manejo e 10 Planos de Uso Público disponibilizados na home page do IBAMA.

Para a obtenção deste Objetivo contribuíram os Resultados 5.1 (normas e procedimentos internos ou em parcerias); Resultado 5.2. (tratamento e disponibilização de informações técnico-científicas) e o Resultado 5.3 (conhecimentos e informações disseminadas), com a respectiva execução de Atividades e Insumos previstos.

Apesar de integrar este Objetivo, o Resultado 5.4 (UGP operacionalizada) constituiu insumo e instrumento de operacionalização para a obtenção do Projeto na sua integralidade.

Importantes contribuições para o fortalecimento institucional da DIREC foram aportadas com o alcance, em diferentes graus, destes Produtos. A seguir se destacam aqueles que promoveram maiores efeitos de curto prazo para o Objetivo 2 do Projeto:

- (i) **criação e consolidação de 3 Centros Especializados**; promovendo o tratamento diferenciado para determinados temas de conservação de ecossistemas e aportando forte desenvolvimento do CECAV;
- (ii) **proposição de normas para o funcionamento dos Grupos de Trabalho e Comitês para conservação de espécies**; promovendo o estabelecimento de GT em diferentes instâncias e com multiplicidade de atores, com procedimentos para produção de resultados e alcance de metas; tema passou à ser gerido pela DIRAF;
- (iii) **avaliação, monitoramento e procedimentos para projetos de conservação de espécies** realizados pela Instituição, por terceiros ou apoiados pelo IBAMA; promovendo homogeneização de conceitos, metodologias e resultados para fins comparativos;
- (iv) **constituição de memória para análises de processos de licenciamento ambiental**; ampliando capacidade técnica de avaliação neste tema em atendimento da Diretoria de Licenciamento Ambiental do IBAMA;
- (v) **elaboração de procedimentos e avaliações de compensações ambientais**; com criação de Conselho Gestor em 2004 e estabelecimento de procedimentos que incluíram importante participação da DIRAF; GEREX e UCS;
- (vi) **elaboração de diretrizes e ações de acesso aos recursos genéticos**; este tema passou a ser gerido pelo MMA, com apoio de outras áreas do IBAMA;
- (vii) **estabelecimento de normas e procedimentos para pesquisas científicas**; promovendo o estabelecimento de parcerias com produtos adequados às necessidades das UCS e bases para a cooperação mútua;
- (viii) **proposta de sistematização do fluxo e registro de informações** para permitir disponibilização de documentos e informações técnico-científicas; apresentando dificuldades operacionais e de gestão de implementação na sede e demais unidades;
- (ix) **redesenvolvimento do SIUC** parcialmente implementado, apresentando inúmeras dificuldades operacionais para utilização pelos usuários;
- (x) **constituição de 17 bancos de dados atualizados**; permitindo um avanço na coleta, organização e disponibilização parcial de informações necessárias ao desenvolvimento das atividades da DIREC e UCS;
- (xi) **realização de eventos** de integração técnica, operacional e administrativa da DIREC com as Unidades de Conservação; promoveram oportunidades de intercâmbio de conhecimentos, experiências bem sucedidas, ações inovadoras e constituição de

bases comuns para o tratamento de questões relacionadas à gestão de Unidades de Conservação;

(xii) **capacitações de recursos humanos e participação em reuniões técnicas;** promovendo a disseminação de conhecimentos e experiências institucionais de conservação e gestão de ecossistemas;

(xiii) **melhorias na disseminação de informações na homepage do IBAMA;** estas melhorias não propiciaram o alcance das metas estabelecidas para consulta e disseminação dos trabalhos, pesquisas, normas e procedimentos, tanto para usuários internos ou externos à Instituição.

O Objetivo Imediato 5 foi alcançado de modo satisfatório para ações de caráter imediato, e menos satisfatoriamente para aquelas ações de efeitos de médio e longo prazo para a Instituição.

Ao mesmo tempo, este Objetivo 5 teve como função principal subsidiar o alcance do Objetivo Imediato 4 (Gestão) e, ao mesmo tempo, disseminar os estudos, dados e pesquisas realizadas.

As dificuldades operacionais para o controle, arquivamento e disponibilização de informações técnico-científicas produzidas nos produtos do OI 4 permaneceram até o final de 2005; bem como àquelas relacionadas ao sistema de informações gerenciais das UCS.

Não foram totalmente sistematizadas e implementadas as ações destinadas à melhoria das comunicações entre a SEDE e as UCS, bem como algumas atividades para apoiar o monitoramento e avaliações da conservação e manejo da biodiversidade pelas UCS.

Permanecem algumas fragilidades de acessar informações atualizadas sobre os documentos, normas e procedimentos elaborados pela DIREC, na homepage do IBAMA. Os usuários externos ao IBAMA, dispõem de maiores possibilidades de acesso e de maior número de informações nos sites de outros sistemas, organismos públicos e não governamentais que atuam no setor.

Em um futuro próximo, a DIREC deveria investir maiores recursos humanos e técnicos para dar seguimento às atividades preliminares implementadas com o PROECOS, de modo a completar todos os Produtos não concluídos, em fase de proposição ou com problemas operacionais para suas respectivas utilizações e sistematizações para o funcionamento/gestão da Diretoria e UCS.

Adicionalmente, a DIREC deveria constituir uma unidade técnica para a elaboração; monitoramento e avaliação de indicadores e metas alcançadas; metodologias a serem utilizadas pelas diferentes unidades operacionais, permitindo a obtenção de resultados na conservação da biodiversidade, em diferentes escalas de gestão dos Ecossistemas.

Esta Unidade poderia servir de elemento de integração e acompanhamento das demais iniciativas em execução, que contribuem para a obtenção de metas anuais, maximizando os recursos a serem investidos pela DIREC/IBAMA nos seus Projetos e Programas.

A efetividade do alcance dos 2 Propósitos do Projeto foi ampliada pelos efeitos sinérgicos de outros Projetos, Programas e Iniciativas empreendidas, nos últimos 5 anos, por diferentes atores públicos e não públicos, que atuam para a conservação, gestão e uso sustentável dos recursos da biodiversidade brasileira.

4.1.3. Eficácia.

Os 07 Produtos e 67 Atividades executados foram tecnicamente adequados, produzidos em geral com ampliações de cronograma e a custos razoáveis para o alcance dos Objetivos do Projeto.

O Produto 4.2 teve sua abrangência modificada a partir da criação da DIFAP, em 2001, concentrando-se mais no atendimento desta Diretoria, nos primeiros 2 anos de sua consolidação.

A eficácia da implantação do Projeto é considerada satisfatória em relação aos esforços significativos feitos pela Diretoria e pela Equipe de Coordenação do Projeto para superar tanto a situação de reduzido pessoal técnico da DIREC, como a reduzida alocação orçamentária para executar todas as Atividades do Projeto e garantir os Insumos a sua implementação.

O Projeto contou com a contratação de 248 técnicos distribuídos: 48 para Equipe Básica; 159 para Consultoria por Produto e 33 para Consultoria Retainer. Como exemplo, a obtenção do Produto 4.1 – Instrumentos de Gestão exigiu a contratação de 163 consultores, ou seja, mobilizou aproximadamente 66% dos recursos humanos e 52% dos recursos financeiros do Projeto.

Pequenos atrasos na execução do cronograma planejado das Atividades do Projeto para 2003 foram compensados pela execução acelerada em 2004 e 2005.

Em relação ao tempo para a obtenção de insumos (consultores e equipamentos) para a realização das atividades e obtenção de resultados, pode-se indicar que as dificuldades enfrentadas no primeiro ano, em termos de procedimentos para licitações, foram superadas com o reforço de profissional, que passou a atuar como interface entre a DIREC, UGP e o PNUD.

Entretanto, em diversas oportunidades foram constatados atrasos importantes em determinados processos de aprovação pelas áreas técnicas da DIREC de produtos parciais ou finais de Consultorias contratadas. Ao mesmo tempo, dependendo dos limites das licitações para aquisição de bens ou serviços, o PNUD apresentou atrasos significativos para a emissão de aprovação dos processos de homologação para contratação.

Por meio de entrevistas realizadas foram indicadas perdas de agilidade e rapidez do PNUD, para a contratação de serviços ou compra de equipamentos por este organismo internacional, posteriores a adoção de procedimentos compatibilizados com a Lei 8666, que legisla sobre os processos de licitação na administração pública brasileira.

Também foram indicadas nestas entrevistas, as dificuldades enfrentadas pela Instituição de aquisição de novos equipamentos para melhorar a performance de execução do Projeto. Estes equipamentos não constavam da listagem original do documento de Projeto, porém poderiam ter auxiliado ou viabilizado melhores condições para a gestão dos recursos da biodiversidade nas UCS, como por exemplo: (i) veículos para a fiscalização e monitoramento, para atendimento de emergências nas UCS como combate a fogo e atendimento de acidentes ocorridos com visitantes em áreas de uso público; (ii) equipamentos de comunicação por rádio e internet com a sede e brigadas de incêndio, com a polícia local; (iii) equipamentos para gravação e controle de determinadas áreas sob forte pressão antrópica em Parques Nacionais e Reservas de Biodiversidade; e (iv) instalação de equipamentos para comunicação e rastreamento de veículos do IBAMA para UCS.

Os equipamentos planejados e efetivamente adquiridos pelo Projeto estavam de acordo com as especificações, quantidades preliminares e instalações para o desenvolvimento do Projeto.

Os insumos da parte brasileira, como instalações, espaço e materiais administrativos básicos foram fornecidos no início e durante a execução do Projeto. A

alocação técnica, administrativa e orçamentária da Agência executora para o desenvolvimento do Projeto enfrentou alguns problemas devido ao número reduzido de funcionários na Sede, nas Gerências Executivas e nas UCS.

O Projeto enfrentou situações de oscilações no fluxo financeiro dos seus aportes, em função das limitações da política orçamentária do governo federal para 2003 e 2004. Entretanto, a Agência Executora conseguiu apresentar soluções internas utilizando parte dos recursos não comprometidos em seu orçamento anual; realizando compensações internas entre diferentes categorias orçamentárias ou entre projetos.

Estas iniciativas estratégicas asseguraram as condições para manter certo equilíbrio financeiro e, com isto, permitir a implementação do Projeto, com menores atrasos em seu cronograma e propiciando a continuidade de atividades em execução.

Entrevistas com autoridades e funcionários da DIREC revelaram que, apesar destas dificuldades operacionais, este foi o principal Projeto na Diretoria e o seu principal instrumento para o aperfeiçoamento técnico e institucional. Também indicaram que este Projeto permitiu a esta Diretoria obter os instrumentos de gestão necessários para o exercício das suas competências na conservação dos ecossistemas brasileiros e junto ao SNUC.

Os custos médios de realização das atividades e obtenção de materiais/equipamento para o Projeto se encontram dentro do aplicado para o mercado de Consultoria no Brasil, especialmente para a contratação de equipes ou profissionais brasileiros para a elaboração de: estudos, pesquisas, reuniões, seminários, congressos, cursos e capacitações, planos de manejo e de uso público; publicações; informatização; e proposição de normas e roteiros metodológicos.

A mesma situação pode ser aplicada à aquisição de equipamento e materiais necessários à execução das atividades do Projeto e alcance de Produtos.

O orçamento inicial do Projeto contemplava custo total de US\$ 8, 798,050 que foi ampliado para US\$ 10, 703, 163, com previsão de conclusão em 31/10/2005.

Os componentes foram financiados de acordo com as seguintes categorias de investimentos, em US\$:

Descrição	Original	%
Suporte Administrativo	315,135	3
Aval. Monitor.(viagens)	1, 954,921	19
Consult. Nac. Longo P.	2, 906,125	28
Consult. Nac. Curto P.	748,788	7

Subcontratos A	806,638	8
Aluguel de Equipam.	341,835	3
Treinamento Grupos	102,040	1
Treinamento em Serviço	285,901	2
Conferência e Reuniões	765,305	8
Equipamentos	1, 325,585	14
Informes	440,815	4
Diversos	304,743	3
Total	10, 391,421	100

Os recursos exclusivos da Assistência Preparatória desembolsados em 2000 e 2001 foram de US\$ 1, 080,911.

Os recursos desembolsados em US\$ pelo Projeto PROECOS de 2001 a 2005, são apresentados a seguir:

Ano	Desembolsos realizados	Saldo Orçamentário necessário	%
2001	940,385		9
2002	1, 811,875		18
2003	1, 314,553		13
2004	887,541		8
2005	711.776		7
Total Desembolsado	5, 666,140		54%
Orçam Necessário.		4, 725,281	46%
Total PROECOS	10, 391,421	10, 391,421	

Os recursos programados para serem desembolsados entre 2001 e 2005, em Reais, são apresentados a seguir:

Ano	Desembolsos a realizar	%
2001	3, 754,000	20
2002	3, 754,000	20
2003	3, 754,000	20
2004	3, 754,000	20
2005	3, 754,000	20
Total a Desembolsar	18, 770,000	100

A comparação de desembolsos efetivamente realizados e aqueles previstos indicam que somente no ano de 2002 estes montantes se aproximam. Em 2003 os desembolsos realizados mantêm uma relação de 2/3 com aqueles previstos originalmente.

Nos anos de 2001, 2004 e 2005 estes desembolsos se situaram em torno de 50% daqueles montantes previstos originalmente, devido principalmente às limitações orçamentárias do Governo Federal.

Ainda que o Projeto apresentasse capacidade de execução e de ampliação do ritmo de implementação das atividades e aquisição de materiais e serviços, não havia a correspondente disponibilidade de transferência de recursos orçamentários do IBAMA ao PNUD, por ausência de recursos disponibilizados.

Neste contexto, 100% da execução financeira foi realizada, porém somente 56% da execução orçamentária foi efetivada pelo PROECOS.

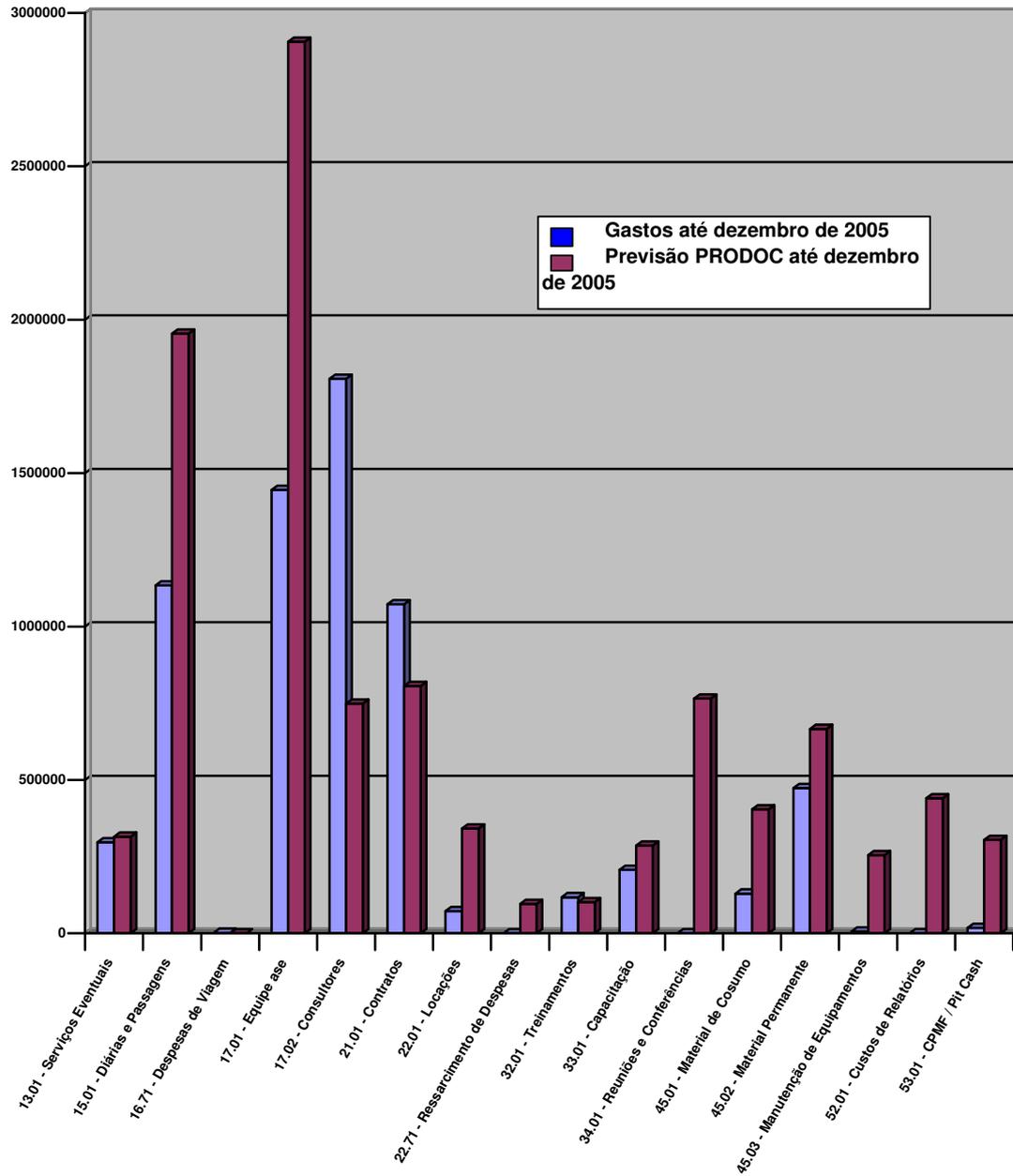
Nos dois primeiros anos de execução do Projeto, foram geradas as condições básicas para a sua implementação em termos de contratação de Consultores e equipamentos; foram elaborados os termos de referencia e gerados os respectivos processos de contratação ou compra.

Em 2003, foram adquiridos em torno de 83% dos equipamentos e contratados 75% dos Consultores por Produtos do PROECOS.

Caberia ressaltar que esta restrição orçamentária explicaria parte da redução de implementação de atividades do Projeto; assim como foi um dos fatores contribuintes determinadas decisões da DIREC no sentido de que a elaboração dos Planos de Manejo (estimada por Plano entre R\$ 250 a 350 mil) passasse a ser efetuada pelos funcionários da Instituição ou outros parceiros.

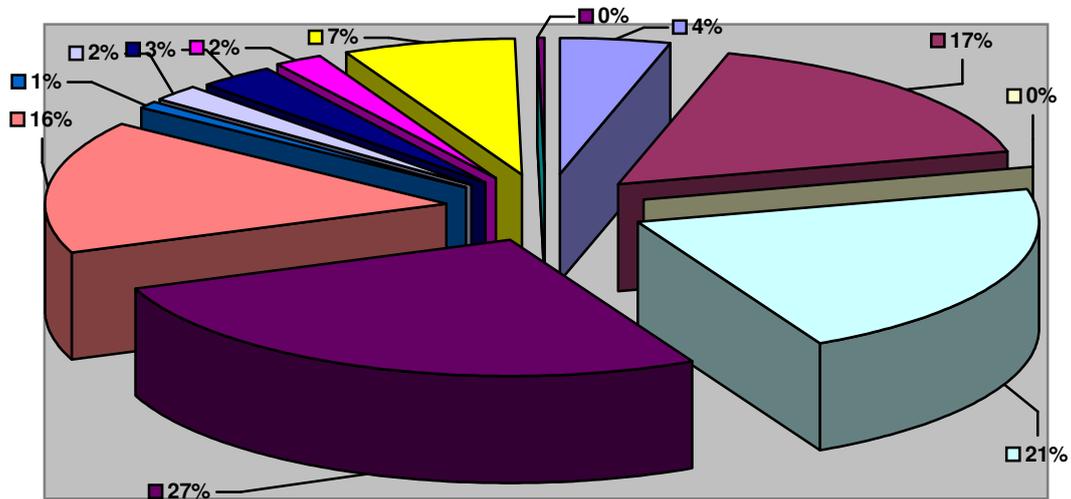
Os desembolsos efetuados e programados anualmente para cada categoria do Projeto encontram-se a seguir:

Gastos até Dezembro de 2005 e Previsão PRODOC por Linha Orçamentária



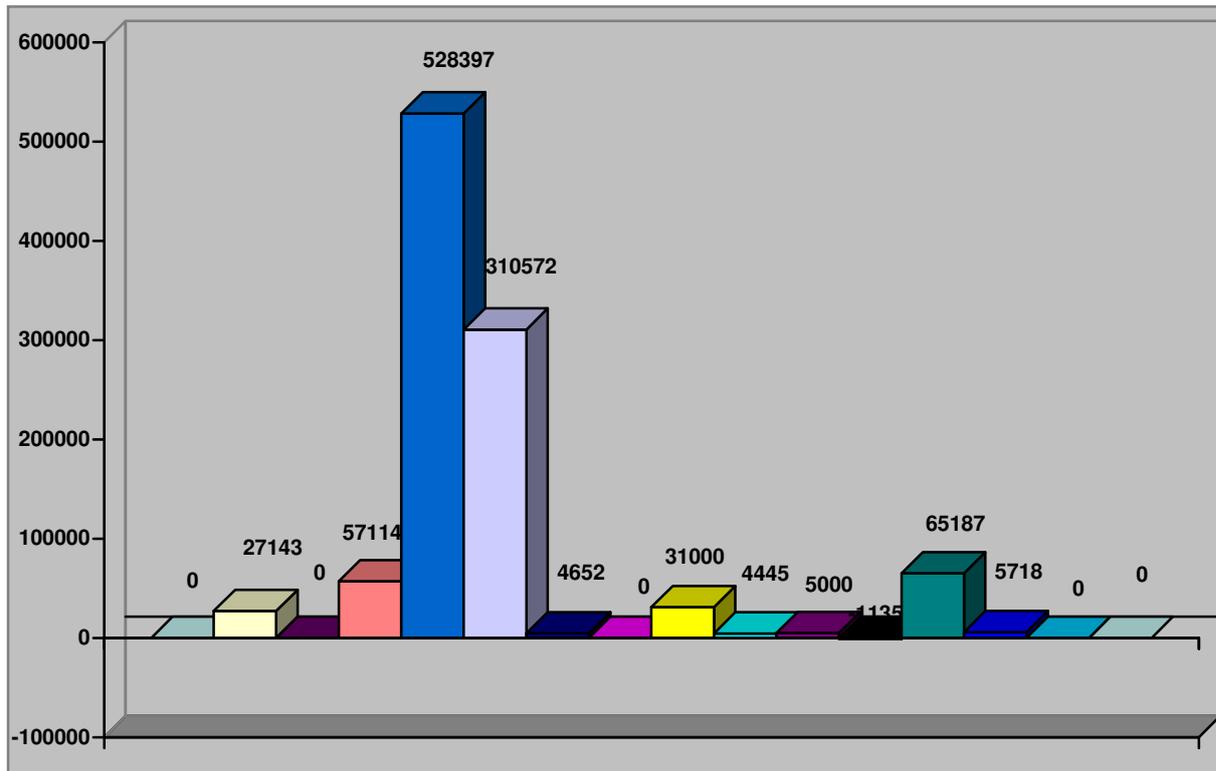
Somente as categorias Consultores e Contratos apresentaram desembolsos superiores aos previstos originalmente, acarretando o remanejamento de recursos em outras categorias.

**Execução Financeira - Gastos por Linha Orçamentária até
Dezembro de 2005**



13.01 - Serviços Eventuais	15.01 - Diárias e Passagens
17.71 - Missões de Avaliações	17.01 - Equipe Base
17.02 - Consultores	21.01 - Contratos
22.01 - Locações	32.01 - Treinamentos
33.01 - Capacitação	45.01 - Material de Consumo
45.02 - Material Permanente	45.03 - Manutenção de Equipamentos
53.01 - Cpmf/pit cash	

Execução Financeira
Saldo do Projeto por Linha Orçamentária em Dezembro de 2005



13.01 - Serviços Eventuais	15.01 - Diárias e Passagens
16.71 -	17.01 - Equipe Base
17.02 - Consultores	21.01 - Contratos
22.01 - Locações	22.71 -
32.01 - Treinamentos	33.01 - Capacitação
34.01 -	45.01 - Material de Consumo
45.02 - Material Permanente	45.03 - Manutenção de Equipamentos
52.01 -	53.01 - Cpmf/pit cash

De acordo com o quadro acima indicado, constata-se que as categorias orçamentárias de Consultores e Contratos deveriam ainda ser desembolsadas, nos próximos anos, de modo a consolidar os Resultados do Projeto.

O fluxo dos desembolsos realizado pelo Projeto indica as dificuldades de execução devido às restrições orçamentárias das instituições públicas brasileiras, mesmo com capacidade técnica e administrativa de implementação de Atividades e Produtos, por meio de Consultorias.

Desembolsos realizados de 2001 a 2005

LINHA ORÇAMENTÁRIA / COMPONENTE)	ORÇAMENTO ORIGINAL	DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2001)	DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2002)	DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2003)	DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2004)	DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2005)	TOTAL DE DESEMBOLSOS REALIZADOS PELO PROJETO (2001 A 2005)
013.01	315.135	67.933	106.703	2.056	-36	0	296.691
015.01	1.954.920	320.154	280.629	112.400	143.753	113.345	1.034.387
016.71	0	0	1.437	494	0	0	1.931
017.01	2.906.125	189.768	342.556	389.212	187.340	136.237	1.145.118
017.02	748.788	198.296	350.704	352.063	319.724	263.716	1.507.646
021.01	806.638	105.858	260.891	368.399	195.055	56.180	1.072.411
022.01	341.835	17.980	47.731	165	473	6.213	72.562
022.71	96.400	0	0	0	0	0	0
032.01	102.040	23.129	90.055	4.772	0	0	117.956
033.01	285.901	63.315	60.086	21.823	23.719	7.637	207.381
034.01	765.305	0	0	0	0	0	0
045.01	404.089	19.602	24.356	21.820	3.174	39.249	129.635
045.02	666.396	26.876	241.637	38.368	14.908	86.931	273.361
045.03	255.100	-162	2.075	1.975	-30	2.268	6.126
052.01	440.815	0	0	0	0	0	0
053.01	301.933	10.631	3.015	1.006	-539	0	17.836
Projeto TOTAL	10.391.421	940,385	1.811.875	1.314.553	887.541	711.776	5, 666,140

A eficácia da implantação do Projeto é considerada muito satisfatória em relação aos esforços significativos feitos pela Equipe do Projeto e Agência Executora para obter os resultados esperados.

Ao mesmo tempo, deveriam ser destacadas as iniciativas institucionais de superar, tanto a situação de reduzido pessoal técnico na DIREC (para a implementação de 63 tipos de Atividades, 7 Produtos e mais de 3700 ações), como a reduzida alocação orçamentária para executar as atividades do Projeto, nos seus cinco anos de execução.

Na prática, o Projeto executou 100% dos recursos financeiros e dos recursos orçamentários disponibilizados anualmente pelo IBAMA ao PNUD. Portanto, a sua eficácia poderia ser superior caso tivessem sido assegurados no Orçamento Público, os recursos solicitados para a implementação do PROECOS, no seu período de execução.

Pode-se afirmar que os Objetivos Imediatos do Projeto ou Propósitos foram obtidos de modo satisfatório, sendo considerado como muito efetivo para esta fase do fortalecimento institucional e técnico da DIREC e UCS.

O Projeto alcançou a maioria dos efeitos desejados através do aperfeiçoamento de práticas, normas e instrumentos para a conservação da biodiversidade/ecossistemas brasileiros.

4.1.4. Impactos.

Objetivo de Desenvolvimento: *Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros da Fauna e Flora brasileira das espécies ameaçadas de extinção, bem como promover a gestão integrada das Unidades de Conservação Federais, por meio do fortalecimento do IBAMA.*

Indicador da MLP:

- Instrumentos de gestão para promover a conservação e uso sustentável da biodiversidade elaborados e implementados (5% dos ecossistemas protegidos).

Os produtos e efeitos de curto prazo alcançados pelo Projeto estão contribuindo para a obtenção total, em certo grau, do Objetivo de Desenvolvimento, nos próximos

cinco anos. Este objetivo de longo prazo para ser alcançado necessita contar com a participação ativa de diferentes atores públicos, privados e de ongs e demais programas em execução, que não são diretamente implementados pela DIREC/ IBAMA.

O Projeto implementou um conjunto de condições preliminares e ações iniciais na DIREC e em Unidades de Conservação Federais relacionadas à elaboração de instrumentos e às novas práticas de gestão de ecossistemas, e com isto, aumentou a capacitação dos funcionários da DIREC e das UCS, bem como os instrumentos de gestão para a conservação dos ecossistemas.

De acordo com o indicador de impacto acordado no PRODOC, o impacto alcançado para a criação ou ampliação das UCS em 5% pode ser avaliado em 4% obtido.

Em 1999, tinham sido criadas ou ampliadas áreas das UCS que representavam um total de 23,7 milhões de hectares (2,5% dos ecossistemas existentes em UCS). De 2000 a 2005 foram criadas ou ampliadas Unidades de Conservação que totalizaram uma área de 14,1 milhões de hectares de Áreas Protegidas.

Até dezembro de 2005, o Projeto ampliou em 1,5% o total de Áreas Protegidas por meio da criação ou ampliação de UCS, perfazendo 4% dos ecossistemas brasileiros protegidos.

Portanto, necessitariam ainda ser criadas e ampliadas áreas das UCS no equivalente a 10 milhões de hectares, no ano de 2006, para alcançar a meta de 5%, visto que o Projeto teve o seu prazo de execução ampliado em 12 meses.

Por meio da avaliação do Projeto, puderam ser observados impactos de curto prazo alcançados pelo Projeto, que apoiarão a DIREC na obtenção deste objetivo de desenvolvimento a longo prazo:

(i) elaboração de roteiros metodológicos para apoiar a gestão das UCS.

Estes instrumentos geraram significativos efeitos imediatos e de longo prazo sobre para a Instituição:

(a) passou a contar com melhores instrumentos efetivos na conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros; e

(b) melhores práticas de consulta e participação das comunidades e atores envolvidos nas diferentes fases de elaboração de Planos de Manejo.

(ii) elaboração de instrumentos de gestão das UCS por meio de estudos, propostas, Planos de Manejo aprovados e em uso pelas Chefias das Unidades e demais atores.

Estes Planos geraram impactos em:

- (a) maior reconhecimento da instituição pela sociedade organizada e demais atores públicos que atuam na área;
- (b) ampliação de redes de comunicação e participação das comunidades na implementação de iniciativas;
- (c) efetivos instrumentos para a conservação e manejo da biodiversidade e
- (d) melhorias no tratamento da questão de uso público, serviços ambientais e atividades de desenvolvimento sustentável.

(iii) **constituição de memória técnica e capacitação institucional em instrumentos de gestão.** Foram obtidas maiores capacitação e experiência institucional em:

- (a) gestão integrada de corredores ecológicos;
- (b) análises de impacto ambiental de novos empreendimentos de diferentes naturezas;
- (c) metodologias de avaliação ecológicas rápidas;
- (d) proposta de projeto metodológico contendo as orientações e procedimentos para o estabelecimento de zonas de amortecimento; e
- (e) planos e projetos de uso público incorporados aos Planos de Manejo.

(iv) **constituição de instâncias diferenciadas de participação dos atores relevantes para a maior representatividade e sustentabilidade das iniciativas necessárias à gestão das UCS.** Estas iniciativas também geraram importantes impactos na educação e sensibilização ambiental em parceiros como:

- (a) Conselhos Consultivos;
- (b) rede permanente de consulta e de disseminação de informações ambientais;
- (c) parcerias com centros de pesquisa e universidades;
- (d) organização de brigadas de incêndio e voluntariado; e
- (e) capacitação das comunidades e visitantes em temas de educação ambiental e/ou desenvolvimento sustentável.

(v) **renovação de capacidades técnicas, de liderança e de colaboração setorial, intra-setorial e intersetorial** em temas de conservação e gestão ecossistêmica, biorregional e em UCS por meio de: reuniões técnicas, grupos de trabalho, comitês nacionais e internacionais, seminários; experiências bem sucedidas; especialistas e analistas ambientais em funções estratégicas; grupo de consultores e colaboradores com

expertise; capacitação de técnicos e estabelecimento de convênios e cooperações técnicas.

(vi) **elaboração de procedimentos e avaliações para compensações ambientais e licenciamento ambiental.** Estes instrumentos geraram impactos significativos para a conservação dos ecossistemas e para a obtenção de recursos financeiros para as melhorias a serem obtidas na gestão das UCS.

(vii) **proposição de normas para o funcionamento dos Grupos de Trabalho e Comitês e procedimentos para projetos de conservação de espécies para conservação de espécies.** Os impactos alcançados foram significativos para a consolidação da conservação das espécies nos ecossistemas brasileiros pela ação integrada e de parcerias entre diferentes atores.

(viii) **produção de estudos, pesquisas e de normas para pesquisas científicas;** promovendo o estabelecimento de parcerias com produtos adequados às necessidades das UCS e bases para a cooperação mútua e a sistematização de experiências bem sucedidas, ações inovadoras para o tratamento de questões relacionadas à gestão de Unidades de Conservação.

(ix) **proposta de sistematização do fluxo e registro de informações; redesenvolvimento do SIUC e constituição de 17 bancos de dados atualizados** para permitir disponibilização de documentos e informações técnico-científicas e avanço na coleta, organização e disponibilização parcial de informações necessárias ao desenvolvimento das atividades da DIREC e UCS;

(x) **melhorias na disseminação de informações na homepage do IBAMA;** estas melhorias deveriam ter permitido melhores condições para consulta e disseminação dos trabalhos, pesquisas, normas e procedimentos, tanto para usuários internos ou externos à Instituição.

Entrevistas com as partes envolvidas indicaram ainda como efeitos amplificadores dos impactos iniciais da implantação do Projeto:

- (i) a colaboração de instituições relevantes relacionadas ao setor poderia fortalecer as ações de gestão e conservação dos ecossistemas existentes;
- (ii) a educação ambiental e a conscientização social das comunidades poderiam ser ampliadas pela colaboração permanente de funcionários atuando em outros programas de educação ambiental;
- (iii) a disseminação de dados e informações do SIUC poderia ser ampliada a outras instituições relevantes que atuam em conservação de ecossistemas por meio de outros Sistemas nacionais de informações para a conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável;
- (iv) uma ação de apoio técnico e financeiro do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (MMA) poderia ser efetiva para a gestão estratégica dos ecossistemas brasileiros;
- (v) a disseminação pela DIREC da capacitação e transferência de tecnologia da gestão integrada de ecossistemas, em outras instituições relevantes estaduais e locais, por meio do referido Plano Estratégico e sua Comissão de implementação.

A obtenção total do Objetivo de Desenvolvimento necessitará tempo, recursos e esforços conjuntos de um número significativo de instituições relevantes atuando em todos os Ecossistemas brasileiros.

Este Objetivo foi obtido em relação aos 4% de Áreas Protegidas criadas ou ampliadas, nos últimos 5 anos, com 54% dos recursos disponibilizados pelo IBAMA. Caso houvessem sido disponibilizados os restantes 46% nestes 5 anos, certamente a DIREC poderia ter suplantado a meta indicada para este indicados.

Porém, com a intensificação do processo de proteção e conservação de ecossistemas está sendo gerada uma demanda crescente para a ação do IBAMA e MMA neste tema.

Os impactos alcançados para a Gestão dos Ecossistemas poderiam ter sido mais amplos na medida em que tivessem sido produzidos e aprovados pelo menos cerca de 70 novos Planos de Manejo.

Outro fator que também contribuiria positivamente seria o aumento de número de servidores por UCS. A adoção de indicadores de eficiência para a gestão, associando o número de funcionários necessários de cada UC e a superfície desta UC, poderia resultar em ações mais efetivas e eficazes desta atuação do IBAMA para a consolidação do SNUC.

Na avaliação do componente de fortalecimento institucional das UCS, do PNMA-II, por meio de entrevistas, foi identificado que para a gestão mais adequada das UCS seria indicado que fossem alocados de 11 a 20 funcionários por UCS (PARNAS), dependendo da localização, área, biodiversidade, visitantes e nível de pressão de antropismo.

Em análises realizadas pelo MMA, em 2001, página 20 do PRODOC do BRA/00/021, cada funcionário de UCS (PARNA; REBIO; RESEC; ESEC) era responsável pela gestão de uma área ao redor de 28 mil hectares: “O principal problema enfrentado na estratégia de proteção às Unidades de Conservação de uso indireto tem sido o pequeno número de funcionários governamentais por área, que se traduz numa relação de um servidor para 27.560 hectares em média. Outros fatores limitantes são: a inacessibilidade às áreas, a falta de meios de transporte e de equipamentos.”.....

Das análises e entrevistas realizadas, pode-se dizer que o indicador do Objetivo de Desenvolvimento deste Projeto será alcançado em 2006. Este Objetivo de Desenvolvimento, com novos indicadores de avanços permanentes, a longo prazo, tem alta probabilidade de ser totalmente alcançado nos próximos anos, dependendo diretamente dos esforços da DIREC/ IBAMA em disseminar e manter efetivas as iniciativas implantadas pelo Projeto.

Por outro lado, segundo resultados obtidos em entrevistas, podemos afirmar que os efeitos iniciais deste Objetivo do Projeto já foram alcançados, devido à ação direta do Projeto em associação com as demais ações em implantação por outros Programas.

Em termos globais, os efeitos e impactos de curto prazo do Projeto foram alcançados inicialmente e devem ser ampliados nos próximos anos, de acordo com as avaliações de alcance dos Produtos e Objetivos Imediatos do Projeto.

Por último, os impactos de longo prazo poderiam ter sido maiores se o tema de regularização fundiária tivesse sido objeto de concentração de esforços institucionais, recursos técnicos e financeiros do IBAMA, juntamente com outros parceiros públicos atuantes neste tema.

As áreas de fortalecimento institucional do IBAMA que apresentaram impactos positivos imediatos pelas contribuições, direta ou indiretamente, do Projeto foram:

- (i) estrutura funcional e organizacional;
- (ii) capacidade de sistemas de informações e Geo-referenciamento;
- (iii) coordenação intra-setorial;
- (iv) coordenação interorganizacional;

- (v) pessoal/desenvolvimento de recursos humanos e
- (vi) procedimentos, manuais e publicações.

Caberia destacar que um dos impactos de médio prazo alcançado pelo Projeto, foi reforçado com a implantação de nova estrutura organizacional e operacional da DIREC. Esta estrutura matricial foi proposta utilizando como base de atuação o conceito de BIOMA. Ao mesmo tempo, esta sendo implementada uma operacionalidade matricial com a constituição de equipes de trabalho embasadas em conceitos de projetos estruturantes; integradores e executivos.

Em relação aos impactos diretos da implantação do Projeto, os seguintes pontos foram contribuintes na sua obtenção devido à aplicação de um enfoque multi-setorial e vertical no tratamento da gestão integrada dos ecossistemas brasileiros:

(i) um modelo de aproveitamento de sinergias existentes foi estabelecido nas UCS. Ao mesmo tempo em que a implantação de Conselhos favoreceu a melhoria das interações com a comunidade de atividades de conservação e uso sustentável da biodiversidade; também proporcionou melhores oportunidades, em nível federal, estadual e local, de trocas de informações entre partes preocupadas com o tema.

(ii) aproveitamento das sinergias para a capacitação e sensibilização em gestão ambiental de recursos humanos na DIREC, nas GEREX e UCS. Estas ações também foram utilizadas para a constituição de redes de comunicação, intercambio de informações sobre projetos, e para a realização de seminários regionais e nacionais do IBAMA;

(iii) o Projeto apoiou ações que visavam integrar os três níveis da administração pública e de ONGS em processos participativos, para atuarem juntamente com as comunidades e o IBAMA no desenvolvimento dos Planos de Manejos das UCS. Estas ações procuraram apoiar a descentralização no processo de gestão dos Ecossistemas Corredores, e com isto apoiar que esta gestão possa ser efetivada mais diretamente pelos níveis mais próximos das comunidades beneficiárias.

(iv) o Projeto apoiou indiretamente a maior articulação das atividades em execução pelos outros órgãos públicos e ONGS para a conservação e gestão das UCS e para o uso sustentável da biodiversidade.

Espera-se que com a instituição do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, que contempla ações que se desenvolverão para o estabelecimento de um sistema abrangente de áreas protegidas ecologicamente representativas,

efetivamente manejadas, integradas a áreas terrestres e marinhas mais amplas, até 2015, sejam consolidados os impactos de médio e longo prazo iniciados pelo PROECOS.

Papel importante deverá ser desempenhado pela DIREC para a continuidade na implementação deste Plano, em especial, no tocante às diretrizes e estratégias de fortalecimento do SNUC: estabelecer e fortalecer os componentes federal, distrital, estaduais e municipais do SNUC. O referido Plano tem como algum dos seus objetivos:

- a) desenhar um sistema efetivo e representativo de unidades de conservação;
- b) ampliar o SNUC;
- c) definir os percentuais de áreas protegidas para unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável para cada bioma;
- d) integrar o PNAP às demais políticas públicas nas três esferas de governo; e
- e) integrar as políticas de proteção e manejo das unidades de conservação com as políticas das demais áreas protegidas.

4.1.5 – Sustentabilidade.

O Projeto destinava-se ao fortalecimento institucional e técnico da DIREC apoiando a obtenção de resultados efetivos em instrumentos de gestão, normas e disseminação de informações para a conservação e manejo de ecossistemas.

Os recursos para a sua implementação foram nacionais e originários do orçamento da Diretoria de Ecossistemas. Em consequência de análises prévias, foram identificadas dificuldades orçamentárias para a disponibilização destes recursos para diferentes anos da execução do Projeto.

Ao mesmo tempo, um conjunto de atividades que foram iniciadas pelo Projeto, necessitaria maiores recursos para suas implementações ou finalizações para os próximos 4 anos.

Em entrevistas realizadas com funcionários e autoridades da DIREC foi ressaltado que poderia ser dada a continuidade a diversos Produtos do Projeto, com a utilização da equipe de funcionários atuantes nas diversas Coordenadorias.

Entretanto, por exemplo, considera-se que a execução de pelo menos 70 novos Planos de Manejo com o atual número de funcionários, exigiria um tempo bastante

longo para a sua viabilização, frente às demandas emergentes do novo Plano Nacional de Áreas Protegidas. Ademais,

Ao mesmo tempo, a consolidação do fundo de compensação ambiental poderá gerar um apoio importante a DIREC para a contratação de consultorias para a elaboração de parte significativa deste tipo de Produto.

Permanecem demandas a serem atendidas em áreas que o referido fundo não poderia vir a apoiar devido à natureza das atividades a serem realizadas, em especial, aquelas relacionadas à: normas; sistematização de informações; consolidação de rede de parcerias; ampliação de bases de dados; capacitação de profissionais; participação e organização de reuniões, seminários ou Congressos; monitoramento e avaliação; elaboração de novos manuais entre outros.

No caso de permanecer para os próximos 4 anos praticamente o mesmo percentual do orçamento da DIREC, tanto para custeio como para investimentos, a sustentabilidade do que já foi alcançado estaria com uma significativa probabilidade de enfrentar dificuldades para a sua sustentabilidade.

A sustentabilidade do Projeto será viável se o IBAMA puder administrar e assegurar um aumento de recursos financeiros e técnicos para os próximos anos.

Os seguintes fatores contribuirão para a continuidade operacional e técnica do Projeto:

- (i) os roteiros metodológicos e 70 Planos de Manejo implantados para as UCS;
- (ii) profissionais das UCS e DIREC capacitados em gestão de ecossistemas; com possibilidade de multiplicação aos novos funcionários de nível federal, estadual e local;
- (iii) processos de articulação e colaboração com parceiros de organizações públicas, privadas e ONGS permitindo a multiplicação de redes de parcerias, informações e participação social;
- (iv) articulação com Programas e Projetos em andamento para a Conservação da Biodiversidade brasileira; Gestão Participativa; Gestão Integrada de Corredores Ecológicos; Plano Estratégico de Áreas Protegidas;
- (v) acesso ao site do IBAMA e rede de gestão de informações ambientais, contando com o banco de dados, mapas, informações técnicas e gerenciais sobre os Ecossistemas brasileiros;
- (vi) acesso público do banco de dados do IBAMA sobre a DIREC, UCS, SNUC, consultas Públicas, Compensação e Licenciamento Ambiental; bem como para acompanhamento dos clientes de processos e pareceres;

- (vii) planejamento e instrumentos de gestão ambiental disponibilizados;
- (viii) manutenção dos equipamentos adquiridos;
- (ix) negociações com novas fontes de financiamento para continuar com Projetos de conservação dos Biomas brasileiros;
- (x) nova estrutura operacional da DIREC estruturada a partir da gestão por Biomas;

Da avaliação e entrevistas realizadas estima-se que, dentro dos quatro anos após a conclusão do Projeto, existe probabilidade dos seguintes arranjos de recursos institucionais e organizacionais para manter os resultados, efeitos e impactos alcançados pelo Projeto:

- (i) apoio da alta gerência do IBAMA: meio alta.
- (ii) marco legal e regulamentos: meio alta.
- (iii) capacidade organizacional: meio baixa;
- (iv) capacidade intra-organizacional: meio alta;
- (v) capacidade interorganizacional: meio baixa;
- (vi) disponibilidade de recursos financeiros: meio baixa;
- (vii) suficientes recursos técnicos: meio baixa;
- (viii) recursos para manutenção de equipamentos e infra-estrutura: meio baixa;
- (ix) apoio dos beneficiários do Projeto: alta;
- (x) apoio do governo federal, estadual e municipal: meio alta.

Considerando as ações relevantes mencionadas para a sustentabilidade dos efeitos e impactos do Projeto, após a conclusão, os possíveis **fatores de risco à sustentabilidade** são as seguintes:

- (i) probabilidade de mudanças nas altas autoridades do setor pela realização de eleições presidenciais, estaduais e municipais nos próximos três anos;
- (ii) mudanças freqüentes nos recursos técnicos e administrativos;
- (iii) reduzido quadro de técnicos e de apoio nas três esferas de Governo;
- (iv) fragilidade da coordenação interinstitucional da política ambiental;
- (v) dificuldades financeiras para a atuação conjunta de organizações públicas e ONGS para a continuidade do Projeto;
- (vi) reduzida coordenação entre diferentes níveis de governo;
- (vii) oscilante fluxo anual de recursos financeiros e orçamentários nas três esferas da administração pública; e

(viii) dificuldades na aquisição de novos equipamentos e na manutenção do banco de dados.

Como possíveis **fatores favoráveis à sustentabilidade** dos efeitos e impactos do Projeto poderiam ser relacionados:

- (i) criação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (sob a coordenação do MMA) poderia ser efetiva para a gestão estratégica dos ecossistemas e continuidade do fortalecimento do SNUC e UCS;
- (ii) campanhas para o uso sustentável de recursos naturais nos veículos de comunicação nacionais e regionais;
- (iii) compromisso institucional do IBAMA para a continuidade das iniciativas;
- (iv) nova proposta de organização e estrutura da DIREC por BIOMAS;
- (v) planejamento operacional para a continuidade das iniciativas do Projeto por meio do planejamento das atividades da DIREC, GEREX e UCS;
- (vi) apoio da DIREC na obtenção de novos recursos da compensação ambiental para financiamento de atividades demandadas de fortalecimento e instrumentação das UCS;
- (vii) funcionamento dos Conselhos Consultivos e experiências-piloto bem sucedidas em participação de ongs, órgãos públicos, empresas privadas, centros de pesquisa em processos de gestão de UCS;
- (viii) a contratação de novos funcionários especialistas e de apoio técnico-gerencial pelo IBAMA através concurso público.

Baseando-se nas análises prévias, pode-se avaliar como provável que o Projeto seja relativamente sustentável nos próximos anos, mas há certo grau de preocupação em relação aos recursos humanos e financeiros alocados pelo IBAMA para a continuidade do Projeto.

Esta classificação de média probabilidade de sustentabilidade do Projeto é baseada nos seguintes fatores:

- (i) elementos que incidem na sustentabilidade foram parcialmente incluídos no desenho do projeto, como: instrumentos de gestão e captação de novos recursos para a implementação de novas atividades demandadas;
- (ii) durante a execução do projeto, foram feitos alguns esforços para a sua continuidade, como: o diagnóstico de ações necessárias para a continuidade do Projeto; apoio para a captação de novos recursos financeiros; a maior visibilidade da DIREC por meio de seminários e reuniões técnicas e a instituição do PNAP;

(iii) no final do projeto, foi realizada revisão substantiva para a continuidade das ações do Projeto para os próximos 4 anos, porém sem um maior detalhamento de custos e resultados.

4.2 – Conclusões

4.2.1 – Fatores positivos aos efeitos do Projeto.

4.2.1.1 – Fatores relacionados ao Desenho e Planejamento

O desenho original do Projeto propunha ações para o fortalecimento técnico e institucional da DIREC com o aprimoramento dos instrumentos de gestão estratégica e das normas, procedimentos e disseminação de informações destinadas ao manejo e conservação dos ecossistemas.

Após o primeiro ano de execução, com a criação de nova Diretoria no IBAMA (DIFAP) foi necessário centrar mais iniciativas nos temas de instrumentos de gestão integrada de ecossistemas. Esta concentração favoreceu a produção de melhores condições para a obtenção dos efeitos do Projeto, na área de Instrumentos de Gestão.

A estratégia de execução do Projeto foi embasada no trabalho conjunto entre os funcionários da DIREC e os Consultores de longo, médio e curto prazo para a produção de estudos, pesquisas, instrumentos. Ao mesmo tempo foram implementados diferentes circuitos de articulação e reuniões com instituições, ongs e centros de pesquisa relacionados à Conservação de Ecossistemas.

Outros fatores que favoreceram a obtenção dos efeitos foram as estratégias propostas pela Equipe de Execução do Projeto, baseada em:

- (i) constituição de redes de interlocução nos processos de elaboração e aprovação de instrumentos de gestão; participação nas Áreas Piloto;
- (ii) instâncias de decisão operacional-técnica passando pela Direção Nacional, Coordenação e Beneficiários diretos do Projeto (UCS);
- (iii) atividades de integração com as Universidades, centros de pesquisa, grupos de trabalho, comitês atuantes no tema;

4.2.1.2 – Fatores relacionados à execução.

O desenho do Projeto possibilitou a introdução de pequenas modificações nas atividades, que atenderam as demandas e capacidades instaladas na DIREC e nas UCS;

Os principais fatores que contribuíram positivamente à execução foram:

- (i) operacionalização da UGP com grupo técnico-operacional com finalidade executiva;
- (ii) reuniões regulares da UGP com a DIREC, PNUD e ABC.
- (iii) canal de comunicação entre consultores, UGP e beneficiários diretos na DIREC a nas UCS; apoiando a efetividade e eficácia do projeto;
- (iv) seleção de consultores com conhecimento e experiência no tema, tornando mais efetiva à execução das atividades e produtos alcançados pelo Projeto;
- (v) apoio financeiro e técnico permanente e em tempo adequado da cooperação técnica;
- (vi) alocação orçamentária do IBAMA em apoio a atividades do Projeto apesar da estratégia de redução orçamentária do Governo Federal;
- (vii) realização de seminários nacionais, regionais e locais garantindo a comunicação e disseminação de conhecimentos entre interlocutores sobre a gestão e uso sustentável dos recursos da biodiversidade;
- (viii) apoio e colaboração permanente da equipe técnica da DIREC e das UCS;
- (ix) excelente relacionamento profissional e interpessoal entre as equipes técnicas e consultores, aumentando a eficiência e efetividade do Projeto.

4.2.2 – Fatores restritivos aos efeitos do Projeto.

4.2.2.1 – Fatores relacionados ao Desenho e Planejamento.

A proposta original do Projeto concentrou em torno de 60% na obtenção dos 3 Resultados relacionados ao Objetivo Imediato 4. Como consequência, os 4 Resultados do Objetivo Imediato 5, que visavam à produção de insumos básicos para a obtenção do OI 4, encontravam-se sobre dimensionados em relação ao número/complexidade das atividades e os recursos alocados para a obtenção. Estes recursos representavam somente 30% do total do Projeto.

O processo contínuo de monitoramento e avaliação dos indicadores de efeitos e resultados do Projeto constituiu um dos pontos de fragilidade na proposta inicial da Cooperação. O desenho inicial do Projeto adotou indicadores de avaliação para determinados Produtos embasados na produção de documentos e relatórios.

Outra dificuldade foi a seleção de indicadores que consideravam a elaboração de documentos, porém não incorporavam a sua implementação e uso, como elemento de avaliação de efeitos e impactos.

Em termos de desenho, não foi proposta a constituição formal e periodicidade de reuniões de um Comitê Consultivo do Projeto, com a participação de beneficiários (1 representante de UCS, GEREX, CSR/CEMAM) e outros parceiros para o tema (1

representante de Subsecretaria da Biodiversidade, SINAMA, CONAMA, Centros de Pesquisa).

O desenho original não propôs mecanismos de sistematização de difusão do Projeto e de seus resultados internamente as diferentes unidades operacionais da DIREC, GEREX e UCS. A ausência deste instrumento dificultou a disseminação de diversos resultados entre os beneficiários indiretos.

4.2.2.2 – Fatores relacionados ao Processo de Execução.

Os **fatores restritivos** ao processo de execução do projeto foram:

- (i) Reduzidos recursos humanos (técnicos e administrativos) da Agência Executora, independente dos Consultores;
- (ii) Reduzidos recursos orçamentários da DIREC produzindo atrasos na execução das atividades e redução das metas em determinados Resultados;
- (iii) Reduzidas ações de difusão e disseminação sistemática dos resultados das atividades desenvolvidas;
- (iv) Mudanças freqüentes na equipe técnica e dos níveis gerenciais na DIREC;
- (v) Mudanças freqüentes na Equipe Gerencial e de Coordenação na UGP;
- (vi) Dificuldades de coordenação entre diferentes pontos focais no IBAMA;
- (vi) Planejamento centralizado na DIREC e execução dependente de outros núcleos técnicos como outras Diretorias, Gerencias Executivas, UCS, SCR, ASCOM;
- (vii) Dificuldades de tomadas de decisão sobre determinados Produtos intermediários e realização de atividades por meio das áreas técnicas e gerencias;
- (viii) Atrasos em determinados tipos de processos de licitações de Consultorias tanto pela Agência Executora quanto pelo PNUD;
- (ix) Dificuldades de aquisição de equipamentos necessários pela DIREC e UCS, identificados como necessários ao longo da execução do Projeto;

4.2.3 - Conclusões:

O Projeto continua em linha com a Política brasileira para o Desenvolvimento Sustentável e para a Conservação dos Ecossistemas, que pode ser confirmada tanto pelas estratégias e projetos do Ministério do Meio Ambiente (PPG7, Agenda 21, PROBIO e Fundo Nacional de Meio Ambiente) quanto àqueles do IBAMA. Também

está em linha com a política de Cooperação do Governo Brasileiro, ABC e do PNUD, na área de meio ambiente.

O desenho do Projeto (PRODOC) originalmente propôs ações para a gestão estratégica dos ecossistemas brasileiros e de normatização e disseminação de informações como elementos contribuintes para a proteção e conservação da biodiversidade e o uso sustentável destes recursos.

Com a implementação do PROECOS foram obtidas as condições necessárias pela Diretoria de Ecossistemas de fortalecer institucionalmente e tecnicamente as ações voltadas à implementação do SNUC. Esta estratégia favoreceu a produção de melhores condições para a obtenção de Resultados, Propósito e efeitos de curto prazo do Projeto para a conservação e gestão dos recursos da biodiversidade brasileira, por meio da ação direta junto às UCS.

Pode-se afirmar que os Objetivos Imediatos do Projeto foram obtidos de modo satisfatório, sendo considerado muito efetivo para esta fase inicial da atuação da DIREC.

As ações realizadas indicam alta probabilidade de manutenção dos fluxos de benefícios de curto prazo iniciados pelo Projeto nos dois eixos de atuação (Gestão e Normatização).

A obtenção dos efeitos e impactos futuros do Projeto dependerão da capacidade de articulação político-institucional da DIREC e do IBAMA para aumentarem significativamente os recursos técnicos e financeiros permitindo a continuidade das ações iniciadas com esta Cooperação Técnica..

Os sete Produtos planejados e executados foram tecnicamente adequados, produzidos na sua maioria em tempo e com custos razoáveis para o alcance dos Objetivos do Projeto. Algumas atividades foram modificadas por motivos de mudanças institucionais ou por dificuldades de tomada de decisão sobre o encaminhamento de determinados temas, como por exemplo: manual de concessões; regularização fundiária, manuais sobre trilhas e fauna e flora silvestre e gestão integrada de corredores ecológicos.

Muitas atividades foram substituídas por outras de menor complexidade, menor tempo e recursos para suas finalizações, e de atendimento a urgências originadas por consultas externas a DIREC.

Os insumos do Projeto foram obtidos conforme planejado; especialmente no que se refere a aquisição de materiais e equipamentos nos 2 primeiros anos de execução do Projeto.

Foram asseguradas pela Agencia Executora condições de instalações, espaço e materiais administrativos básicos, início e durante a execução do Projeto.

O IBAMA enfrentou dificuldades para garantir as necessárias alocações técnica, administrativa e orçamentária para a implementação do Projeto, especialmente nos anos de 2003 e 2004.

Devido a estas dificuldades, a ampliação do prazo de execução do Projeto foi de 12 meses, com um aporte de somente 20% dos recursos do saldo programado para a execução completa do Projeto.

Originalmente o Projeto foi estimado em US\$ 10, 703 milhões ou R\$ 19, 900 milhões. Entretanto, os recursos executados, até dezembro de 2005, atingiram cerca de US\$ 5,666 milhões, representando 54% do originalmente estimado para a execução completa do Projeto.

Portanto, os resultados alcançados pelo Projeto, considerando que as metas estavam previstas para a execução de 100% do orçamento acordado, podem ser avaliados como muito positivos, de muita eficácia e efetividade para o desenvolvimento institucional da DIREC e UCS.

Os resultados e efeitos de curto prazo alcançados estão contribuindo para a obtenção nos próximos anos do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto. Entretanto, os Resultados do OI 5, voltados à normatização, modernização e disseminação de informações deverão ser ainda complementados, operacionalizados ou aprofundados pela DIREC, em próxima etapa do Projeto. Este Objetivo deverá contar com uma maior participação percentual na distribuição de recursos na proposta da próxima fase de Projeto

O IBAMA terá um papel importante para o alcance total deste Objetivo do Projeto. O Projeto implantou certas condições iniciais nos dois eixos de atuação, tanto na DIREC sede como nas UCS.

Entretanto, as demandas são crescentes devido ao processo permanente de criação ou ampliação de superfícies de UCS. Porém, as condições estruturais da DIREC e das UCS, em princípio, tenderiam a permanecer com pequenas modificações no quadro de recursos técnicos, orçamentários e institucionais.

Este cenário de tendências poderia ser modificado mediante a tomada de decisões pelas altas autoridades e altas gerencias da instituição e de formuladores de políticas públicas sobre temas como:

- (i) planejamento de curto e médio prazo para utilização de recursos de licenciamento e compensação ambiental;
- (ii) a implementação a curto prazo da Lei no 11.284/2006 (Lei de Gestão das Florestas Públicas);
- (iii) ampliação do financiamento de projetos pelo FNMA e outras fontes internacionais;
- (iv) realização de novos concursos públicos; e
- (v) ampliação de recursos orçamentários para investimentos e custeio em UCS.

Ademais, o Plano Nacional Estratégico para Áreas Protegidas (PNAP) serve como instrumento para a operacionalização de ampliações e mudanças a serem realizadas no SNUC. Esta iniciativa institucional deverá ser implementada até 2015. Para tanto, o IBAMA deverá ter ampliada as suas ações para o desenvolvimento das suas atribuições atuais e, ao mesmo tempo, incorporar significativo número de novas ações de planejamento, pesquisa e operacionalização do PNAP.

Novos desafios também deverão ser enfrentados pela DIREC/IBAMA com a operacionalização da Lei de Gestão das Florestas Públicas, que prevê três opções de gestão para florestas públicas: criar e manter unidades de conservação de uso sustentável; destinar para o uso familiar ou comunitário e; depois de esgotadas as opções anteriores para uma determinada região, realizar contratos de concessão de até 40 anos baseados em processo de licitação pública.

O alcance total do Objetivo de Desenvolvimento do Projeto que atingiu 4% em lugar dos 5% dos ecossistemas protegidos deverá ser alcançado em mais do que os 5%, até o final de 2006, devido aos esforços do IBAMA e do MMA. Ao mesmo tempo, a longo prazo, este indicador deverá ser significativamente ampliado (em superfície, em unidades criadas, em número de funcionários) e ser resultado de ações conjuntas com outras instituições públicas dos 3 níveis político-administrativos e de organizações não governamentais que atuam em Áreas Protegidas do Brasil.

Há um consenso entre os entrevistados que há grande probabilidade de obtenção de um incremento significativo do indicador de impacto do Objetivo geral nos próximos anos. Isto será alcançado como consequência de um crescente número de ações e iniciativas implantadas pela DIREC e pelo IBAMA e outras ações a serem executadas nos próximos anos, em conjunto com outras instituições..

Existe média probabilidade de ser obtida em certo grau a sustentabilidade do Projeto, após a participação da Cooperação, principalmente devido à aprovação de PNAP e outros Programas em execução ou negociação pelo MMA e pelos recursos originários da compensação ambiental.

A sustentabilidade do projeto dependerá em alto grau capacidade institucional futura da DIREC e do IBAMA em gerenciar a continuidade do Projeto e em assegurar um volume crescente de recursos financeiros e técnicos nos próximos anos, para a consecução das competências da própria Diretoria, que foram em alto grau coincidentes com as atividades do PROECOS.

É importante destacar que este Projeto constituiu uma experiência muito bem sucedida para a gestão de Ecossistemas brasileiros, adicionando maior conhecimento e instrumentos de gestão para a DIREC e para o IBAMA.

Neste contexto, este Projeto criou as condições adequadas para a difusão dos seus Produtos e Resultados, podendo ser multiplicado em outras novas Unidades de Conservação em nível estadual e municipal.

Considerando que o Projeto somente executou 54% dos recursos totais previstos para a sua completa implementação em 05 anos, caberia destacar o alto grau de obtenção de metas efetivado pela DIREC com o apoio da UGP. Foram implementadas as 67 Atividades programadas (gerando 3700 ações) e os 7 Resultados, que contribuíram para o alcance dos Objetivos Imediatos (Propósitos) e do Objetivo de Desenvolvimento.

O importante seria considerar para fins de avaliação o cenário de desempenho da implementação do Projeto, caso os recursos orçamentários tivessem sido assegurados, permitindo duplicar o ritmo de execução do Projeto e redirecionando estes recursos para melhor atendimento do Objetivo Imediato 5.

Os recursos orçamentários constituíram um “suposto importante”, sem controle direto da Gestão do Projeto, mas com reflexos importantes no desempenho do Projeto. Neste sentido, este suposto poderia ser considerado como uma importante lição aprendida para o desenho da próxima Cooperação, com o IBAMA.

Recomendar-se-ia ser considerada a proposta de Projetos por fases (multifases), utilizando-se a obtenção de metas e recursos assegurados como “triggers” para a aprovação de execução da nova fase do Projeto. Esta estratégia asseguraria a obtenção de 100% das metas e resultados planejados para cada fase.

Capítulo 5 – Lições aprendidas e Recomendações.

5.1 – Lições aprendidas

5.1.1 – Lições aprendidas relacionadas ao Contexto do País e a Gestão do Projeto.

As principais lições aprendidas com a execução do Projeto são indicadas a seguir:

Situação 1: Mudanças na administração da DIREC e IBAMA, com reduzida capacidade de aporte de recursos financeiros e humanos, envolvendo multiplicidade de atores e instituições atuando no tema, produziu redução no ritmo de implantação nos anos de 2003 a 2004.

Lição aprendida: Execução com iniciativa e adaptabilidade para concentrar as probabilidades de sucesso em experiências a serem multiplicadas posteriormente, a partir da ação inicial do Projeto em determinadas UCS selecionadas por estarem melhor organizadas e estruturadas.

Situação 2: Mudança de Gerências e de técnicos nas instituições públicas; projeto envolvendo diferentes níveis administrativos de participação; com forte transversalidade e com multiplicidade de atores, bem como múltiplos projetos em andamento nos Ecossistemas.

Lição aprendida: Projetos envolvendo diferentes níveis político-administrativos e exigindo forte processo de sinergia entre os atores para a gestão de ecossistemas, deveria procurar implementar uma estrutura de execução descentralizada também utilizando unidades de apoio nos Núcleos das Gerências Regionais do IBAMA. Este processo de descentralização gerencial produzirá mais sólidas articulações devido à proximidade com os beneficiários e comunidades das UCS. Concomitantemente, produzirá maiores níveis de responsabilidade das comunidades e monitoramento na implementação do Projeto.

Situação 3: A participação de múltiplas instituições públicas, privadas e ongs em múltiplos níveis de organização administrativa apresentam desafios para o sistema de monitoramento, avaliação e supervisão de iniciativas deste tipo de Projeto transversal e vertical.

Lição aprendida: Devido à multiplicidade de atores e participantes seria muito efetivo que fosse criado, desde o início do Projeto, Grupos de Trabalho (Sede, Núcleos das GEREX (NUCS), representantes das comunidades, Chefes de UCS) que tivessem como responsabilidade as atividades de monitoramento, avaliação e as de supervisão, bem como um Comitê de Gerenciamento Nacional do Projeto, com reuniões semestrais de acompanhamento da implementação.

Situação 4: A diversidade de beneficiários do Projeto e a estrutura multinucleada da DIREC geraram dificuldades para a disseminação interna e externa ao IBAMA do Projeto, das atividades e produtos do PROECOS.

Lição aprendida: Na elaboração da proposta de Projeto deveriam ser introduzidos seminários semestrais e informes mensais publicados na página web do IBAMA e do MMA sobre os Objetivos e Planos Operacionais Anuais do Projeto, avanços obtidos e procedimentos para apresentação de Propostas de Atividades pelas Unidades operacionais e comunidades.

Situação 5: A carência de recursos para financiar pequenos projetos para apoiar a maior participação das comunidades na gestão das UCS poderá produzir maior continuidade na articulação desta rede de atores sociais de instância local.

Lição aprendida: Projetos já desenvolvidos por outras fontes, por ONGS e MMA, em geral comportam um componente de fortalecimento da capacidade de participação e governança “verde” das comunidades locais nas UCS. O PROECOS não havia previsto ações neste sentido. A inclusão de iniciativas neste tema permitirá alcançar melhores condições para a operacionalização e sustentabilidade social dos Planos de Manejo; bem como ampliará as ações destinadas ao desenvolvimento sustentável dos recursos da biodiversidade na UCS, gerando novas oportunidades de emprego e geração de renda destas comunidades locais.

5.2 - Recomendações

5.2.1 – Recomendações para a Agência Executora

As principais recomendações para a Agência Executora são indicadas a seguir:

Recomendação 1:

Assegurar as medidas e ações necessárias para a continuidade das iniciativas realizadas pelo Projeto, nos próximos anos, bem como de 46% das iniciativas programadas:

- (i) recursos humanos, institucionais e financeiros;
- (ii) mobilização de apoio da Comunidade;
- (iii) manter prioridade institucional e política.

Recomendação 2:

Continuar promovendo um contexto favorável para que os demais parceiros possam continuar atuando na gestão estratégica das UCS para a conservação e uso sustentável dos recursos, o que poderá exigir:

- (i) Atuação estratégica junto ao PNAP e Comissão Nacional;
- (ii) Atuação estratégica descentralizada para a maior participação das instituições públicas e ongs (locais e estaduais) na implantação de novos projetos, devido à proximidade com as comunidades e escala de gestão ecossistêmica e biorregional.

Recomendação 3:

Contribuir técnica e institucionalmente com o Plano Nacional Estratégico das Áreas Protegidas para assegurar o fortalecimento do SNUC, suas diretrizes e estratégias; bem como criar oportunidades de multiplicação dos conhecimentos e experiências bem sucedidas implementadas neste Projeto e em outros (ex: gestão integrada de Corredores Ecológicos).

Recomendação 4:

Atuar estrategicamente para assegurar, nos próximos 4 anos, o financiamento de pelo menos R\$ 9 milhões necessários a continuidade das iniciativas do Projeto, em sua fase II, em: gestão integrada com participação de agentes multinível e transversal; novos estudos e planos para a gestão integrada; atualização de dados e informações;

tratamento da questão fundiária; uso sustentável da biodiversidade; pequenos projeto de desenvolvimento; e desenvolvimento de ações efetivas para a implementação do PNAP.

Recomendação 5:

Atuar estrategicamente com para a melhoria do sistema de monitoramento e avaliação da DIREC, GEREX e UCS em relação ao planejamento e execução dos Planos Anuais de Ação para a implementação das iniciativas dos Planos de Manejo das UCS. Recomenda-se, para o aprimoramento da supervisão do Projeto, a constituição de Conselho de Gerenciamento Nacional da implementação do Projeto, integrado por relevantes parceiros públicos e ONGS.

Recomendação 6:

Elaborar Plano de Atividades Estratégico para os próximos 04 anos considerando a nova estrutura operacional da DIREC embasada na gestão por Biomas, identificando recursos humanos, financeiros e institucionais para sua implementação. Ao mesmo tempo, sugere-se a elaboração de proposta de Plano Estratégico para os próximos 10 anos, considerando o recente PNAP a ser implementado pelo Governo Federal.

Estes Planos deveriam ser propostos para suas execuções, por meio de fases, tendo como um dos balizadores o Plano Nacional Estratégico das Áreas Protegidas. Ao mesmo tempo, deveria ser realizado um mapeamento detalhado das demais Cooperações Técnicas em execução pelo MMA, na área de Biodiversidade e Estratégias Nacionais de Meio Ambiente, possibilitando uma maior efetividade e eficácia na aplicação de recursos do PROECOS fase II.

Este Planejamento multifases seria recomendado que fosse utilizado para o desenho da próxima Cooperação Técnica com a DIREC.

5.2.1 – Recomendações ao PNUD.

As principais recomendações a considerar para a elaboração de futuras Cooperações Técnicas pela Agência Executora:

Recomendação 1:

Na fase de elaboração de proposta de futuros Projetos, para ampliar as probabilidades de impacto e sustentabilidade do Projeto, recomenda-se que participem ativamente deste: os atores representativos da sociedade civil; governos estaduais e municipais e organizações não governamentais entre outros.

Recomendação 2:

Na fase de elaboração de proposta de futuros Projetos deveriam ser incluídas atividades para apoiar o financiamento de pequenos projetos de desenvolvimento das comunidades locais, para maior fortalecimento das ações de participação, governança e sustentabilidade da gestão e conservação da biodiversidade empreendida pela DIREC/IBAMA.

Recomendação 3:

Na fase de elaboração de proposta de futuros Projetos, a Equipe deveria prever a utilização pela Agência Executora de instrumentos legais, jurídicos e fiscais existentes na área de meio ambiente para apoiar financeiramente as iniciativas de conservação e biodiversidade ambiental.

Recomendação 4:

Na fase de elaboração da proposta de futuros Projetos, a Equipe deveria incluir a elaboração de instrumentos que formalizassem as articulações e responsabilidades na implantação de iniciativas ou projetos entre a Agência Executora e os diferentes atores governamentais e não governamentais nas três instâncias político-administrativas.

Recomendação 5:

Na fase de elaboração de futuros Projetos, recomenda-se a utilização de Projeto multifases de modo a melhor adequar o alcance de metas aos recursos orçamentários efetivamente disponibilizados.

Recomendação 6:

Na fase de implementação dos futuros Projeto, recomenda-se a realização de uma reunião semestral com os projetos afins no tema da Cooperação Técnica para a

articulação de iniciativas e disseminação de informações entre as diferentes instituições públicas e relevantes Ongs que atuam no tema do Projeto.

ANEXOS

Anexo 1 - Matriz Lógica do Projeto

Anexo 2 – Organograma Proposto

Anexo 3 – Matriz Lógica de Avaliação do Projeto

Anexo 4 – Reuniões Tripartites

Anexo 5 – PNAP

Anexo 6 – Distribuição de Consultores

Anexo 7 – Tipologia de Áreas Protegidas